

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bruno de Oliveira Mastrantonio

O Contraponto da República: Raimundo Nina Rodrigues e a loucura epidêmica
de Canudos (1897)

Guarulhos

2019

Bruno de Oliveira Mastrantonio

O Contraponto da República: Raimundo Nina Rodrigues e a loucura epidêmica
de Canudos (1897)

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Poder, Cultura e Saberes

Profa. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi

Guarulhos

2019

MASTRANTONIO, Bruno de Oliveira

O Contraponto da República: Raimundo Nina Rodrigues e a loucura epidêmica de Canudos (1897).

Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos 2019.

Orientação: Profa. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi

The Republica's counterpoint: Raimundo Nina Rodrigues and the epidemic madness of Canudos (1897).

1. Loucura epidêmica 2. Canudos 4. Nina Rodrigues, Raimundo 5. Primeira República.

Bruno de Oliveira Mastrantonio

**O Contraponto da República: Raimundo Nina Rodrigues e a loucura
epidêmica de Canudos (1897)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Poder, Cultura e Saberes

Aprovação: ____/____/____

Profª. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. André Mota
Universidade de São Paulo

Profª. Dra. Márcia Cristina Consolim
Universidade Federal de São Paulo

Profª. Dra. Maria Gabriela S.M.C Marinho
Universidade Federal do ABC

*À minha mãe,
Margarida e ao meu pai, Anézio.*

Agradecimentos

Em primeiro lugar, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – o meu agradecimento em fornecer o fomento financeiro para esta pesquisa, que foi fundamental para que ela se desenvolvesse (Processo 2016/03376-0).

Encerrar ciclos é sempre um processo no qual múltiplos sentimentos tomam conta de mim. Na tentativa de racionalizá-los num momento reflexivo, tento separá-los em esferas mais ou menos organizadas, e, talvez por mania de historiador, essa separação se dá com base no tempo: passado, presente, futuro.

Afinal, encerrar ciclos é olhar para o passado, perceber a fugacidade do presente e projetar nossos anseios para o futuro. Esse simples exercício de historicidade, que faço involuntariamente, mas que se tornaria consciente desde quando pretendi tornar-me historiador lá atrás em 2010, me traz, inevitavelmente, a presença de pessoas com as quais compartilhei as experiências que contribuíram para me tornar quem eu sou.

Se é verdade que, no árduo processo da escrita, o trabalho acadêmico se torna por vezes solitário e silencioso, todos os momentos que coexistiram com ele me mostraram que estive cercado de pessoas queridas que tornaram esses três anos de mestrado uma experiência mais leve. São a elas que dedico as próximas páginas.

Agradeço primeiramente à minha mãe, Margarida, e meu pai, Anézio, que desde o início de minha vida escolar não mediram esforços para que eu tivesse uma educação de qualidade e conseguisse adentrar em uma universidade pública. Não fossem os seus investimentos, muitas vezes às custas de sacrifícios, eu jamais teria chegado onde cheguei. Serei eternamente grato ao apoio e amor incondicionais, e a ambos dedico esta dissertação.

À minha companheira, Bruna, registro a minha mais sincera gratidão. Se o Mestrado trouxe pessoas para minha vida, você é sem dúvidas a mais importante delas. Nesse processo, compartilhamos alegrias e ansiedades; discutimos nossas pesquisas e comemoramos nossas conquistas. Dentre as inúmeras coisas que aprendi com você nesses anos, destaco o amor leve e o seu companheirismo, que me resgatou diversas vezes das angústias que a vida pode trazer. Iniciamos e encerramos esse ciclo juntos, e que venham os próximos.

À minha orientadora, Ana Lúcia Lana Nemi, que me acompanha desde meados de 2013, agradeço sua dedicação e paciência, bem como sua presença constante no meu amadurecimento intelectual. Não seria exagero dizer que grande parte do meu interesse nos temas que se

encontram nessa dissertação são resultados das instigantes reflexões que fizemos dentro e fora da sala de aula.

Ao professor Luís Ferla, e às professoras Márcia D'Alessio e Mariana Villaça deixo meu agradecimento pelas aulas instigantes durante o primeiro ano do mestrado, onde pude refletir sobre minha pesquisa a partir de diversos pontos de vista, amadurecendo as minhas questões e ampliando as possibilidades de abordagem a partir da História da Ciência, da Teoria da História e da História da Cultura.

Agradeço à professora Márcia Cristina Consolim pela disponibilidade e apontamentos feitos à pesquisa durante a Qualificação, que certamente contribuíram para que essa pesquisa se desenvolvesse.

Agradeço às amigas Celeste Baumann e Patrícia Nogueira, e também ao querido Felipe Adão, que em 2016 me aceitaram no aconchegante bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Saindo novamente do interior e com poucos recursos, a ajuda de vocês me foi fundamental nos primeiros anos do Mestrado, e foi um prazer compartilhar o teto com vocês. Ali deixei com carinho boas lembranças.

Quero agradecer também minha parceira de inúmeros trabalhos da graduação, mas também de tema de pesquisa, Tuanny, com quem pude trocar resultados de pesquisa e elaborar um minicurso sobre História da Loucura na Unifesp. Nossas diferentes inquietações sobre temas tão próximos de pesquisa contribuíram para a reflexão e desenvolvimento da minha dissertação.

De modo geral, agradeço à turma de Mestrado de 2016, onde conheci muitas pessoas incríveis e me aproximei de outras que, durante a graduação, estive distante. Geise, Michele, Thaís e Fábio. Um agradecimento especial ao Gustavo, pessoa de coração incrível com quem iniciei uma verdadeira amizade que, a despeito da distância que teremos, não mudará.

Aos meus amigos e mestres Ronaldo Ribeiro, Rodrigo Cavelagna e Daniel Piovesan. As obrigações da vida nos deixaram geograficamente distantes, mas isso jamais será suficiente para que diminua o respeito e a amizade sincera que nutro por vocês, que despertaram em mim uma nova visão de mundo. Obrigado por me lembrarem quem sou durante todas as vezes que essa mesma distância me fez quase esquecer.

Ao “intrépido” José Mello, um dos poucos amigos que ainda me mandam mensagens para saber como estou: obrigado pelas risadas, pelas conversas, e principalmente por apoiar meus sucessos e meus deslizes.

Agradeço as novas amizades que fiz durante esses anos do mestrado em São Paulo e que levarei para a vida: Lucas Pinheiro e Felipe Borchhardt, com quem pude esfriar a cabeça em momentos de lazer. Aos amigos de longa data também: Biga, Bruno, Chico, Leonardo, Zé, Gigli, Soldera.

Agradeço ao Romeu Mesquita, também um amigo de longa data, com quem dividi o teto durante o ano de 2018, enquanto estávamos na mesma fase de nossas vidas acadêmicas. Obrigado pela parceria e pelas conversas.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as atuações do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) na área da Psicologia Coletiva tendo em vista suas intencionalidades políticas e científicas. Partindo da proposta metodológica do historiador britânico Quentin Skinner, buscamos compreender os significados dos textos de Nina Rodrigues a partir da construção de nexos entre o autor, sua obra e o contexto social, político e científico em que esteve inserido. Testemunha da abolição da escravidão e da proclamação da República, o médico maranhense construiu sua carreira em torno da Faculdade de Medicina da Bahia, situado em uma rede de relações com médicos e políticos de projeção nacional, e mostrou-se profundamente preocupado com as questões que envolviam a construção da nação no momento de transição do regime monárquico para o republicano. Frequentemente associado aos seus estudos sobre a população afro-brasileira, nos quais os pressupostos raciais são evidentes, Nina Rodrigues teve seu pensamento marcado pelo racismo científico. Entretanto, a partir da análise dos artigos que o médico dedicou às coletividades religiosas no Brasil, entre eles o caso de Canudos, notamos uma tentativa de relativização da influência do fator racial como deflagrador de patologias, ao explicar as especificidades da população mestiça do Brasil. Aproximando-se dos autores da chamada “psicologia social”, Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, Nina Rodrigues levou em consideração fatores políticos e sociais para explicar Canudos, ainda que não abandonasse por completo a importância da raça na eclosão da doença que acreditou ter atingido a população sertaneja.

Palavras-chave: Loucura Epidêmica; Canudos; Psicologia Coletiva; Raimundo Nina Rodrigues; Primeira República.

ABSTRACT

This research aims to analyze the actions of the maranhense physician Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) on Collective Psychology's field, in view of their political and scientific intentions. Based on the methodological proposal of the British historian Quentin Skinner, we sought to understand the meanings of Nina Rodrigues' texts from the construction of links between the author, his work and the social, political and scientific context in which he was inserted. A witness to the abolition of slavery and the proclamation of the Republic, this physician built his career around the Faculty of Medicine of Bahia, surrounded by a network of relations with doctors and politicians of national projection, and was deeply concerned with the issues that involved the construction of the nation at the moment of transition from the monarchical regime to the republican. Often associated with his studies on the Afro-Brazilian population, in which racial's assumptions are evident, Nina Rodrigues had his thesis marked by scientific racism. However, from the analysis of the articles that the doctor dedicated to the religious communities in Brazil, among them the case of Canudos, we note an attempt to relativize the influence of the racial factor as a trigger for pathologies, in explaining of the specificities' of mestizo population of the Brazil. Approaching the authors of the "social psychology", Gabriel Tarde and Gustave Le Bon, Nina Rodrigues took into account political and social factors to explain Canudos, although he did not completely abandon the importance of race in the outbreak of the disease that he believed to have reached the sertaneja population.

Keywords: Epidemic madness; Canudos; Collective psychology; Raimundo Nina Rodrigues; First Republic.

SUMÁRIO

Introdução.....p.13

CAPÍTULO 1. “Com o olhar nas multidões: Raimundo Nina Rodrigues e sua Psicologia Coletiva para os trópicos.”.....p.23

1.1 O século XIX e os caminhos de um novo paradigma.....p.24

1.2 A multidão como ameaça: olhares que se cruzam.....p.27

1.3 A multidão como objeto de estudo.....p.30

1.4 Nina Rodrigues e o papel da loucura nas multidões.....p.35

1.5 Entre o individual e o coletivo: a questão da responsabilidade penal das multidões.....p.45

CAPÍTULO 2. A “Necrópole dos Bravos” face o “Império das Leis”.....p.55

2.1 Novas ideias, novas elites: a discussão racial na formação do Brasil.....p.56

2.2. Prática médica e atuação política no alvorecer da República.....p.65

2.3 Canudos, uma questão nacional.....p.74

2.4 O “Maudsley de Euclides da Cunha”: uma explicação científica para Canudos.....p.79

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.95
Fontes.....	p.100
Referências	
Bibliográficas.....	p.102
ANEXO: Mapa das relações pessoais e acadêmicas de Raimundo Nina Rodrigues.....	p.108

Introdução

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) deixou um legado intelectual complexo e abundante para a história do pensamento social e científico brasileiro. Acumulou seguidores, admiradores e críticos, recebeu a alcunha de pioneiro nos estudos sobre a população afro-baiana ao mesmo tempo em que foi condenado pelo viés racial de suas análises, sempre marcadas pela pesquisa de campo e pelo apreço aos dados empíricos observados.

Em vida, sua atuação ficou marcada dentro da medicina legal e da antropologia, mas no início de sua carreira dedicou-se também à epidemiologia, à saúde pública e a doenças tropicais que atingiam a população do Maranhão. Filho do coronel Francisco Solano Rodrigues, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde viria a lecionar após um breve período clinicando no Maranhão. Chegou a publicar mais de 60 artigos, muitos deles originalmente em francês, que levaram anos para serem traduzidos, além dos livros *As raças humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894) e *Animismo Fetichista dos Negros Baianos* (publicado inicialmente como artigos da Revista Brasileira entre 1896 e 1897 e reeditado em forma de livro em 1935). Após sua morte, um grupo de médicos viria a se auto intitular seus discípulos, formando a “Escola Nina Rodrigues”, dentre os quais se destacam intelectuais como Afrânio Peixoto, Oscar Freire e Arthur Ramos, que realizaram o resgate da obra de seu mentor na década de 1930, quando a definição do Brasil como povo e nação voltava a ser discutida. Esses mesmos seguidores reeditaram suas obras e traduziram seus artigos, e muito provavelmente foram os responsáveis por tornar Nina Rodrigues em um especialista em assuntos raciais, tema que particularmente era mais caro aos seus seguidores do que ao maranhense polivalente. Foi nesse mesmo período que Gilberto Freyre, cujo pensamento sobre mestiçagem parece ser tão distante de Nina Rodrigues, recordou-o como também um discípulo, elogiando a “ciência intervencionista” de seu “ilustre mestre”.¹

O desafio, portanto, foi grande: compreender suas atuações acadêmicas, suas produções científicas

e suas articulações políticas em meio à complexidade de sua obra, não cabendo o erro de realizar uma análise reducionista de um agente histórico que, para além de toda a multiplicidade de debates que travou, viveu momentos de crise e transição intensa no Brasil: a abolição da escravidão e a proclamação da República, que certamente, tiveram algum peso em sua obra.

¹ FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Apresentação de Walnice Nogueira Galvão. 3ª ed, rev. São Paulo: Global, 2011.

Precisamente por esses motivos é que se propõe, muito recentemente na historiografia e nas ciências sociais, revisitarem as obras de Nina Rodrigues, tanto aquelas já consagradas, que durante muito tempo delinearão o arcabouço teórico do médico maranhense – se é que seria possível a elas reduzir sua obra – quanto aquelas que, como diria seu discípulo Arthur Ramos (1903-1949), adormeceram num sono profundo durante longos anos: seus “livros esquecidos”, dos quais Mariza Corrêa alertara², quando do centenário de morte de Nina Rodrigues, que permitiriam abrir novas possibilidades de interpretação sobre seu pensamento, tão comumente associado aos estudos que visam as relações afro-brasileiras, fosse também relacionado às pesquisas que se interessam pela história da loucura no país. Na mesma direção apontou Filipe Pinto Monteiro ao afirmar que a precocidade dos estudos de autoria do médico maranhense relacionados ao tema da psicologia das multidões no Brasil é algo raramente reconhecido, sendo que seu nome pode ser associado a um dos fundadores deste campo.³

Portanto, parece haver uma demanda de pesquisas acadêmicas voltadas para o lado psiquiátrico de Nina Rodrigues e, em vista disso, acreditamos em poder contribuir com a presente pesquisa para a historiografia que se dedica tanto à temática da loucura quanto àquela que se interessa pelos intelectuais brasileiros.

Assim, essa pesquisa encontra-se inserida na linha investigativa proposta pelo historiador britânico Quentin Skinner, tendo como objetivo compreender as atuações de Nina Rodrigues no que diz respeito aos estudos de Psicologia Coletiva que realizou no final do século XIX no Brasil, em específico o caso de Canudos, a partir das relações existentes entre sua trajetória intelectual, o contexto histórico em que viveu (a saber os eventos de crise que marcaram os primeiros anos do Brasil republicano) e os seus textos publicados nessa área em específico. Preocupamo-nos com as intencionalidades deste autor, reveladas em suas publicações acadêmicas e suas articulações políticas, habilmente ancoradas numa rede de relações que o deixava próximo de médicos, intelectuais europeus e políticos brasileiros de projeção nacional, bem como do contexto linguístico em que esteve inserido, entendido como fator limitante com o qual Nina Rodrigues se apoiou para a construção de suas teorias sobre a psicologia das multidões no Brasil.

Ao seguir a proposta metodológica de Skinner, estivemos atentos para compreender as intenções e motivações de Nina Rodrigues na produção dos artigos relacionados à Psicologia

² CORRÊA, Mariza. Os livros esquecidos de Nina Rodrigues. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, n.76, 2006, suplemento 2.

³ MONTEIRO, Filipe Pinto. Nina Rodrigues e a psicologia das Multidões. XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2013.

Coletiva, como forma de interpretar os significados destes textos, levando em consideração também o que o historiador britânico denomina como convenções linguísticas, que governam as ideologias em uso, uma vez que as intenções dos autores são limitadas pelos estoques de conceitos disponíveis para serem empregados no ato da escrita, tornando-se o limite de liberdade de um autor ao formular uma obra, já que sua ação intelectual e política está intrinsecamente ligada ao repertório de ideias compartilhadas pela comunidade científica da qual faz parte. Do mesmo modo se fez necessário dar enfoque às crenças empíricas, percepções e ideologias compartilhadas entre Nina Rodrigues, seus pares e seus leitores. Assim, para compreender aquilo que o médico maranhense “pretendia com a utilização de um determinado conceito ou argumento”, atentamo- nos, antes, em “captar a natureza e o tipo de coisas que poderiam, reconhecidamente, ter sido realizadas com esse conceito em particular, com o tratamento desse tema em particular e nessa época em particular”.⁴

Isso em vista, consideramos o enfoque sobre a temática das “loucuras epidêmicas” como fonte privilegiada, na tentativa de compreender não só o aparecimento deste diagnóstico no Brasil como também suas implicações políticas em um momento em que se pensava o país pela raça em meio às crises da Primeira República. A este tema, Nina Rodrigues dedicou os seguintes artigos: *Abasia choreiforme epidêmica no norte do Brasil*, publicado no *Brasil Médico* em 1890; *A loucura epidêmica de Canudos*, publicado na *Revista Brasileira*, em 1897; *A loucura das multidões. Nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil*, nos *Annales médico-psychologiques* de Paris, em 1901; *O Regicida Marcellino Bispo*, publicado na *Revista Brasileira*, em 1899; *Choreomania*, parecer de uma comissão médica sobre a epidemia de astasia-abasia, na Bahia, publicado na *Gazeta Médica da Bahia* em 1883. Esses artigos foram compilados por Arthur Ramos em 1939, compondo o livro *As coletividades anormais*, publicado pela editora Civilização Brasileira.

Desenvolvida na Europa ao longo do século XIX por diversos sociólogos e criminologistas, a psicologia coletiva era um ramo daquilo que viria a ser a Psicologia Social no século XX, preocupada em compreender os aspectos psicológicos das associações humanas as mais diversas. Utilizada como ferramenta de reação aos levantes e insurreições que ameaçavam a ordem social burguesa pós Revolução Francesa, a Psicologia Coletiva se tornou um espaço de debate não institucionalizado onde diversos intelectuais discutiram a natureza de multidões e suas periculosidades políticas, sanitária e criminal.

⁴ SKINNER, Quentin. “Motivos, intenções e interpretação”. In: _____. **Visões da Política**. Sobre os métodos históricos. DIFEL 82, Difusão Editorial, 2005, pp.127-144.

Marcado por um forte empirismo, característico de suas pesquisas⁵, Nina Rodrigues dialogou com as principais vertentes das escolas italiana e francesa de antropologia e psiquiatria, elaborando críticas e adaptações a partir do material coletado e analisado em terras brasileiras no que dizia respeito aos fenômenos coletivos no Brasil. Dada a originalidade de sua obra, evitamos utilizar a expressão “influência” para se referir aos diálogos com a ciência praticada na Europa, entendendo que o médico maranhense tinha um espaço privilegiado de fala, colocando-se como um médico dos trópicos, onde a miscigenação era latente e muito distinta daquela que se referiam os seus pares do outro lado do Atlântico.

Essas questões se tornam evidentes nas análises de Nina Rodrigues que compõem o quadro clínico desenvolvido pelo médico da experiência de Canudos, momento em que a fragilidade do poder republicano foi posta em evidência com a série de derrotas do Exército frente aos fiéis que seguiam Antônio Conselheiro. Utilizando a trajetória de Nina Rodrigues como fio condutor desses eventos que moldaram a instabilidade política da Bahia de modo particular, e do Brasil de modo geral, observamos a construção de um diagnóstico que não estava pautado exclusivamente nos pressupostos biológicos da escola lombrosiana, mas uma adaptação da psicologia social francesa que parecia cobrir as anomalias deixadas pela antropologia criminal italiana, e que pareceu útil ao nosso autor para explicar as especificidades do caso brasileiro.

Do ponto de vista de uma história das ciências, portanto, foi imprescindível dialogar com o conceito de paradigma científico, postulado por Thomas Kuhn em 1962, que abriu novas perspectivas de análise para o campo historiográfico ao criar possibilidades de entendimento de uma nova imagem de ciência, desmistificando-a e inserindo-a em seu contexto social, político e cultural: a ciência é um empreendimento humano e, como tal, está sujeita a alterações que são regidas em sua historicidade. Assim, entendemos aqui a necessidade de ressaltar a ideia de visão cíclica da ciência: há um período em que determinadas teorias entram em conflito na tentativa de se afirmarem como verdadeiras ou mais completas no entendimento de fenômenos que buscam explicar, a chamada “fase pré- paradigmática”; neste embate, uma teoria sairia triunfante, ordenando o mundo sob leis que reduzem o entendimento desses fenômenos. Assim se configura a fase da “ciência normal”, regida pelo paradigma científico vigente e defendida pela comunidade científica a todo custo. O paradigma, vale frisar, é mais do que uma visão de mundo: se constitui de valores, técnicas

⁵ É possível notar em seus artigos um minucioso levantamento de dados com os quais Nina Rodrigues buscou verificar de modo objetivo seus apontamentos.

e crenças que fornecem os fundamentos sobre os quais a comunidade científica desenvolve suas atividades. Deste modo, as páginas que se seguem não se ocuparam em desqualificar do ponto de vista científico o que era produzido e ensinado nas faculdades de medicina do Brasil e afora; mas antes, compreender tais produções dentro da lógica do paradigma científico vigente em fins do século XIX que mobilizou os debates acerca da construção da nação brasileira, em grande medida pautados pela questão da raça, pelos evolucionismos de Darwin e Spencer, pelo determinismo de Lombroso e pela teoria da degenerescência de Morel e Mangan.

Essas questões compuseram, portanto, o pano de fundo para o entendimento dos debates travados por Nina Rodrigues no final do século XIX, mas para compreender a possibilidade do diagnóstico de loucura epidêmica no Brasil do ponto de vista científico e político se fez necessária a incursão no contexto social vivido por Nina Rodrigues, que explica os nexos entre sua obra e suas tomadas de posições, suas relações pessoais e profissionais e seus espaços de publicação.

A dissertação ficou estruturada em dois capítulos, organizados tematicamente, onde a trajetória de Nina Rodrigues aparece como fio condutor dos debates travados e dos eventos ocorridos no último quartel do século XIX, de modo que as balizas temporais nos serviram de recursos para explicação de suas articulações científicas e de suas posições dentro dos órgãos institucionais a que esteve filiado.

Assim, no Capítulo 1, “*Com o olhar nas multidões: Raimundo Nina Rodrigues e sua Psicologia Coletiva para os trópicos.*”, apresentamos o aparecimento da Psicologia Coletiva, um ramo da Psicologia Social no final do século XIX entre os intelectuais franceses a partir do conceito de “multidão”, que, embora recorrente na história da humanidade, ganhou especial atenção de literatos, administradores públicos e cientistas naquele século. Preocupados com as possibilidades de atuação das multidões, então presentes de forma constante nas grandes cidades, esses autores registraram seu testemunho de forma enfática, alertando os perigos das coletividades em suas variadas formas: sanitária, porque implicava na necessidade de reordenamentos urbanos com vistas à saúde pública, higienização dos espaços e controle de epidemias; política, porque implicava nas possibilidades revolucionárias ainda abertas pelos eventos de 1830 e 1848; e criminais, porque possibilitavam a atuação de criminosos escondidos nas multidões e também nas questões de responsabilidade penal para crimes cometidos em coletividade.

Compõem esse processo as consequências da revolução industrial, no plano social e econômico, e das revoluções burguesas, no plano cultural e científico. O crescimento das cidades, paralelamente ao desenvolvimento científico do século XIX transformou o progresso num espectro ora desejado, ora temido, vivamente marcado nos relatos literários daquele século, que tornavam a multidão seu personagem principal. Não levou muito tempo para que também os intelectuais ligados à medicina, à antropologia nascente, e à criminologia também se dedicassem a descrever os fenômenos coletivos do ponto de vista científico, esquematizando definições específicas e propondo soluções para as ameaças que viam nesse fenômeno. Num primeiro momento, evidenciamos as convergências e as divergências do olhar literário para o olhar científico sobre a mesma questão: a natureza das multidões. A seguir, direcionamos a narrativa para os intelectuais que fizeram das coletividades um assunto científico.

Após levantarmos essas questões, fazemos uma incursão ao pensamento destes intelectuais, sobretudo aqueles que se tornaram conhecidos dentro da Psicologia Coletiva: os franceses Gabriel Tarde (1843-1904) e Gustave Le Bon (1841-1931) e o criminologista italiano Scipio Sighele (1868-1913). Embora não tenha se tornado conhecido por estes estudos, estão alocados nesse capítulo as colocações de Raimundo Nina Rodrigues, apoiadas nos estudos de caso que realizou sobre as coletividades no Brasil, cuja contribuição para o desenvolvimento da área se mostrou por meio dos debates que travou com os autores europeus, lidos e citados pelo médico maranhense com propriedade.

A relevância do debate se dá pelo fato de ali Nina Rodrigues ter explicitado de forma esquemática os seus principais pressupostos científicos que apoiam sua tese acerca da influência da loucura nos processos de coletividades, fundamental para compreensão de seu artigo sobre Canudos, escrito ainda no calor dos acontecimentos que levaram à destruição do arraial. Esses pressupostos foram publicados em 1901, nos *Annales medico-psychologiques* da França, sob o título *A loucura das multidões. Nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil*. Como o título já sugere, Nina Rodrigues tinha intenções de contribuir para o avanço da Psicologia Coletiva, e o fez a partir da amostra de cinco casos que observou no Brasil, todos eles relacionados ou a práticas religiosas ou a epidemias que tinham fundo patológico conhecido. Defendeu a necessidade de se estudar os agitadores das multidões do ponto de vista da alienação mental, apoiado nos recentes estudos de loucura a dois. Para Nina Rodrigues, no processo de fervor das multidões se desenvolve um verdadeiro estado patológico, de modo que se faz necessário reconstituir o histórico psicológico do indivíduo

que se colocou como chefe das multidões; notadamente referindo-se ao que observou no caso de Canudos.

No Capítulo 2, “*A Necrópole dos Bravos face ao império das leis*” apresentamos o panorama histórico do século XIX no Brasil de modo geral, e de 1870 a 1897 de modo específico, para evidenciar como se deu o processo de institucionalização da medicina no país, da vinda da Corte portuguesa à reformulação das faculdades de Direito e Medicina, apontando para os principais debates que mobilizaram a intelectualidade brasileira no fim do século. Novamente a trajetória de Nina Rodrigues nos serviu de suporte para elencarmos os agentes envolvidos nesta trama, na medida em que eles se relacionavam com nosso autor, fosse por meio de debates acerca da mestiçagem, como Silvio Romero (1851-1914), fosse por meio de relações profissionais, como Manoel Vitorino Pereira (1853-1902), fosse por meio de relações pessoais, como seu sogro José Luiz de Almeida Couto (1833-1895). Colocando em evidência os espaços de atuação e publicação desses agentes, tivemos como objetivo ilustrar a rede de sociabilidades na qual Nina Rodrigues esteve inserido e o quanto ela influenciou na publicação de seus artigos sobre loucura epidêmica, tanto do ponto de vista acadêmico (um tema ainda recente na comunidade científica brasileira) quanto do ponto de vista de divulgação (publicado na Revista Brasileira). Essas articulações políticas, entendidas como estratégias do autor para a construção de sua projeção nacional e internacional, são de fundamental importância na elucidação de nosso objetivo, o de encontrar as motivações e intenções de Nina Rodrigues quando das publicações acerca das loucuras coletivas. A seguir, apresentamos o quadro político baiano de modo a evidenciar as alianças políticas dos agentes que tinham relação direta com Nina Rodrigues, de modo que se tornou possível especular suas posições com relação à transição do regime monárquico para o republicano, da qual seus pares atuaram diretamente ocupando cargo administrativos. Ainda que tenha discorrido muito pouco acerca do universo político em que esteve inserido, sua rede de relações e suas publicações médicas sugerem proximidades com determinados anseios que a proclamação da República viria a tornar possível, ao menos no que diz respeito à prática médica e à elaboração de códigos civis e penais.

Entendido esse universo político, onde ressaltam-se a instabilidade e as alianças políticas, adentramos no mundo de Canudos, o arraial localizado em Belo Monte sob a liderança de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro (1830-1897). A forma como se estruturam as alianças do governo local com o governo do estado e a presidência da República, acreditamos, foi crucial para a resolução do conflito e para as tomadas de posição

decididas quando do envio das expedições federais ao sertão baiano. Desse modo, não causa espanto a produção de *A loucura epidêmica de Canudos*, escrita por nosso autor quando os conflitos em Belo Monte sequer haviam sido decididos. A entrega do crânio de Conselheiro para a Faculdade de Medicina da Bahia – cujo papel no conflito também ressaltamos – sob os cuidados do médico maranhense é também resultado de sua influência construída não somente em torno de sua atuação na Faculdade, como também de suas amizades cultivadas ao longo da década de 1880. A partir de publicações de jornais, decretos presidenciais, periódicos médicos e relatórios administrativos, construímos a visão republicana da guerra de Canudos, de modo a evidenciar a construção do arraial como um contraponto aos anseios da modernidade. O término do conflito, no entanto, não resolveu de imediato as contradições postas pelo novo regime, e apesar dos esforços dos poderes públicos em ressaltar a vitória em nome da República, o ar derrotista é perceptível no trabalho de Nina Rodrigues.

Nas *Considerações Finais*, partimos da retomada das obras de Nina Rodrigues sobre as coletividades religiosas, feita por Arthur Ramos em 1939, ressaltando a importância da divulgação desses textos para o desenvolvimento das pesquisas que se dedicam ao pensamento social brasileiro, e apontando as principais características desses artigos que ajudam a rever as posições de Nina Rodrigues a partir de outros aspectos. Interessante observar as imbricações do universo político e religioso nos casos de loucura coletiva que o médico maranhense avaliou para o Brasil, que acreditamos ser, em parte, motivadas tanto por suas relações pessoais com os indivíduos envolvidos nessa trama quanto por estratégias de projeção de seu nome no nível internacional, uma vez que esses textos dialogavam diretamente com os teóricos europeus. Aqui, a “ciência intervencionista” evocada por Gilberto Freyre toma sentido: Nina Rodrigues se manifestou prontamente sobre os casos que interferiam diretamente na ordem pública e política da Bahia, demonstrando interesse genuíno pelas questões que envolviam sua prática médica. As motivações, portanto, após o desenvolvimento do cenário político, social e acadêmico do novo regime republicano, parecem estar relacionadas com a legitimação de seu nome no Brasil e no exterior, no plano pessoal, e de uma medicina de ação social direta, ligada aos interesses por ele considerado como públicos, no plano profissional. Nesse momento de sua trajetória, já no final da década de 1890, Nina Rodrigues esteve preocupado com a profissionalização do perito, com o desenvolvimento da medicina legal, mas ao mesmo tempo preocupado com a natureza patológica dos indivíduos que colocavam em risco a estabilidade nacional. Essas articulações foram feitas não apenas na pena e no papel, mas ocupando espaços institucionais importantes:

a Faculdade de Medicina da Bahia, a redação de seu periódico, a *Gazeta Médica da Bahia*, a Sociedade de Medicina Legal da Bahia. Isso nos levou a concluir que, ao contrário do que se observou na França, onde a Psicologia Coletiva se tornara opção de intelectuais com pouca influência acadêmica, no Brasil ocorreu, com Nina Rodrigues, exatamente o contrário: sua posição influente, cuja carreira fora construída ao longo das décadas 1880 e 1890, permitiu-lhe discutir esse ramo ainda embrionário. Isso não significa dizer que os trabalhos sobre loucura epidêmica sejam obras “paralelas” aos principais estudos do médico, mas sim que a sua atualização nos debates internacionais possibilitou novas ferramentas de análise da realidade nacional que viveu.

Por fim, é preciso ressaltar novamente o desafio em abordar um autor tão complexo quanto Raimundo Nina Rodrigues, que já foi objeto de estudo de pesquisadores consagrados dentro e fora das ciências humanas. Com isso em vista, essa dissertação não tem a pretensão de se mostrar inovadora, mas de contribuir com uma nova possibilidade de análise face aos eventos conturbados do final do século XIX no Brasil que mobilizaram a escrita de nosso autor.

As pesquisas recentes mostram uma nova fase de interpretação de Nina Rodrigues. É o caso da tese de doutorado de Filipe Pinto Monteiro, que propõe uma visão do médico na chave do “racialista vacilante”, em contraponto à tradicional visão do conservador pessimista, partindo do mesmo corpo documental que esta dissertação, os trabalhos sobre loucura epidêmica.⁶ Importante notar o quanto esses textos, ainda pouco mencionados, possibilitaram uma nova leitura de um Nina Rodrigues preocupado também com a influência de aspectos sociais na elaboração de seus diagnósticos.

Essa dissertação, propõe, entretanto, um outro olhar sobre esses textos de loucura epidêmica: o de um intelectual que, já influente e com seu perfil de cientista militante, explorou um evento tão conturbado quanto foi Canudos por um viés pouco convencional no Brasil, munido que estava de sua leitura aplicada com uma psicologia não institucionalizada e apoiado em uma rede de relações que lhe garantiu os espaços necessários para testar suas teorias e fazer sua marca de cientista dos trópicos no mundo europeu, para além de sua projeção nacional. Ainda que não tenha abandonado o viés racial de seu arcabouço teórico, os estudos de loucura epidêmica revelam a pluralidade e a capacidade de Nina Rodrigues em

⁶ MONTEIRO, Filipe Pinto. **O “racialista vacilante”: Nina Rodrigues sob a luz de seus estudos sobre multidões, religiosidade e antropologia (1880-1906)**. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

articular teorias, cujas intenções voltavam-se sempre para um trabalho empírico sério e comprometido com as informações que seus objetos de estudo lhe proporcionavam. Restringir sua obra ao racismo científico seria encerrar a pesquisa em si mesma.

Por esse motivo, e diferente das pesquisas históricas já realizadas sobre Nina Rodrigues, escolhemos seguir a metodologia proposta por Quentin Skinner, destacando as intencionalidades e motivações do autor e a reconstrução dos nexos entre ele e suas obras, num contexto social de crise do sistema político, de mudanças sociais intensas como a abolição da escravidão e de constituição dos campos médicos enquanto especialidades, de movimentos populares contrários ao *status quo*. Numa linha político-científica, buscamos costurar sua atividade acadêmica com sua articulação política, encontrando convergência em um cenário onde suas relações pessoais e profissionais contribuíram para a elaboração de uma ciência comprometida em descobrir os entraves do progresso nas terras brasileiras.

Capítulo 1: Com o olhar nas multidões: Raimundo Nina Rodrigues e sua Psicologia Coletiva para os trópicos.

“As multidões sempre desempenharam um papel importante na história, mas nunca tão considerável como nos nossos dias. A ação inconsciente das multidões, substituindo-se à atividade consciente do indivíduo, é uma característica da época em que vivemos”

(Gustave Le Bon, 1895)

Ao longo do século XIX, a presença da multidão passou a receber atenção significativa de literatos, médicos, criminalistas e políticos. Cada um desses grupos via, a seu modo, as peculiaridades das aglomerações humanas que então ocupavam as ruas das cidades europeias, e registrava com fascínio e temor a nova dinâmica social imposta como consequência da modernidade e do progresso, onde o tempo da natureza já não mais existia: dividia-se o dia em 24 horas a serem vendidas por força de trabalho, seguindo a infalível contagem do relógio, cujas badaladas sincronizavam uma multidão de trabalhadores em direção às fábricas.⁷ A presença das massas no cotidiano das cidades inspirou não somente novos gêneros literários como também impulsionou o desenvolvimento de um novo campo de estudo, a Psicologia das Multidões, como ficou conhecida. Acompanhar o seu desenvolvimento e os debates que giravam em torno dessa ciência é fundamental para a construção de nosso argumento. Para tal, se faz necessário contextualizar brevemente o desenvolvimento de uma ciência que servirá de suporte para o entendimento da multidão como um objeto de estudo.

⁷ THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

1.1 O século XIX e os caminhos de um novo paradigma

As revoluções científicas protagonizadas por Copérnico, Galileu e Newton prepararam o terreno para que aquilo que se entendia como ciência desde o século XVII atingisse sua legitimação no século XIX. Aliada do positivismo, a ciência neste século seria vista como o instrumento principal que levaria a humanidade rumo ao progresso. Não se deve descartar o papel das revoluções burguesas: uma das dimensões do iluminismo que guiou a revolução francesa postulou a primazia da Razão como condutora da humanidade, e produziu a expansão do mercado industrial capitalista, consequência da revolução industrial, forçando a necessidade de acesso a matérias-primas, o que resultou num novo processo de colonialismo, voltado para a África e para a Ásia.

Nas Américas, a abolição da escravatura trouxe o debate sobre a necessária expansão da cidadania em virtude do convívio social com o negro liberto. No Brasil, o último quartel do século XIX contaria com uma sociedade composta por negros, índios e imigrantes europeus. O contato com o não branco, o não cristão e o “não civilizado” estimulou a reflexão da convivência entre as raças, discussões que estiveram na ordem do dia de intelectuais brasileiros.

As discussões raciais que perpassam o século XIX giravam em torno de uma tentativa de hierarquização dos grupos humanos, pautadas em suas diferenças, fossem elas físicas ou morais. Intrinsecamente ligada à ideia de origem do ser humano, as teorias raciais tiveram um longo caminho percorrido junto às revoluções científicas anteriores ao século XIX, tendo como princípio medular o criacionismo. Paralelo a elas, desenvolveram-se as teorias da medicina mental de cunho científico, de modo que ambas encontrariam uma convergência em determinado momento, resultado dos processos acima mencionados.

Talvez a teoria mais aceita e difundida no século XIX seja a da degenerescência⁸. Embora o termo não tenha sido inventado neste século, atingiu aqui sua ampla aceitação e utilização por parte daqueles que correlacionaram predisposição para as doenças e progresso civilizatório. A publicação do *Tratado das degenerescências na espécie humana*, por Augustin Benedict Morel, em 1857, defendia o caráter hereditário dessa mazela, considerada “como um desvio doentio de um tipo primitivo”, e “que encerrava em si mesmo os elementos

⁸ Segundo Oda, o termo degenerescência seria um galicismo, uma importação da palavra francesa *dégénérescence* para concorrer com o termo luso-brasileiro *degeneração*. Tanto franceses quanto brasileiros utilizavam ambos os termos sem distinção de significado. Cf. ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros** na obra de Raimundo Nina Rodrigues. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Faculdades de Ciências Médicas, pp.145-146

da continuidade da espécie”. Herdeiro do pensamento religioso, Morel considerava o tipo primitivo como uma “obra prima” e “síntese da criação”, pois o homem fora “criado para atingir o objetivo designado pela sabedoria eterna”. Assim, todo desvio da obra prima criada por Deus representaria uma degradação física e moral da humanidade.⁹

A teoria da degenerescência viria a ser uma tentativa de resposta à insuficiente classificação proposta por Pinel de unicidade da doença mental e seu “tratamento moral”. Morel propunha uma classificação etiológica das enfermidades mentais que não se apoiasse apenas na diferenciação de sintomas ou de manifestações corporais, o que significa que as nosologias e suas terapêuticas só seriam criadas após as causas das doenças serem claramente determinadas, e não antes. Isso porque, desde Pinel e Esquirol, a similaridade entre os sintomas e os estigmas reveladores da doença poderiam induzir os médicos a realizar classificações erradas.¹⁰

A degenerescência sofreu alterações ao longo do século, e possivelmente parte delas se deve à publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859. O naturalista britânico retirava o protagonismo de Deus na criação da espécie humana, ao defender que o homo sapiens é resultado de um longo processo de evolução de espécies primatas. O responsável por reformular a teoria da degeneração, sob o viés do evolucionismo, foi Valentin Magnan (1835-1916), discípulo de Morel e presidente da *Sociedade Médico-Psicológica*. Na mesma vertente de seu mentor, mas com argumentos diferentes, Magnan também criticou a insuficiência das classificações da psiquiatria clássica de Pinel e Esquirol, centradas na teoria das monomanias, e propunha uma classificação que agrupasse as patologias em torno de suas causas.¹¹

Para Magnan, não havia diferenças entre os muitos graus de desvios no que diz respeito ao tratamento dos indivíduos que sofriam desses males, bem como quaisquer hábitos ou manias tidos como desviantes serviriam de suspeita para uma grave loucura silenciosa por vir. Tal concepção, que em muito lembra os cuidados do médico fictício Simão Bacamarte, do

⁹ MOREL, Augustin Benedict. *Tratado das degenerescências na espécie humana*. Tradução de Maria Vera Pompeo de Camargo Pacheco. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental**, vol.11, n.3, São Paulo, set/2008.

¹⁰ CAPONI, Sandra. A teoria da degeneração de Morel e a emergência da Psiquiatria Ampliada. In: **Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012.

¹¹ Idem.

conto *O Alienista* de Machado de Assis, pode ter garantido ao saber psiquiátrico um poder que, como sugeriu Machado, guiou-se ao *plus ultra* de um cientificismo exacerbado:

“—Já há algum tempo que eu desconfiava, disse gravemente o marido. A modéstia com que ela vivera em ambos os matrimônios não podia conciliar-se com o furor das sedas, veludos, rendas e pedras preciosas que manifestou logo que voltou do Rio de Janeiro. Desde então comecei a observá-la. Suas conversas eram todas sobre esses objetos; (...) esta noite, porém, declarou-se a total demência. Tinha escolhido, preparado, enfeitado o vestuário que levaria ao baile da Câmara Municipal; só hesitava entre um colar de granada e outro de safira. Anteontem perguntou-me qual deles levaria; respondi-lhe que um ou outro lhe ficava bem. Ontem repetiu a pergunta ao almoço; pouco depois de jantar fui achá-la calada e pensativa.—Que tem? perguntei-lhe.—Queria levar o colar de granada, mas acho o de safira tão bonito!—Pois leve o de safira.—Ah! mas onde fica o de granada?—Enfim, passou a tarde sem novidade. Ceamos, e deitamo-nos. Alta noite, seria hora e meia, acordo e não a vejo; levanto-me, vou ao quarto de vestir, acho-a diante dos dois colares, ensaiando-os ao espelho, ora um ora outro. Era evidente a demência: recolhi-a logo. O Padre Lopes não se satisfez com a resposta, mas não objetou nada. O alienista, porém, percebeu e explicou-lhe que o caso de D. Evarista era de "mania santuária", não incurável e em todo caso digno de estudo.”¹²

A teoria da degenerescência se tornaria o *slogan* do século XIX, e serviria de base teórica para o desenvolvimento de diversas correntes científicas. Sobretudo a partir de *A origem das espécies*, muitas delas estiveram preocupadas com a origem do indivíduo e a influência de fatores biológicos em suas características morais. Esse protagonismo do indivíduo, no entanto, cederia lugar à coletividade a partir do momento em que, já no século XIX, a participação política e cotidiana das multidões passou a se tornar ameaça a ser estudada. Não bastava compreender o indivíduo degenerado isolado do convívio social, mas sua relação com outros indivíduos, degenerados, loucos ou normais, bem como avaliar sua capacidade de se associarem. É o que tentaram fazer médicos, criminologistas e literatos.

¹² ASSIS, Machado de. **O Alienista**. 1888

1.2 A multidão como ameaça: olhares que se cruzam

A *multidão* (esse é o termo usado por nossos autores) não é uma novidade trazida pelo século XIX, e não é preciso muito esforço para se ter exemplos de associações coletivas na História: o levante popular que tomou a Bastilha em 1789 e os motins ingleses de fome no século XVIII são provas suficientes de que indivíduos se associam. O que chamou a atenção destes intelectuais do século XIX foi a presença constante da multidão como parte integrante da cidade. Outrora esporádica, as multidões vinham e iam entre levantes e insurreições, mas com o desenvolvimento rápido das cidades e o crescimento populacional, milhares de pessoas passariam a compor o complexo urbano e o cotidiano do mundo do trabalho. Uma vez que sua presença era incessante, o espectro da revolução sondaria a mente de seus observadores, e sua potencialidade política logo seria vista no horizonte de expectativas como instrumento ou como ameaça.

Ao universo perene das multidões, somava-se a pobreza: não mais associada aos valores cristãos de humildade, ela se tornaria o entrave do progresso; sua presença não mais provocaria a compaixão, mas o desconforto e o incômodo que se transformavam em medo tão logo a sua ameaça se fazia iminente. Contradição gritante do capitalismo industrial, a pobreza visível nas ruas e as precárias condições de higiene a que estavam submetidos os habitantes dos bairros proletários chamavam a atenção de médicos e administradores para o perigo da proliferação de epidemias e motins. É o caso da cólera, que no século XIX encontrou as condições necessárias para duas pandemias. As limitações do saber médico quanto à natureza de seu contágio e as conexões do Império britânico com o Novo Mundo permitiram a proliferação da doença mundialmente em 1817 e 1822. O primeiro passo a ser dado pelo saber médico contra a cólera se deu em 1850, quando se descobriu o contágio por germes, a partir de experimentos numa bomba d'água contaminada no centro da cidade de Londres. O bacilo só viria a ser descoberto décadas mais tarde, no final do século XIX com o desenvolvimento da bacteriologia.¹³ Na medida em que as cidades cresciam, os saberes médicos se esforçaram em mapear, ordenar e controlar os corpos das multidões que, devido à falta de saneamento, encontravam-se vulneráveis à atuação de doenças como a cólera. O nascimento da “medicina social”, apropriada pelo Estado, visava políticas de higienização, vacinação e reordenamentos urbanos. Do ponto de vista sanitário, combater a pobreza significava adequar a população

¹³ CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. **Um século de cólera: Itinerário do medo**. PHYSIS. Revista de Saúde Coletiva. Volume 4, número 1, 1994.

marginalizada aos moldes da higiene e da saúde.¹⁴ Tais foram as tentativas dos sanitaristas, que alertavam os poderes públicos sobre as implicações econômicas decorrentes da degradação física e moral dos trabalhadores urbanos, argumentando que os custos para contenção de epidemias eram muito maiores do que os custos das medidas preventivas.

Somava-se a essa ameaça sanitária inerente à presença da multidão, a sua periculosidade social, expressa em manifestações as mais diversas, como a do movimento dos desempregados londrinos da década de 1880, que mobilizou 120 mil pessoas no Hyde Park.¹⁵ Do ponto de vista dos poderes públicos, o perigo social que a população pobre representava para o desenvolvimento das cidades foi tema bastante abordado na historiografia, conferindo sentido à expressão “classes perigosas”.

Os olhares diversos sobre a multidão encontram sua convergência nas suas descrições que por vezes são acompanhados de metáforas associadas à natureza e sua força incontrolável. O testemunho de Émile Zola, em 1885, nos dá tal dimensão:

“Em seguida vieram os homens, dois mil furiosos, aprendizes, britadores, consertadores, verdadeira massa compacta que rolava como se fosse feita de um só bloco, apertada, confundida, a ponto de não se distinguirem calças desbotadas ou os suéteres esfarrapados, esbatidos na mesma uniformidade terrosa. Os olhos faiscavam, viam-se apenas os buracos negros das bocas cantando Marselhesa, cujas estrofes se perdiam num bramido confuso acompanhada pelo bater dos tamancos na terra dura”¹⁶

A descrição de Zola transforma a aglomeração humana num único personagem, que, em marcha, dá sentido à ação por ele descrita. A força política dos mineiros de Zola se vê multiplicada pela presença de uma multidão, evidenciando com entusiasmo a possibilidade da revolução. De forma análoga, mas em direção oposta, se encontra o registro de Gabriel Tarde (1843-1904), sociólogo e criminologista francês, cujo nome está associado ao surgimento da Psicologia Social. Escreveu Tarde em 1890, cinco anos após a publicação de *Germinal*:

¹⁴ FOUCAULT, Michele. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014; ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

¹⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. (Tudo é História, v.52).

¹⁶ ZOLA, Emile. **O germinal**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.274.

“A multidão (...) é um amontoado de elementos heterogêneos, desconhecidos uns dos outros; no entanto, logo que uma faísca de paixão cintila de um deles, eletriza essa amálgama, produz-se-lhe uma espécie de organização súbita, de geração espontânea. Essa incoerência torna-se coesão, esse ruído torna-se voz e esse milhar de homens apertados uns contra os outros não forma, em breve, senão um só e único animal, uma fera anônima e monstruosa, que caminha para o seu objetivo com uma irresistível finalidade.”¹⁷

Massa compacta ou fera anônima e monstruosa, ambos os olhares retiram a individualidade e a transformam, por meio de metáforas, numa única força movida por milhares de pernas que caminha para cumprir a sua finalidade: de um lado, a revolução, do outro, o motim criminoso. Em alguns casos, ambos se associam e se confundem: são as reações conservadoras às multidões, oficializadas nas vozes de intelectuais, que se voltaram, com horror, aos movimentos da Revolução Francesa.

Em Machado de Assis, pela voz do seu alienista, a mesma multidão que faz a “revolução” (descrita pelo literato nos mesmos moldes da francesa) para destituir os poderes do alienista é aquela onde o perigo da doença se esconde:

“Homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a idéia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo.”¹⁸

O trecho revela outro aspecto que também era debatido pelos criminologistas do século XIX: a dificuldade de identificação de criminosos infiltrados na multidão, cujo apoio foi encontrado não apenas da Escola de Lombroso, que identificava criminosos com base em resultados antropométricos, como também no desenvolvimento dos métodos de identificação criminal a partir de indícios e de técnicas mais precisas, como os testes de sangue ou a impressão digital. Nesse momento, a criminologia apropriou-se do método indiciário, comumente aplicado na história da arte, psicanálise e medicina, para a identificação dos

¹⁷ TARDE, Gabriel. *apud* Scipio Sighele. **A multidão criminosa**. Tradução Adolfo Lima. Fonte digital: digitalização da edição em papel. Organização Simões, 1954.

¹⁸ ASSIS, Machado de. *O Alienista*. In: _____. **Obra completa**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994, v.II, p.07.

criminosos a partir da observação e da investigação. Isso se deu precisamente porque o número de criminosos havia aumentado substantivamente desde o crescimento do setor urbano, tornando-se quase impossível manipular todas as fichas para verificar se tratava de um criminoso novo ou reincidente, evidenciando o problema da identificação como uma questão urgente¹⁹. Assim, fazia-se cada vez mais importante e necessário a presença do detetive, que no imaginário popular se eternizou na figura de Sherlock Holmes, do médico Sir Arthur Conan Doyle:

“Enquanto esse homem [o criminoso] não souber que alguém possui um indício contra ele, há certa esperança de apanhá-lo, mas, se tiver qualquer motivo para suspeitas, mudará de nome e desaparecerá num instante entre os quatro milhões de habitantes dessa grande cidade.”²⁰

Se as metáforas são convergências das visões científicas e literárias da multidão, os olhares que se direcionam a ela se distanciam na medida em que se fazia necessário defini-la, compreendê-la e atribuir sentido à sua atuação política. Pois se para Machado de Assis, Conan Doyle e Zola uma multidão era simplesmente um aglomerado de pessoas, ora unidas por algo em comum, ora dispersas e indiferentes compondo o cenário de uma grande metrópole, para os psicólogos das coletividades a multidão receberá contornos definidos e diagnósticos precisos, tudo o que possibilitaria o seu controle e a sua condenação.

1.3 A multidão como objeto de estudo

Em 1939, Arthur Ramos organizou um conjunto de obras de Nina Rodrigues que viria a se chamar *As Coletividades Anormais*. Lamentava-se por tal trabalho, conduzido sob um critério científico considerado por ele tão rígido, ter sido esquecido por tantos anos, talvez ofuscado pelos estudos sobre os negros africanos no Brasil: “O Maudsley que Euclides da

¹⁹ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

²⁰ DOYLE, Arthur Conan. *Um estudo em vermelho*. In: _____. **Sherlock Holmes**, v.1. Edição definitiva, comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.48.

Cunha reclamava em 1902, para as loucuras e os crimes das nacionalidades, já existia desde 1898. Mas nem sequer Euclides o avistou.”²¹

Tal conjunto de obras, aparentemente adormecido num “sono de muitos anos em pastas intocáveis, pelo sopro da superstição”, segundo Ramos, parece revelar o germen de um ramo da psiquiatria ainda pouco explorado no Brasil em fins do século XIX que tinham como intuito trazer novas explicações para velhos problemas que nem a República e tampouco a Ciência tiveram condições de lidar. As “loucuras epidêmicas” constituíram um diagnóstico datado, experimentado no Brasil a partir de casos específicos estudados por Nina Rodrigues em debate com seus pares europeus que também se interessavam pelo tema.

Arthur Ramos segue o prefácio de *As Coletividades Anormais* exaltando seu mentor intelectual como um dos primeiros intelectuais a teorizar no campo da Psicologia das Multidões no Brasil, tornando-se “citação obrigatória”, ao “realizar observações e comentários científicos sobre fenômenos brasileiros de psicopatologia gregária, trazendo assim contribuições fundamentais à nova ciência em elaboração pelos teóricos europeus.”²²

As bases do pensamento de Nina Rodrigues sobre este tema estão reunidas de forma mais estruturada em seu artigo publicado nos Anais Médico Psicológicos da França em 1901, intitulado *A loucura das multidões: nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil*. Apoiado nos estudos de caso que analisou no Brasil para a psicologia das massas, ele defendeu seu ponto de vista sobre questões que considerou importantes mas que foram ignoradas pelos teóricos europeus. Antes de nos aprofundarmos sobre esse debate, é necessário contextualizar o surgimento da Psicologia das Multidões bem como os conceitos que foram englobados pelos autores que a discutiam.

Inicialmente um ramo daquilo que viria a se chamar *Psicologia Social* na primeira metade do século XX, os estudos sobre as coletividades tomaram corpo na segunda metade do século XIX, desenvolvendo-se paralelamente com outras ciências humanas, como a sociologia. Dada a imprecisão de sua origem, frequentemente alguns autores são tomados como fundadores do campo, que vão de Thomas Hobbes (1588-1679) a Auguste Comte (1790-1857). A despeito disso, são ressaltadas as colocações de Gabriel Tarde (1843-1904) e

²¹ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raimundo. **As coletividades Anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p.13.

²² Idem, p. 06.

Gustave Le Bon (1841-1931), por suas importantes contribuições ao desenvolvimento da área no final do século XIX, e em virtude da disputa por espaço de uma ciência não institucionalizada. A escola criminalista italiana também se dedicaria a estudar as multidões do ponto de vista criminal, sendo seu principal locutor Scipio Sighele (1868-1913). Tanto os franceses quanto o italiano foram lidos por Raimundo Nina Rodrigues.²³

Gabriel Tarde, apesar de não ter as credenciais acadêmicas necessárias para a construção de uma carreira universitária, ascendeu institucionalmente no campo intelectual francês, onde desempenhou posição central, nas últimas décadas do século XIX, quando da publicação de *Les crimes des foules* (1892). Tal espaço foi garantido mediante um cenário que apresentava condições propícias para que Tarde assumisse uma posição dominante:

“em primeiro lugar, do processo inacabado de autonomização universitária nas áreas de letras e filosofia; em segundo, do predomínio das posições intelectualmente conservadoras e resistentes ao modernismo intelectual nas ciências sociais; e, finalmente, da capacidade do autor em atender às expectativas dos setores social e intelectualmente dominantes.”²⁴

Gustave Le Bon, por sua vez, viria a ser considerado como um divulgador do conhecimento científico, e embora tivesse escrito “A Psicologia das Multidões” em 1895, seu nome consta em poucos manuais de psicologia social. Sua carreira conturbada e sua trajetória intelectual relevam os percalços que passou até se auto denominar um “intelectual livre”, tornando-se um publicista apoiado em seus contatos pessoais e relações com editoras comerciais. Em sua visão elitista e aristocrática, buscou descrever o comportamento e a mentalidade das camadas populares em situação de agregação, apropriando-se dos conceitos e teorias já debatidos por Tarde e Sighele no final do século XIX.²⁵

Uma das principais questões concernentes ao contextualismo linguístico da abordagem skinneriana, consiste na compreensão dos conceitos utilizados pelos autores no ato de sua

²³ MUNNÉ, Frederic. **La construcción de la Psicología Social como ciencia teórica**. Barcelona: Alamex, 1989. Apesar de fazer um histórico da disciplina, ressaltando os principais pensadores, Munné não mencionou Nina Rodrigues em sua obra.

²⁴ CONSOLIM, Márcia Cristina. **Gabriel Tarde e as ciências sociais francesas: afinidades eletivas**. Mana vol. 14, no.2, Rio de Janeiro. Out. 2008.

²⁵ CONSOLIM, Márcia Cristina. **Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões**. Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

escrita. Recuperar as intencionalidades de um autor significa estar atento à formação do conjunto de convenções linguísticas a que se referem os autores. Portanto, para a compreensão correta da formação da Psicologia das Multidões, se faz necessário compreender a historicidade dos principais conceitos que formam a base teórica desta disciplina, seu significado e as possíveis intenções que seus autores dão no momento em que redigiram seus artigos.

O conceito de *imitação*, apropriado tanto por Tarde quanto por Le Bon em seus estudos de coletividade para explicar a associação entre os indivíduos que compõem uma multidão, já havia sido elaborado por Jules B. Luys (1828-1897), em seus estudos sobre histeria e hipnose nos anos 1870. A imitação, de base fisiológica e patológica, tinha, para Luys, origem numa predisposição mental, e operava de modo proporcional em seres de natureza inferior, como crianças ou multidões, onde o processo imitativo seria exacerbado; Luys também considerou indivíduos diagnosticados com patologias cerebrais passíveis de imitação.²⁶ Para Tarde e Le Bon, no entanto, as características de fundo fisiológico foram substituídas por fatores psicológicos. Do mesmo modo, a noção de *sugestão* foi um termo utilizado pelo médico escocês James Braid (1795-1860) proposto como uma forma de alcançar o hipnotismo, entendido como um processo baseado na fisiologia do cérebro, e suas práticas foram seguidas pelos franceses Hippolyte Barnheim (1840-1919) e Auguste- Ambroise Liébeault (1823-1904), da Escola de Nancy, que induziam a hipnose a partir da sugestão para fins terapêuticos. Posteriormente, o neurologista Jean-Martin Charcot (1825- 1893) propôs outra explicação para a hipnose, viável apenas em indivíduos predispostos e com a qual Nina Rodrigues se identificaria.²⁷ Para Tarde e Le Bon, a *sugestão* e a *imitação* predominariam em meio à coletividade, e portanto, explicariam as ações de determinados aglomerados humanos, como motins e insurreições, pois são capazes de inflamar os ânimos de uma coletividade a partir da incitação de um indivíduo, ocasionando uma reação em cadeia. Ideias, paixões e emoções que afloram nos indivíduos em multidão são *reflexos* de um estímulo externo recebido, cuja *sugestão* servirá como condutora, estendendo tais emoções de um indivíduo a vários.

²⁶ LUYS, Jules B. *Études de physiologie et de pathologie cérébrales*. Paris, Baillièrre, 1874.

²⁷ Posteriormente, no século XIX, a prática do hipnotismo seria recorrente na *Escola de Nancy*, que tratariam a hipnose como um estado induzido pela sugestão com fins terapêuticos. Cf. YEATES, Lindsay Bertram. **James Braid: surgeon gentleman scientist and hypnotist**. Thesis (Doctorate in Philosophy). Faculty of Arts & Social Sciences, University of New South Wales, Sydney, Australia, 2013.

Na mesma linha investigativa, o criminalista italiano Scipio Sighele se dedicou ao estudo das coletividades do ponto de vista criminal, valendo-se dos conceitos de sugestão e imitação, no *Archivio di Psichiatria*, periódico fundado por Lombroso, Garófalo e Ferri, nomes já conhecidos nas áreas da psiquiatria e da antropologia criminal. Discípulo de Ferri, de quem herdou influências científicas e políticas, e também pela filosofia de Herbert Spencer, Sighele defendeu que as associações coletivas tinham pendor para a criminalidade, dado a partir de um fenômeno que chamou de “contágio moral”, resultante dos atos reflexos da imitação.

O conceito de imitação era considerado por Sighele como “uma das tendências mais fortes da sua natureza.” Argumenta o criminologista italiano:

“Com efeito, tudo que existe e que é a obra do homem — desde os objetos materiais até às ideias — nada é senão a imitação ou a repetição mais ou menos modificada de uma ideia outrora inventada por uma individualidade superior.”²⁸

Isto para defender que, sendo esta uma faculdade bastante natural no homem e nos animais, sua eficácia seria aumentada em meio a uma multidão. Mas não bastava apenas concluir que “o homem imita”, mas sim explicar o porquê dessa ocorrência. É desse ponto que Sighele levantou a hipótese do contágio moral. Note-se como, em um contexto em que as especialidades científicas estavam ainda em formação, a influência das ciências naturais era evidente, pois a base teórica do contágio moral era sustentada pela teoria de contágio de doenças físicas, como a varíola e a cólera. Para o caso do contágio moral, haveria de ter um agente ativo e um agente passivo, podendo o segundo ser uma multidão; a contaminação se dá por sugestão/imitação, motivo pelo qual deveria haver um certo grau de influência entre os agentes. A sugestão causaria a associação entre dois, três, ou mais indivíduos, sendo intensificada nos casos de multidões. Em Sighele, o indivíduo agregador é aquele que transmite estímulos em um agregado heterogêneo, influenciando-o a partir de seus atos; ele é o agente ativo.

²⁸ SIGHELE, Scipio. **A multidão criminosa**. Tradução Adolfo Lima. Fonte digital: digitalização da edição em papel. Organização Simões, 1954. S/ página.

Com base na teoria de sugestão/imitação, os autores da psicologia das multidões dedicaram-se ao próprio conceito de *multidão*, amplamente usado e que parecia englobar toda e qualquer associação coletiva, mas que ganha definições específicas de acordo com a característica psicológica que assume, como aparece na definição de Gustave Le Bon:

“No sentido comum, a palavra multidão significa um conjunto de indivíduos, seja qual for a sua nacionalidade, profissão ou sexo, e independentemente das circunstâncias que os reúnem. Do ponto de vista psicológico, a palavra multidão tem um sentido totalmente diferente. Em determinadas circunstâncias, e apenas nessas, um agrupamento de indivíduos adquire caracteres novos, bem diversos dos caracteres de cada um dos indivíduos que o compõem. A personalidade consciente desvanece-se e os elementos e as ideias de todas as unidades são orientados numa direção única. Forma-se uma alma coletiva, sem dúvida transitória, mas que apresenta caracteres bem definidos.”²⁹

1.4 Nina Rodrigues e o papel da loucura nas multidões

Nas tentativas de compreender os fenômenos relacionados à aglomeração humana em suas mais diversas formas, estabeleceu-se uma discussão acerca da natureza das multidões, o que significou uma releitura do termo e uma classificação detalhada de acordo com suas características e tipos de associações, que em muito difere daquela visão metafórica descrita pelos literatos.

Para esses autores, o termo *multidão* tornou-se menos uma característica de aglomeração humana e mais um *estado* do qual os mais variados tipos de aglomeração são passíveis de se tornar. Assim, “a multidão é, sobretudo, uma associação psicológica.”³⁰

Na classificação de Gustave Le Bon, os agrupamentos humanos apareciam divididos em a) multidões heterogêneas e b) multidões homogêneas, cada qual com seus subgrupos: heterogêneas anônimas e não anônimas e seitas, castas e classes (homogêneas). Já em Tarde, as coletividades humanas são divididas em multidões, corporações e associações, divisão que

²⁹ LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. Tradução de Ivone Moura Delraux. Edições Roger Delraux, 1980, s/ página.

³⁰ NINA RODRIGUES, Raimundo. “A loucura das multidões. Nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil”. In: _____. **As coletividades anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p.87.

segue o grau de capacidade de associação entre os indivíduos, da mais primitiva à mais complexa; Sighele admitiu tais classificações e considerou que há uma dependência e uma sucessão genérica que vai das multidões primitivas até as grandes corporações. Para Nina Rodrigues, entretanto, todas essas associações podiam receber o nome genérico de multidão, desde que se encontrassem submetidas “a um estado mental de forma aguda”, chamado de “estado de multidão”, um “estado de exaltação passional coletiva onde desaparece o controle da vida cerebral, e com ele, a personalidade consciente e o discernimento”.³¹

Uma vez que a multidão se tornara então um estado patológico, Nina Rodrigues deu importância às causas que conduziriam a esse estado, levando em consideração fatores externos e internos das aglomerações. A principal e mais direta crítica que o médico maranhense fez a seus pares europeus foi em relação à consideração que a loucura teria nas aglomerações humanas, até então atribuída de modo muito inferior ao que ela realmente teria. Isso porque, o louco, para Sighele, tem como característica não se associar a outros, pois sua condição psicológica lhe serve como um isolante do mundo exterior. Afirma Nina Rodrigues que “toda a literatura psiquiátrica protesta altamente contra este grave erro”, e argumenta que

“Da mesma forma que não há no indivíduo traço nitidamente delimitado entre a razão e a loucura, e que no cérebro mais normal se pode passar sem transição brusca ao estado de insanidade mental bem confirmada, da mesma forma também nas multidões (...) é possível encontrar e descrever uma série ininterrupta de diferentes formas de transição.”³²

Assim, ao contrário de Sighele, para quem a associação da multidão se dá pela atuação da sugestão e da imitação como uma forte tendência natural, em Nina Rodrigues nessa associação “descobre-se uma influência decididamente patológica”.³³ Essa influência, continua o autor, está sujeita a se encontrar numa espécie de multidão qualquer, de tal modo que “todas, ou quase todas as espécies de multidão, podem ser normais ou loucas, ou se tornarem loucas se forem normais”.³⁴

³¹ Idem, p.89.

³² Idem, p.83 e p.79.

³³ Idem, p.80.

³⁴ Idem, p.85.

Portanto, se o *estado de multidão* é um estado patológico no qual a loucura possui papel central, Nina Rodrigues investigou as causas que levariam à proliferação da loucura nas coletividades, recorrendo à Gabriel Tarde para dar ênfase no papel do condutor das massas, do insuflador, ou no *meneur*, termo usado pelo sociólogo francês. “Orador consumado”, um hábil *meneur* seria capaz de constituir o estado de multidão em todas as formas de associação descritas anteriormente pelos autores franceses, o que lhe serve de argumento para, novamente, desferir outro ataque contra Sighele:

“este estado mental devia manifestar-se frequentemente nos povos primitivos; mas parece-me inaceitável a opinião de Sighele quando pretende fazer deste estado a forma embrionária das multidões organizadas em corporações ou associações. Isto equivale a confundir o estado de multidão com a espécie de coletividade mais simples em que se possam apresentar suas manifestações: a multidão heterogênea anônima.”³⁵

Para Nina Rodrigues, a forma embrionária das multidões não se trata de um estado primitivo gregário da humanidade, que em muito se assemelha ao que Sighele chamaria de corporações ou associações, mas sim de uma condição patológica que se desenvolve a partir de emoções violentas ou paixões, que, por contágio, se transformariam em loucura.

O estudo do contágio das paixões e emoções, nos termos que coloca Nina Rodrigues, já estava presente na literatura psiquiátrica do final do século XIX, e ela serviu de base para a argumentação do médico maranhense em sua defesa do papel que a loucura exerce no *estado de multidão*. Explica Nina Rodrigues que o conhecimento sobre as manifestações coletivas de loucura era muito anterior aos estudos de multidões, e ele pareceu se propor a recuperá-los para o arcabouço da Psicologia Coletiva.

Segundo Nina Rodrigues, foram os trabalhos de Charcot, que defendiam a ocorrência da hipnose em indivíduos predispostos, e também de Giuseppe Sergi (1841-1936), que destacou o papel da sugestão coletiva no contágio mental,³⁶ que primeiro estabeleceram as bases científicas das epidemias de loucura, sendo seguidos pelos estudos da loucura a dois, desenvolvidos por Charles Lasègue (1816-1883) e Jules Philippe Joseph Falret (1824-1902),

³⁵ Idem, p.89.

³⁶ SERGI, Giuseppe. *Psicosi epidemiche*, 1898 *apud* NINA RODRIGUES, *op cit.*

onde aparece a capacidade de associação entre alienados, antes mesmo do conceito de “sugestão” estar em moda.³⁷ Tal linha investigativa viria a contestar os trabalhos de Tarde e Sighele, que viam no próprio termo *alienado* a revelação de sua condição de alheio ao mundo. Na sua defesa da loucura como fator decisivo no contágio das paixões e das emoções que levariam ao *estado de multidão*, Nina Rodrigues vê nestes trabalhos importantes considerações que endossam sua hipótese.

Partindo do pressuposto de que os indivíduos alienados podem desenvolver associações com pessoas normais, o médico maranhense considera que em indivíduos predispostos o contágio do delírio se torna um agravante, podendo desenvolver-se verdadeiros estados patológicos coletivos. Essa hipótese tornaria, segundo Nina Rodrigues, inadmissível a significação dada por Sighele ao par louco, separado pelo italiano das outras associações a dois. Para o médico dos trópicos, “a loucura não é mais do que o estado psicológico em que se pode encontrar uma espécie de multidão qualquer”³⁸, ou seja, todas as formas de associação encontram sua versão normal e sua versão louca. Isso é o que tornaria a explicação de Sighele incompleta, pois o criminologista da escola lombrosiana não consideraria a intervenção da loucura em associações coletivas que cometem ações violentas. Preocupado com a criminalidade das multidões, Sighele “deteve-se, porém, aí. Não pensou mesmo em pesquisar se este estado de furor é um estado anormal simples ou, ao contrário, um verdadeiro estado patológico.”³⁹

Para Sighele, explica Nina Rodrigues, há um fator antropológico que explica a natureza e a composição das multidões, que a caracterizam como violentas ou criminosas, ou ainda suscetíveis a certas abnegações a partir do fator *sugestão/imitação*. Para nosso autor, por outro lado, o caráter patológico das associações é o que deve ser considerado como fator preponderante, de tal modo que

“para sabermos se a manifestação de uma verdadeira alienação coletiva mais ou menos transitória pode dar uma explicação satisfatória, ou pode determinar o papel da loucura nos atos das multidões, é indispensável estudar os *meneurs* e os *menés* do ponto de vista da alienação mental”⁴⁰

³⁷ NINA RODRIGUES, *op cit.* p.81

³⁸ *Idem*, p.85.

³⁹ *Idem*, pp.93-94.

⁴⁰ *Idem*, p.95.

Segundo Lasègue e Falret, que se dedicaram a tal ponto de vista, existem certas circunstâncias nas relações existentes entre dois indivíduos para que haja um contágio de alienação, sempre entre um alienado e um indivíduo predisposto:

“A primeira condição é que ele seja de uma inteligência fraca, mais disposta à docilidade passiva do que à emancipação; a segunda, que ele viva em relação constante com o doente; a terceira, que ele esteja engajado pelo estímulo de um interesse pessoal. Não se sucumbe à fraude a não ser pela sedução de um lucro, qualquer que seja. Não se cede à pressão da loucura a não ser que ela o faça entrever a realização de um sonho acalentado.”⁴¹

Considerado como um fato excepcional, Lasègue e Falret equacionaram a loucura comunicada elencando o doente ativo e o doente passivo. Este último, “cúmplice involuntário e inconsciente”, sucumbe lentamente ao delírio do indutor, por intermédio da coabitação constante e partilhando “das mesmas esperanças e dos mesmos temores”⁴². Assim, concluem os autores que apenas o doente ativo, ou delirante primitivo, é clinicamente um indivíduo psicótico, ao passo que seu seguidor é um indivíduo frágil, envolvido no delírio mórbido de seu indutor.

Nina Rodrigues via nesse fenômeno um princípio para a loucura das multidões, embora reconhecesse que nem todos os casos afetariam uma coletividade de grandes proporções. A partir do delírio a dois, a progressão do contágio poderia se estender para o ambiente doméstico, e, dadas algumas circunstâncias culturais ou mesmo sociais, seria possível observar casos de verdadeiras epidemias. Isso se tornaria possível se todos os componentes da equação estivessem presentes: uma associação entre indivíduos alienados com indivíduos predispostos, reunidos em torno de alguma causa; o meio em que se encontravam, propício a catalisar a atuação da multidão ensandecida; a atuação de um hábil insuflador, ou *meneur*, manipulando as paixões de seus seguidores e contagiando-os com sua psicose, na maioria dos casos, facilmente diagnosticada:

⁴¹ Lasègue, C., & Falret, J. (2006). A loucura a dois (1877). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9(4), 714-728. p.720.

⁴² Idem.

“Compreende-se assim que a intensidade das emoções, exagerada pelo crescimento das aglomerações e pela repercussão sugestiva dos sentimentos que dominam a multidão, e que se produz nos *meneurs*, seja suficiente para transformar a cólera dos chefes de multidão em um estado francamente patológico. Encontrar-se-á, naturalmente, a predisposição entre esses indivíduos de inibição pouco desenvolvida e pouco durável (...)”⁴³

O *meneur* é, para Nina Rodrigues, valendo-se das definições de Gustave Le Bon, uma das *causas próximas* para o desencadeamento do estado de multidão. Em “Psicologia das Multidões” (1895), o francês aponta para as causas que levam ao que ele chama de multidão psicológica (o que Nina Rodrigues chamou de *estado de multidão*). Valendo-se dos conhecimentos da fisiologia e também do hipnotismo, Le Bon argumenta que o poder da sugestão, o contágio mental e o sentimento de exacerbar paixões reprimidas, são condições unânimes que se encontram em um indivíduo integrado em uma multidão. Seus atos, que podem ser violentos, criminosos ou heroicos, dependem necessariamente de como a multidão é sugestionada. Esse papel, concordam os autores, é realizado por um agitador, e por ser um fator externo à multidão e inflamar uma excitação passional momentânea, é considerado por Le Bon como uma causa próxima. Todas as causas ligadas à hereditariedade e à raça, como a noção de predisposição, são consideradas causas distantes.

Uma vez que a principal crítica de Nina Rodrigues aos autores da psicologia das multidões diz respeito à influência da loucura no processo de formação do estado de multidão, o médico maranhense esteve interessado em avaliar essa patologia presente nos *meneurs*, bem como a capacidade de associação entre loucos e não-loucos. Acreditava Nina Rodrigues na possibilidade de que o estado de multidão fosse capaz de provocar “uma manifestação de loucura transitória entre indivíduos normais predispostos por seu temperamento”⁴⁴, e que por isso era fundamental “compreender a influência que pode exercer sobre a multidão, (...) o estado delirante dos *meneurs* e estabelecer se aí é justo admitir o desenvolvimento de um estado patológico”⁴⁵, dado a partir de um contágio mental.

⁴³ NINA RODRIGUES, *op cit*, p.100.

⁴⁴ *Idem*, p.98.

⁴⁵ *Idem* p.101.

Portanto, ao partir dessa lógica, Nina Rodrigues defendeu que “não podemos sempre reduzir o contágio mental exclusivamente à sugestão, como também o contágio mórbido, manifestado por ela, a uma simples passividade hipnótica”⁴⁶. Argumenta o médico que a *sugestão*, no caso de contágio mental com um predisposto, pode se limitar a desenvolver uma verdadeira doença que evolui de modo particular de acordo com a constituição física e mental do paciente, o que garante uma “autonomia clínica bem conhecida, não permitindo que suas reações se reduzam a simples reprodução de uma sugestão recebida”.⁴⁷ Diferentemente de um caso de *sugestão/imitação*, no contágio mental se desenvolve um estado patológico real. Esse estado pode ser tanto mental quanto fisiológico, de origem motora.

Se assim fosse, seria preciso identificar a forma clínica de contágio, levando em consideração os indivíduos relacionados na associação. Nina Rodrigues distingue três formas clínicas principais: a) *loucura imposta*, do tipo Lasègue Falret; b) *a loucura simultânea*, do tipo Régis; e c) *loucura comunicada*, do tipo Marandon de Montyel.⁴⁸ Nos casos de Régis e Montyel, o indivíduo que foi submetido ao contágio sofre de verdadeira alienação, mas no caso de Lasègue Falret, como já mencionamos, o indivíduo passivo não é necessariamente um alienado; a *loucura imposta* é a forma clínica mais frequente nos casos de loucura epidêmica, defendeu Nina Rodrigues. O agente ativo, também chamado de *incubo*, é a causa próxima. Quanto às causas distantes, a loucura epidêmica se faz presente sobretudo nos “predispostos, os degenerados principalmente”,⁴⁹ como propõe demonstrar o médico a partir da tese de Márcio Nery publicada em 1894 em que relata um caso de loucura a dois entre irmãos degenerados, um exemplo de loucura imposta de curta duração. Seguindo a forma clínica de Lasègue e Falret, o principal desafio de Nina Rodrigues era explicar como se dava a associação entre indivíduos loucos com indivíduos sãos.

Para os casos mais complexos de contágio lento, ou de longa duração, nas multidões e seitas religiosas, o caráter vesânico se faz menos aparente:

“pelo número de indivíduos, acometidos, esses casos se encaminham para as condições endêmicas, conservando ainda, entretanto, os caracteres da loucura a

⁴⁶ Idem p.102.

⁴⁷ Idem, p.102.

⁴⁸ Marandon de Montyel (1851-1908) e Emmanuel Régis (1855-1918).

⁴⁹ NINA RODRIGUES, *op cit.* p.105.

dois, pois que a natureza da herança mental leva a crer tratar-se de indivíduos atingidos da mesma predisposição mórbida”.⁵⁰

Acreditava Nina Rodrigues que estes casos, representados por pequenas epidemias, explodem preferencialmente em corporações religiosas, “onde a aparente lucidez das pessoas atingidas pelo contágio alterna com francas manifestações de histeria, o que põe fora de dúvida a natureza mórbida dos acidentes.”⁵¹ Neste aspecto, causas próximas e distantes se misturam na composição do diagnóstico de Nina Rodrigues, que argumenta que

“as condições do meio, a vida em comum, onde o espírito místico é continuamente alimentado pelas práticas religiosas de todos os dias, desenvolvem aqui, no mais alto grau, as predisposições nervosas dos reclusos (...) um estado mental especial, um delírio particular, o delírio religioso, (...) que pode ser apresentado quer por verdadeiros alienados, quer por predispostos, por degenerados, quer por ainda doentes portadores de grandes neuroses.”⁵²

Assim, para além dos casos de loucura a dois e loucura doméstica onde o pressuposto da hereditariedade ou do contato direto daria conta de explicar os acessos à loucura dos contagiados, nas pequenas coletividades em que a prática religiosa era o cerne das aglomerações, as condições de degenerados e predispostos garantiria as condições necessárias para a reprodução das loucuras coletivas.

É o que Nina Rodrigues pretendeu demonstrar a partir de um caso de loucura coletiva em uma sessão de espiritismo em Taubaté, no interior da então província de São Paulo. O histórico do caso foi reconstituído por intermédio do médico alienista Francisco Franco da Rocha (1864-1933), então diretor do Hospício do Juqueri, que forneceu a Nina Rodrigues materiais da imprensa sobre o ocorrido e que data de 1885.⁵³

⁵⁰ Idem, 111.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem, p.111.

⁵³ Tal contato revela o quanto a construção de uma rede de sociabilidade no meio científico contribuiu para as publicações de Nina Rodrigues acerca das loucuras epidêmicas, discussão que faremos no capítulo a seguir.

Sobre esse caso em Taubaté, argumenta o médico que o meio em que se encontravam era extremamente sugestivo, fato que desencadeou o acesso de loucura dos indivíduos predispostos, cada qual de acordo com suas condições mentais: alguns histéricos, outros verdadeiros alienados, outros degenerados. Argumenta Nina Rodrigues, retomando observações do próprio Franco da Rocha, que tais surtos não trariam nenhuma novidade ao estudo das patologias mentais, se não fosse o meio sugestivo que garantiria a eclosão de um estado de multidão, “dirigindo os seus delírios num sentido especial e dando-lhes traços epidêmicos dominantes.”⁵⁴

Se os dois casos acima citados revelam transições graduais de associações coletivas, de um ambiente doméstico para uma pequena coletividade, as observações seguintes de Nina Rodrigues demonstram que, no Brasil, foi possível “chegar às grandes epidemias vesânicas”, cuja constituição é “certamente mais complexa”⁵⁵ e os resultados mais trágicos; como por exemplo a hecatombe de Pedra Bonita e o arraial estabelecido em Canudos, que pretendemos discutir no segundo capítulo de maneira detalhada.

Os eventos em Pedra Bonita tiveram início em 1836, relata Nina Rodrigues, quando um mestiço de nome João Santos começou a espalhar boatos na região da comarca de Flores, parte central do estado de Pernambuco, local onde se erguiam duas colunas de rochas de 30 metros de altura. Dizia João Santos que ali era um local sagrado, um país encantado onde reinava D. Sebastião, o rei de Portugal morto na África e personagem central dos mitos que professavam seu retorno. As duas colunas seriam as torres de seu templo, parcialmente visíveis.

Percorrendo a região, onde habitava uma “população rústica, já naturalmente predisposta”, João Santos teria facilmente implantado a ideia de uma “intervenção sobrenatural”. A autoridade eclesiástica do local, no entanto, conseguiu conter os ânimos e afastar seu pregador, mas as crenças e as superstições continuaram a

“conquistar cada vez mais o espírito do povo de tal jeito que, menos de dois anos depois, outro mestiço chamado João Ferreira, cunhado do primeiro e seu preposto, chegou a reunir na localidade trezentas pessoas, com o fim de provocar o desencantamento do reino.”

⁵⁴ Idem, p.115

⁵⁵ Idem, pp.124-125

João Ferreira, o novo *meneur* da multidão que o seguia, permaneceu no local durante mais de doze meses, estimulando práticas religiosas mescladas com orgias e privações da higiene do corpo, enquanto o desencantamento não tivesse se consumado, fato que só ocorreria, segundo o pregador, com a oferta em sangue para regar os pés das colunas e dos campos vizinhos. Em troca, prometia aos fiéis mestiços que se tornariam brancos, aos pobres que se tornariam milionários e aos velhos que rejuvenesceriam.

Chegado o dia dos sacrifícios, a multidão ofereceu-se voluntariamente para as execuções, que duraram três dias e cujas descrições revelam uma “sangrenta tragédia” na qual também seu orador, João Ferreira, foi morto imediatamente. A chegada das autoridades foi recebida com “a mais enérgica e obstinada resistência” por parte dos fiéis, resultando na morte de mais de vinte pessoas, dentre elas os principais líderes.

Para Nina Rodrigues, são evidentes os caracteres da epidemia vesânica de fundo religioso, cujo desenvolvimento do desvio mórbido se deu “à exaltação do misticismo de uma reunião de mestiços psicologicamente mal equilibrados, pela evocação violenta dos sentimentos e das crenças atávicas das raças inferiores de onde haviam saído.”⁵⁶ O delírio vesânico a que foram submetidos seus membros teria despertado instintos atávicos de crueldade, adormecidos numa população que ele considerava fetichista, dada a relação do evento com a disposição das pedras. Comparando com as crenças negra e indígena, mas sem deixar de tecer uma crítica também às “tendências supersticiosas da raça branca”, Nina Rodrigues não deixou de condenar a mestiçagem, como era típico de suas publicações acadêmicas, mas nos estudos de coletividades passou a considerar elementos que compunham aspectos sociais e regionais, adequando de modo mais flexível a realidade que presenciou nestes estudos.

Para esses casos, em que o contágio é súbito e agudo, Nina Rodrigues defendeu que a loucura, embora transitória, era o que os chefes transmitiam à multidão. Quando a multidão se vê mobilizada pelas sugestões do seu *meneur*, ações violentas e abomináveis podem acontecer se elas estiverem compondo o delírio no qual o chefe se encontra, reproduzindo o que Nina Rodrigues chamou de paixão mórbida, ou seja, um sentimento puramente patológico. Portanto, e aqui o médico maranhense reconhece a opinião de Sighele, que o chefe comunica

⁵⁶ Idem, p.140

à multidão o sentimento que o domina, transmitida por meio do gesto, inconscientemente imitados; são os *atos reflexos* em ação. Defende ainda Nina Rodrigues que as regras desse estado mental são as mesmas a que se conformam às regras do contágio da loucura. Isso quer dizer que, em termos de sistematização, a loucura das multidões deve ser considerada como da mesma natureza que as loucuras gerais. Ocorre que o estado de multidão permite o “desenvolvimento colossal” de episódios simples de delírios vesânicos gerais.⁵⁷

Se as proporções em Pedra Bonita se tornaram desastrosas e trágicas, a carnificina ocorrida em Pernambuco não obteve uma comoção nacional exacerbada, fosse pelo difícil acesso à notícia, ou pela própria natureza de seu evento, desvinculado de qualquer temor político que uma seita na região central de Pernambuco em 1838 pudesse representar. Mas o final do século XIX viria a conhecer outro evento, esse de proporções maiores e repercussão nacional, marcado por um momento de crise do novo regime político republicano, de transições políticas da elite local, e que mobilizaria o exército nacional em prol de sua destruição. As dimensões de Canudos recebem um capítulo à parte nessa dissertação, mas antes de adentrarmos nas questões que levaram à formação e à destruição do arraial, é preciso nos deter em uma última questão que nos parece fundamental para os psicólogos das multidões, a sua responsabilidade penal.

1.5 Entre o individual e o coletivo: a questão da responsabilidade penal das multidões

Retomemos a epígrafe deste capítulo, o pensamento de Gustave Le Bon sobre as multidões ainda no prefácio de “A psicologia das multidões”, de 1895:

“As multidões sempre desempenharam um papel importante na história, mas nunca tão considerável como nos nossos dias. A ação inconsciente das multidões, substituindo-se à atividade consciente do indivíduo, é uma característica da época em que vivemos”

Aqui se encontra implicitamente uma questão que os intelectuais das multidões se preocupavam diretamente, e que compôs o pano de fundo de quase todo o arcabouço teórico da Psicologia Coletiva: a questão da responsabilidade penal. Para nos aprofundarmos nesse

⁵⁷ NINA RODRIGUES, *op cit*, p.145.

debate, se faz necessário, novamente, contextualizar alguns conceitos que permeavam o vocabulário da criminologia do final do século XIX, bem como compreender, a partir de uma longa duração, os pressupostos teóricos que norteavam médicos, antropologistas e criminalistas quando dissertavam sobre as práticas de controle de corpos, do individual ao coletivo.

As técnicas precisas de controle e punição para a criminalidade remontam ao fim dos suplícios, quando, em meados do século XVIII na Europa, a redação de códigos penais modernos marcou uma nova era para a justiça penal. A punição deixaria de ser um teatro exemplar e dantesco para se tornar uma ferramenta corretiva, a pena, parte velada do processo penal. Nesse processo, desenvolveram-se técnicas de interrogatório, diagnósticos e formas de identificação do criminoso, e o carrasco se viu substituído por médicos, psiquiatras e psicólogos. A prática dos suplícios, com certa resistência, perdurou entre meados de 1830 e 1848 no cenário europeu.⁵⁸

A prática racionalizante em torno da punição e do crime certamente se deve à articulação dos discursos médico e jurídico, cuja roupagem científica garantiu as normas para a definição da criminalidade e do criminoso. Apoiados numa releitura da teoria da evolução de Darwin, e voltados para a noção de indivíduo, desenvolveu-se uma criminologia que buscava sustentação e legitimação nas análises de dados numéricos.

Talvez, o mais expressivo resultado dessa tentativa tenha sido o de Cesare Lombroso, que publicou, em 1876, *O Homem Delinquente*, cuja tese buscava provar a existência do criminoso nato. Os dados antropométricos interpretados pelo criminologista italiano sugeriam que a causa do crime residia no próprio criminoso, e suas características físicas seriam como estigmas denunciadores: “(...) o problema da natureza do crime – um ser atávico que reproduz em sua pessoa os instintos ferozes da humanidade primitiva e dos animais inferiores.”⁵⁹ Essa propensão à criminalidade era hereditária e os criminosos eram sujeitos atávicos, uma vez que sua teoria era evolucionista. Assim, indivíduo, tipo físico e raça eram os pilares para o entendimento do crime. Da convergência entre o cientificismo do século XIX e o evolucionismo darwinista se estabeleceu a Escola Positiva de Lombroso.

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁵⁹ *Apud* HERMAN, Arthur. **A ideia de decadência na história ocidental**. Editora Record, 2001, p.120.

O interesse pela taxonomia humana pode ter vindo na adoção de preceitos das ciências da natureza realizados pelos saberes que buscavam se legitimar no século XIX, como a antropologia criminal. Nesse caso, tratava-se de encontrar um prognóstico que explicasse as condutas do ser humano, assim como se fazia no mundo animal, como de fato aparece em Lombroso. O apogeu da craniologia se deu na segunda metade do século XIX, quando a crença em resultados numéricos precisos conferiu a esses estudos a possibilidade de se diferenciarem da mera especulação subjetiva.⁶⁰

A criminalidade nesse momento é regida pelo paradigma etiológico, na qual ela era concebida como um fenômeno natural. Em vista disso, a criminologia tinha como papel explicar suas causas utilizando métodos científicos ou experimentais e propor formas de combate ao crime, centradas no sujeito. De fato, a tese de Lombroso insere-se nesse paradigma, associado à “tentativa de conferir à disciplina o estatuto de uma ciência segundo os pressupostos epistemológicos do positivismo.”⁶¹

Com base no paradigma etiológico, fica claro, portanto, por que a questão do indivíduo parece pertinente para Gustave Le Bon. A responsabilidade penal para supostos crimes cometidos por multidões tornou-se a pauta também elaborada por Scipio Sighele, o criminologista italiano que era herdeiro da escola de Lombroso.⁶²

Grosso modo, Sighele planejou, em “A Multidão Criminosa” de 1895, refletir sobre a natureza criminosa do indivíduo que Lombroso fizera em uma escala maior, de múltiplos indivíduos, compondo uma multidão. Tinha a intenção de que suas conclusões jurídicas fossem acolhidas nos tribunais, revelando sem delongas, a principal questão da responsabilidade penal:

“Quando vemos aparecer perante os tribunais alguns indivíduos, que pôde prender no meio de um tumulto, os juízes crêem ter diante de si homens que, por si próprios, voluntariamente, vieram assentar-se nesses bancos infames; ao passo que

⁶⁰ GOULD, Stephen J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

⁶¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/10713-10713-1-PB.pdf>

⁶² Há uma discussão sobre a reivindicação da originalidade do tema, disputada entre Sighele e Le Bon.

não são mais do que alguns náufragos lançados ali pela tempestade psicológica, que os arrastara sem o saberem.”⁶³

Em Sighele, a formação de uma sociedade se dava em base, sobretudo, a partir das características de seus indivíduos, considerados um conjunto de elementos que são determinantes para a constituição da natureza daquela sociedade. Seguindo o filósofo Herbert Spencer (1820-1903), acreditava que a constituição da multidão era análoga ao trabalho de um pedreiro na construção de um muro, onde os materiais utilizados por ele eram fundamentais para se conseguir um bom resultado: tijolos bem cozidos e de arestas vivas produziram uma parede sólida. A mesma lógica era usada para explicar as matérias vivas e, por fim, a sociedade, na qual um agregado nada mais é do que o resultado de uma série de propriedades das suas partes.

Essa analogia de estrutura e conseqüentemente de funções é, para Sighele, uma condição necessária para o entendimento da sociedade como um organismo. De modo geral, Sighele reconhece que a sociedade não é homogênea, mas pode encontrar tal característica em determinados aglomerados humanos (um júri, um comício, um teatro), tornando-os, nesse caso, sujeitos às leis da sociologia, paralelas às da psicologia individual. No entanto, quanto mais passageira e acidental for a formação de inúmeros indivíduos, mais heterogêneo será esse organismo, de tal modo que se faz necessária a aplicação das leis da psicologia coletiva. Tal é a definição dada por Sighele para a multidão, um agregado heterogêneo por natureza composto por indivíduos “de todos os graus de moralidade e cultura.”⁶⁴

Portanto, tornava-se assim difícil resolver a questão da responsabilidade penal para o que Sighele considerava ser os crimes de multidão, quando seus autores “não são nem poucos, nem muitos, mas em grandíssimo número tal que nem se pode precisar.”⁶⁵ Essa preocupação é bastante lógica se a observamos dentro do contexto do paradigma etiológico, o que significa que a presença das multidões, bem como a possibilidade de seus crimes, se mostrou um verdadeiro desafio para os pensadores dos códigos penais.

⁶³ SIGHELE, Scipio. **A multidão criminosa**: ensaio de psicologia coletiva. Tradução de Adolfo Lima. Versão digital. Organização Simões: Rio, 2006.

⁶⁴ Idem

⁶⁵ Idem.

A responsabilidade penal para crimes coletivos já havia sido objeto de reflexão pelo italiano Giuseppe Alberto Pugliese (1845-1931), que em *Del Delitto Coletivo*, publicado em 1887, sustentou a teoria de que os indivíduos que cometessem crimes sob influência da multidão fossem considerados semi-responsáveis por seus atos, pois o indivíduo deixa de atuar como indivíduo e passa a atuar como “a gota de água de uma corrente que transborda.”⁶⁶ Sighele aceita essa proposição com algumas restrições, pois nela os criminosos natos, caso agissem em multidão, seriam também considerados semi-responsáveis, o que, para um membro da escola positiva, seria um absurdo. Defendeu Sighele que, no furor da multidão, a responsabilidade ou semi-responsabilidade dos seus atores importa menos que investigar a maneira mais adaptada de reagir contra eles.

Suas propostas com relação ao trabalho de Pugliese vão além; o que ele havia chamado de *crimes coletivos*, Sighele preferiu chamar de *crimes das multidões*, pois acreditava que o termo *crimes coletivos* implicava em dois tipos de crimes distintos: *crimes por tendência conatural da coletividade*, onde inclui o banditismo e a máfia, análogos aos crimes premeditados; e os *crime por paixão da coletividade*, onde ele acreditava se enquadrar os crimes cometidos por uma multidão, resultado de uma excitação passional passageira.

Sighele esteve preocupado com as multidões que insurgem, que brotam rapidamente e se manifestam sempre de modo negativo, a partir da imitação/sugestão. Para o criminologista italiano, a multidão é como uma pólvora seca, prestes a explodir sob qualquer impulso; seguindo a lógica da escola lombrosiana, vê com pessimismo a atuação da multidão, realizando uma reação conservadora contra suas manifestações: “A multidão é um terreno em que o micróbio do mal se desenvolve facilmente, ao passo que o micróbio do bem morre quase sempre, à mingua de encontrar condições de vida.”⁶⁷

Na mesma linha de interpretação seguiu Gustave Le Bon, que explicou os atos de extrema violência e criminosos a partir de instintos de ferocidade destruidora, resíduos atávicos adormecidos. Acreditava o francês que na consciência de cada indivíduo residia a esperança da impunidade da multidão, o que permitia dar “plena liberdade a estes instintos que, na vida de cada um, tomado isoladamente, são contidos pelo temor do castigo.”⁶⁸ Mobilizados pela sensação de anonimato que a multidão oferece, defendeu Le Bon que o

⁶⁶ *apud* SIGHELE, Scipio. *op cit.*

⁶⁷ SIGHELE, Scipio, *op cit.*

⁶⁸ NINA RODRIGUES, *op cit.*, p.91.

indivíduo cederá a tais instintos na medida em que desaparece o sentimento de responsabilidade que antes o detinha.

Nina Rodrigues, cuja trajetória acadêmica nos revela um latente interesse também por questões de responsabilidade penal, não se absteve nessa discussão. Seu primeiro livro publicado, em 1894, intitulava-se *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, resultado de diversas lições ministradas no ano anterior em sua atuação em torno do desenvolvimento da medicina legal, e foi dedicado à Lombroso, Ferri e Garófalo, os mesmos a quem Sighele se afiliava. Nessa fase de produção intelectual de Nina Rodrigues, marcada pela “nova escola criminalista” e também da “nova escola médico legal francesa”, ficava claro o interesse do médico maranhense no papel patológico que atribuía à raça na população brasileira. Ali defendia a existência de códigos penais diferentes para raças diferentes, baseado no pressuposto de hierarquização das raças e visão negativa quanto à mestiçagem: “a cada fase da evolução da humanidade, se se comparam raças antropologicamente distintas, corresponde uma criminalidade própria, em harmonia e de acordo com o seu grau de desenvolvimento intelectual e moral”.⁶⁹ Essa colocação implica o posicionamento de Nina Rodrigues a favor do “direito positivo”, que, também como em Sighele, viam o criminoso condicionado por sua natureza, limitada pela raça – daí a máxima de considerar as *ilusões da liberdade* – à qual o “direito clássico” de cunho liberal recorria. Suas colocações sobre responsabilidade penal em possíveis crimes coletivos, porém, só foram discutidas quando se dedicou às loucuras epidêmicas, já no final da década de 1890, momento em que começou a deixar a rigidez teórica de Lombroso.

Foi nesse momento em que rebateu, portanto, a ideia de maldade inata às multidões colocadas por Sighele e Le Bon, considerando suas explicações incompletas porque

“deixa inexplicado o exagero das multidões em sentidos opostos, ‘os atos de devotamento, de sacrifício, e de desinteresse muito elevados, muito mais elevados do que aqueles de que é capaz o indivíduo isolado’ que não são certamente um ‘reliquat atávico do homem primitivo.’ Depois, aquela explicação deixa subentender nas multidões, um raciocínio interessado, uma capacidade para avaliar

⁶⁹ NINA RODRIGUES, Raimundo. *As raças e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Progresso, 1957, p.47.

as consequências afastadas de seus atos, puníveis ou não, que de fato, não existe no verdadeiro estado de multidão onde a inconsciência domina de modo soberano.”⁷⁰

Interessante notar que essa observação de Nina Rodrigues só pode ter sido feita com base nos eventos de religiosidade que analisou, sob o viés das loucuras epidêmicas, onde os atos de sacrifício e devoção formaram quase uma constante, tanto em Pedra Bonita quanto em Canudos:

“Todos os indivíduos entrincheirados em Canudos, submetidos a um regime de esgotamento pela fome e mesmo pela miséria, viveram a princípio durante um tempo prolongado, mantidos sistematicamente em um estado de exaltação religiosa, e transformados depois em defensores alucinados pela fé, para chegarem a uma luta a mão armada: são predispostos. Foi assim também que se criou e desenvolveu a mais acentuada predisposição naqueles próprios que no reino de Pedra Bonita, no Estado de Pernambuco, não a trouxeram do berço; e compreende-se também como, nesta seita, já tomada de um delírio religioso, bem sistematizado pode se desencadear de um momento para o outro, um estado de multidão mórbida que terminou por uma horrível hecatombe.”⁷¹

De todo modo, defendeu que se tratavam de estados patológicos que alteram a capacidade de discernimento dos indivíduos, bem como a consciência de seus atos. Ainda assim, Nina Rodrigues nos dá pistas de que considerava as condições do meio em que os indivíduos se encontravam expostos como relevantes: a fome e a miséria. Desse modo, o seu entendimento sobre o estabelecimento de um estado patológico verdadeiro é, para ele, a linha explicativa que deve elucidar a questão da responsabilidade penal:

“No contágio mental, há um estado patológico real, que se manifesta no sugestionado e que, do ponto de vista da responsabilidade penal, lhe dá direito a isenções, a privilégios iguais aos que gozaria no caso em que tivesse agido sob o império de uma doença qualquer”

⁷⁰ NINA RODRIGUES, *op cit*, 1939. pp.91-92.

⁷¹ NINA RODRIGUES, *op cit*. p.148

Sob esse ponto de vista, portanto, Nina Rodrigues considerou a fórmula de Sighele relativa à responsabilidade penal das multidões como insuficiente. Argumenta o médico maranhense que no apogeu da exaltação de uma multidão, quando seus atos criminosos e destrutivos tiverem atingido o máximo de sua intensidade, esse estado sugestivo se transforma em um verdadeiro delírio, e que portanto os princípios em que se baseiam a responsabilidade jurídica de seus indivíduos devem ser os mesmos que forem aplicáveis aos casos de alienação mental.

A regra de Sighele defendia a punição baseada em crime por sugestão hipnótica, pressupondo que o criminoso tivesse tendências delituosas que a sugestão despertou, embora não tenha criado. “A consequência deve ser que o crime por sugestão acusa uma *temibilità* latente que, longe de anular a responsabilidade do criminoso, justifica.”⁷²

Segue Nina Rodrigues dizendo que não se poderia aplicar essa mesma regra aos loucos, cuja *temibilità* exigirá sempre um tratamento diferente daquele aplicado aos indivíduos sãos, porém perigosos, mesmo quando se tratar de um caso de loucura violenta, cujo temperamento agressivo se origina de uma constituição mental congênita. O autor não nega o fato de que a alienação pode conduzir à violência, assim como pode induzir indivíduos que não tem o temperamento criminal a conduzir atos criminosos, fato que também Sighele expôs ao tratar do mesmo tema.

Sighele reconhece também o fato de que, na multidão, um indivíduo pode cometer um homicídio sem ser um criminoso nato, mobilizado pela “embriaguez moral” e que tão logo se cometa o crime, seria acometido por uma eclosão de arrependimentos e remorsos, inexistente entre os criminosos natos. Essa observação foi feita a partir de um caso que analisou, ocorrido em 1793 logo após a Revolução Francesa, sobre um *commissionaire du coin*, um homem honesto, porém exaltado, que matou cinco sacerdotes e morreu um mês depois sem ter conseguido dormir, “com a boca espumando e com tremores por todo o corpo.”⁷³

Gustave Le Bon parece se aproximar mais da opinião de Sighele do que de Nina Rodrigues no que diz respeito à criminalidade das multidões e suas formas de punição, após analisar também um caso da Revolução Francesa: o assassinato do governador da Bastilha,

⁷² NINA RODRIGUES, p.149. *Temibilità* é um critério determinante da medida penal nomeado por Raffaele Garófalo (1851-1934) e que tem por definição “a perversidade constante e ativa do delinquente e a quantidade do mal previsto que se deve temer por parte do mesmo delinquente”.

⁷³ *apud* NINA RODRIGUES, *op. Cit.* p.151.

De Launay. Depois de terem tomado a fortaleza, o governador, já cercado por uma multidão em êxtase, foi agredido. Enquanto uns pediam que o enforcassem e outros bradavam sua decapitação, formou-se uma agitação e o governador atingiu um dos envolvidos com um pontapé. Imediatamente a multidão sugeriu que o atingido fosse o encarregado de cortar a cabeça de De Launay, e ele, um cozinheiro sem emprego, convencido de que aquela era a ação patriótica a ser tomada, executou o governador. Para Le Bon, esse exemplo demonstra com clareza o poder da sugestão na coletividade, que o faz concluir que uma multidão pode ser legalmente considerada criminosa, mas não psicologicamente.

Se esse caso fosse discutido por Nina Rodrigues, certamente faria convencer o autor de que o pobre cozinheiro foi tomado por um acesso transitório de loucura verdadeira, tornando-se inconsciente de seus atos. Discordaria, portanto, da convicção de Le Bon de que uma multidão não pode ser considerada psicologicamente criminosa.

Do mesmo modo a questão da responsabilidade será discutida para os *meneurs*, onde Nina Rodrigues reconhece que “no cúmulo da exaltação coletiva desaparece inteiramente a influência diretora dos *meneurs*, e não podemos mais considerá-los responsáveis”.⁷⁴

A conclusão de Nina Rodrigues desse debate se apresenta como se, nos termos em que ele verifica a influência da loucura, quase que uma falsa questão, e propõe que responsabilidade jurídica das multidões deveria desaparecer completamente nos casos em que o verdadeiro delírio coletivo é indiscutível; a pena, para os casos de multidão menos intensos deveria ser atenuada, uma vez que seus *meneurs* são suspeitos de serem desequilibrados mentais.

Como todo seu texto foi construído em base dos casos que analisou, o parágrafo conclusivo parece elucidar de modo bastante emblemático o caso de loucura epidêmica que seguramente mobilizou forças do exército nacional, da imprensa e da medicina, Canudos:

“Não é preciso dizer, entretanto, que se impõe para cada caso a análise psicológica da multidão, porque só ela permite verificar se os chefes ou *meneurs* são criminosos reconhecidos e perigosos, em cujo caso será sempre merecida uma repressão enérgica, estejam ou não em estado de multidão.”⁷⁵

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ NINA RODRIGUES, *op cit.* p.152

Talvez não se possa afirmar que todas as quatro expedições a Canudos tenham sido enérgicas, já que o evidente fracasso e despreparo das forças armadas mostraram-se evidentes durante as primeiras incursões no sertão da Bahia. De modo geral, no entanto, o massacre realizado na Quarta Expedição se mostrou bastante enérgico, assim como foi a repercussão e a comemoração da vitória sobre os insurgentes. Com essa conclusão de Nina Rodrigues em vista, veremos em que condições se deram os eventos do conflito, no intuito de investigarmos as tomadas de posição, políticas e científicas, que tornaram a repressão merecida ou não, na visão de nosso autor.

CAPITULO 2. A “Necrópole dos Bravos” face ao “Império das Leis”

“Até ontem a nossa missão era fundar a república; hoje o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conservá-la e engrandece-la. Não se mudam instituições para persistir em defeitos inveterados, ou para causar simples deslocamentos dos homens. Nas revoluções em que ponderam os princípios sobre que repousa a trilogia sagrada do direito, da justiça e da liberdade, os povos visam antes de tudo melhorar de condição, fortalecer o império das leis e reivindicar o papel que lhes cabe no governo da sociedade”⁷⁶

A proclamação da República acirrou a disputa entre projetos republicanos distintos, que viam nas amarras imperiais o símbolo do retrocesso e de um passado a ser superado. O projeto posto em prática com a tomada do poder feita pelos militares tinha nos princípios da justiça e da liberdade a garantia do progresso, e somente com o fortalecimento deste “império das leis”, transcritas na nova Constituição, ele seria alcançado. A transição do regime implicou em sucessivas crises políticas e instabilidades que marcaram o primeiro período republicano, no qual Canudos encontrava-se. Diante de uma suposta ameaça às instituições republicanas, a *mensagem* de Deodoro pareceu ecoar nos anos seguintes do governo federal, que tomava para si a missão de conservar a pátria e a república. Inseridos nesse processo estiveram não só políticos e militares, mas também juristas, literatos e médicos, compondo uma nova geração de intelectuais que discutiram os significados desses conceitos, tão vulgarmente citados, na realidade nacional.

Para compreender a emergência dessa nova geração, é preciso se atentar aos processos que levaram à reformulação das instituições de ensino superior no Brasil, ao longo do século XIX.

⁷⁶ *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório em 15 de Novembro de 1890.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p.7.

2.1 Novas ideias, novas elites: a discussão racial na formação do Brasil

A criação de uma rede de instituições de saber no Brasil se deu no início do século XIX com a chegada da corte, momento em que se incentivou a recriação do aparato institucional centralizador que tornou possível a formação de uma “classe ilustrada nacional”. Esse quadro político colocou em evidência o dilema da sociedade brasileira do século XIX, que deveria deixar o regime da tutela colonial para o regime da lei como garantia de igualdade dos indivíduos.⁷⁷

Datam da época da vinda de d. João VI a instalação de instituições como a Imprensa Régia, a Escola Cirúrgica e o Museu Real, além das escolas de direito, cuja meta era garantir essa transição de tutela colonial com um código de emancipação política, além de formar uma elite intelectual autônoma. A criação do Instituto Histórico e Geográfico, em 1838, segue essa lógica de emancipação e trazia para si a responsabilidade de criar a história e a memória de uma nação a ser construída.⁷⁸

Em termos de formação e carreira, a elite intelectual brasileira era um espelho da portuguesa, por conta de sua formação jurídica em Portugal, que tinha como características o treinamento no funcionalismo público e no isolamento ideológico em relação às doutrinas revolucionárias, até pelo menos meados do século XIX.⁷⁹

Esse panorama, entretanto, viria a ser modificado na medida em que as diferenças regionais e profissionais passaram a se tornar mais evidentes, primeiro com a mudança do eixo econômico do país (da região Nordeste para a Sudeste) e, em segundo lugar, com a possibilidade de profissionalização em instituições de saber fundadas em diferentes regiões. Iniciou-se, assim, um processo de circulação não só de políticos e intelectuais, mas de ideias e debates a partir da década de 1870. A isso se referiu Silvio Romero (1851-1914): “um bando de ideias novas [que] esvoaçava (...) de todos os pontos do horizonte⁸⁰” que fariam os intelectuais de toda uma geração se associarem em “escolas”, grupos ou alianças de acordo

⁷⁷ CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸⁰ ROMERO, Silvio. “Explicações indispensáveis”. Prefácio a *Vários escritos*, BARRETO, Tobias., Sergipe, Editora do Estado de Sergipe, XXIII-IV.

com suas afinidades teóricas. Positivismo, evolucionismo e darwinismo compunham esse bando, e apesar das distintas análises e da regionalização do saber, todos eles tinham em comum a crítica a algumas amarras do domínio imperial e a tentativa de compreensão de temas sobre a nacionalidade, todas elas pautadas na questão racial. Exemplo disso são as faculdades de Direito de São Paulo e Recife, preocupadas com a elaboração de um código nacional, mas a partir de interpretações distintas: os paulistas em grande maioria adotaram o modelo liberal de análise, ao passo que em Recife predominou o “social-darwinismo” com base em Spencer.

A emergência dessa classe intelectual de profissionais no âmago das classes dominantes (em grande maioria, eram provenientes de famílias de proprietários rurais, como era Nina Rodrigues) só pode ser compreendida por meio da atuação desses indivíduos a partir das questões que lhes pareciam ser importantes a ponto de se tornarem objetos de análise. Isso porque, embora não fossem indivíduos oriundos das camadas mais pobres, isso não quer dizer que fossem, necessariamente, porta-vozes dos interesses das classes dominantes. A despeito de sua origem social, parece-nos que Nina Rodrigues procurava legitimar e dar respaldo científico às suas posições na Faculdade de Medicina da Bahia.

Portanto, imerso nesse processo de efervescência de debates e membro dessa elite intelectual, a questão racial não deveria passar despercebida por Nina Rodrigues, pois assim como outros de sua geração, ele via no conceito de raça o cerne das especificidades da nacionalidade brasileira. Para compreender a maneira pela qual a raça se tornou um tema tão importante para esses autores nesse momento, é preciso contextualizá-la brevemente.

Pelo menos até o século XVIII, na Europa, “a palavra ‘raça’ era utilizada para se referir ao conjunto de descendentes de um ancestral comum”⁸¹, de modo que a cor de pele ou outros traços físicos tivessem pouca importância nas relações de parentesco. No entanto, foi ao longo do século XIX que o termo se consolidou como um descritor das características biológicas e socioculturais, recebendo um tratamento cada vez mais científico. A visão unitária da humanidade, pressuposta no Iluminismo, recebeu forte investida com o novo suporte intelectual que se concentrou no conceito de raça, cada vez mais utilizado como argumento contrário à noção do livre-arbítrio, uma vez que haveria condicionantes biológicos que determinavam níveis de compreensão e assimilação dessa liberdade.

⁸¹ MAIO, Marcos Chor (org). **Raça como questão**. História, Ciência e Identidades no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

Consideramos importante para essa mudança de pensamento a publicação de *A origem das espécies* (1859). Mais uma vez, o impacto da teoria de Darwin foi capaz de amenizar uma antiga disputa que dizia respeito à origem do ser humano. De um lado, os *monogenistas*, que acreditavam que a humanidade descendia de uma fonte comum, tal como postulado nas escrituras bíblicas; do outro lado, os *poligenistas* defendiam a hipótese da existência de vários centros de criação, que corresponderiam às diferenças raciais observadas. De fato, o evolucionismo como paradigma apenas retirou o criacionismo do centro da discussão, mas não impediu que monogenistas e poligenistas continuassem a hierarquizar linearmente as raças: aqueles, ainda seguindo seus princípios morais, religiosos e políticos; estes passaram a considerar as raças como variedades, ainda que assumissem a existência de um ancestral remoto.⁸² Ao assumirem o modelo evolucionista, ambas as interpretações atribuíram ao conceito de raça uma conotação que lhes permitia adentrar em questões de cunho político e social.

No Brasil, a questão racial foi, antes de ser debatida pelos bacharéis do direito e da medicina, descrita pelos naturalistas europeus em suas viagens às terras brasileiras. Entre eles estava o bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que teve sua monografia, *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada em 1845 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Defendia a importância das “três raças fundadoras” na escrita da história do Brasil, cujas relações mútuas formaram a população brasileira. Atribuindo uma índole inata a cada uma das raças, Martius defendeu que a composição multirracial era um fator peculiar e positivo na história do Brasil. Sem deixar de lado o pressuposto hierarquizador das raças, von Martius acreditava que o sangue português iria “absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópia”⁸³ Tal inclusão é que garantiria o futuro promissor ao país.⁸⁴

Se é possível observar, ao longo do século XIX, a emergência de uma nova classe intelectual e política no Brasil, é preciso atentar para os espaços de atuação dessa geração, que assumiu a tarefa de se libertar dos antigos padrões em nome do progresso e da civilização.

⁸² GOULD, Stephen J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.65.

⁸³ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a história do Brasil” In: Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Nº24, Janeiro de 1845.

⁸⁴ ODA, **Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros** na obra de Raimundo Nina Rodrigues. Tese de doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: [s.n], 2003., pp.84-87.

Esses espaços, notadamente as principais cadeiras das faculdades, estiveram motivados pela guinada teórica de 1870, de onde viriam a se tornar verdadeiros centros aglutinadores de ideias e intelectuais engajados com os problemas de seu tempo. Para além desses espaços, as formas de atuação direta desses intelectuais esteve nos periódicos acadêmicos dessas faculdades, locais de legitimação desses grupos intelectuais, mas também em jornais e revistas dedicados a temas científicos. No que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, interessa-nos acompanhar brevemente duas instituições de saber: A Faculdade de Direito de Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia.

Fundada inicialmente em 1828 em Olinda, a Faculdade de Direito transferiu-se para Recife somente em 1854. Sua fase inaugural, marcada pelo descaso de alunos, falta de incentivo dos mestres e pela influência religiosa, cedeu lugar, em Recife, a uma produção intelectual mais organizada e dedicada, que, inspirada no evolucionismo, deixava de lado cada vez mais a metafísica influenciada pelo catolicismo que predominava em Olinda. Composta por um grupo social diverso, que aglutinava não só representantes das famílias rurais de Pernambuco como também membros de setores médios urbanos, os bacharéis de Recife buscaram adaptar os modelos evolucionistas e darwinistas à realidade nacional.⁸⁵

Silvio Romero foi um desses intelectuais, cujo destaque se deu em torno de seu temperamento radical quanto às suas posições e ao seu apego ao naturalismo. Formado na Faculdade de Direito de Recife em 1873, Romero adotou o princípio biológico racial como base de entendimento para o futuro da nação. Nesse momento de sua trajetória intelectual, o crítico literário elegeu o mestiço como o produto final de uma raça em formação, sendo a mestiçagem a condição de vitória do branco no país. Para Romero, e ao contrário do que pregavam os modelos evolucionistas sociais, haveria na mestiçagem uma futura viabilidade nacional.⁸⁶ Nesse momento, em que o poligenismo se constituía como uma verdade absoluta, o otimismo do autor na questão da mestiçagem não significava a igualdade entre as raças. Como membro da escola de Direito de Recife, que adotava o determinismo racial baseado no social darwinismo, Romero acreditava haver “na humanidade duas grandes desigualdades: as *classes* e as *raças*, filhas aquelas da história e filhas estas da natureza”⁸⁷. A desigualdade entre as raças é algo irrefutável, mas a sua mestiçagem poderia vir a garantir o triunfo da raça

⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op cit.*

⁸⁶ Essa questão foi revisitada pelo autor posteriormente, onde reviu suas colocações sobre a mestiçagem.

⁸⁷ ROMERO, Silvio. **Introdução à doutrina contra doutrina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.78. Grifos no original.

branca, pois Romero, apesar de aceitar esse pressuposto poligenista, rejeitava a ideia de decadência nos indivíduos híbridos. O evolucionismo aqui viria a servir de base para a crença da superioridade da raça branca, que seria capaz de prevalecer sobre as outras quando em processo de miscigenação.

Postura contrária foi vista em nosso autor, Raimundo Nina Rodrigues, cuja trajetória acadêmica esteve vinculada à Faculdade de Medicina da Bahia. Nascido no Maranhão, iniciou sua formação na Faculdade em 1882, e após um curto período estudando no Rio de Janeiro, graduou-se em 1887, após aprovação “com distinção” de sua tese *Das Amiotrofias de Origem Periférica*, um estudo sobre três casos de paralisia progressiva.

A história da Faculdade de Medicina da Bahia está inserida num contexto de disputa pela hegemonia do saber médico, primeiro em relação às artes de curar não acadêmicas, e, segundo, em relação à faculdade do Rio de Janeiro. Até a implantação dos cursos médico-cirúrgicos em 1808, a atividade médica era desenvolvida por curandeiros, boticários, parteiras e barbeiros. A “Escola Cirúrgica” viria a ser criada por carta régia no antigo Colégio dos Jesuítas, seu curso teria duração de quatro anos, com duas cadeiras diferentes: “cirurgia especulativa e prática” e “anatomia e operações cirúrgicas”. Em 1813 a escola cirúrgica do Rio de Janeiro viria a se tornar academia, e nesse processo de maior institucionalização dos cursos médicos, foi criada também uma academia cirúrgica na Bahia. Somente por decreto em 1832, as academias médico-cirúrgicas viriam a se tornar “faculdades de medicina”: os cursos foram estendidos para seis anos com exames anuais e a defesa de uma tese para obtenção do título. Os professores transformaram-se em doutores nesse decreto, e a ocupação de suas cadeiras seguiam a lógica da hereditariedade monárquica. O perfil socioeconômico dos alunos se limitava às classes dominantes, que pouco respeitavam os professores da faculdade, em sua maioria pardos e mestiços.

Em 1854, foram criados novos estatutos da Faculdade de Medicina, que, na visão de Antônio Pacífico Pereira, “mais se ocupou com o código das penas disciplinares e os processos de exames do que das alterações radicais que o progresso das ciências exigiam no sistema e nos métodos de ensino.”⁸⁸ Reclamavam os médicos da falta de equipamentos, de gabinetes e laboratórios, de instrumentos e de aparelhos, o que parece ter prosseguido pelo menos até meados de 1880, conforme recordava Pacífico Pereira em seu discurso, já do final do século XIX.

⁸⁸ Discurso publicado na Gazeta Médica da Bahia, Ano XXX, julho de 1898.

Se durante esses primeiros momentos das faculdades de medicina, assim como nas de direito, prevalecia o esforço pela institucionalização em meio à falta de verbas, de professores capacitados e de predominante desrespeito entre professores e alunos, a década de 70 do século XIX viria trazer uma guinada no perfil e na produção científica dessas escolas. Para além do aporte das “ideias novas” no continente americano, o contexto nacional é relevante para tal: epidemias de cólera, febre amarela e varíola compunham grande parte dos periódicos da *Gazeta Médica da Bahia*, fundada em 1866, como também “os mais relevantes serviços médicos” na Guerra do Paraguai, que entre cirurgias e controle de epidemias, faziam da profissão médica ação missionária em nome da pátria:

“Hoje, não é só a voz da humanidade que chama a profissão médica brasileira à renovação desses mesmos sacrifícios e dedicação pelos nossos semelhantes, é também a voz da pátria que invoca o seu auxílio em favor daqueles que vertem por ela o seu sangue no campo da honra, e expõem as suas vidas em regiões inóspitas, aos perigos e calamidades inseparáveis da guerra.”⁸⁹

Certamente, os esforços médicos realizados na Guerra do Paraguai merecem um estudo aprofundado e próprio, mas aqui, concentramo-nos no papel que a *Gazeta Médica da Bahia* teve de legitimação da Faculdade de Medicina da Bahia como uma grande prestadora de serviços nesse contexto de guerra e epidemias.

Nesse cenário de alterações políticas e sociais (é paralelo a esses processos o crescimento das cidades, da criminalidade e dos casos de alienação nas ruas), a atuação médica se via redefinida sob a perspectiva de atuação social, numa espécie de missão higienista e patriótica. Assim, parte da medicina se aliava, ou melhor, se via em confronto com o direito, quando a perspectiva médica de intervenção nos corpos e mentes doentes era associada à responsabilidade penal nos casos de criminalidade praticada por indivíduos insanos. Desse imbricamento surgiria a medicina legal, que tinha, na figura do perito, a tarefa de encontrar os condicionantes do crime centrados na figura do criminoso. No cerne dessa discussão esteve Raimundo Nina Rodrigues, cujo arcabouço teórico para a questão da responsabilidade penal esteve diretamente relacionado à questão racial, à degenerescência e à loucura. A raça foi alvo direto dos trabalhos realizados na Faculdade de Medicina da Bahia, e

⁸⁹ *Gazeta Médica Bahia*. Publicada por uma associação de Facultativos. Volume I. Bahia, Typographia de Tourinho & Comp, 1867.

Nina Rodrigues teria uma interpretação bastante distinta da de Silvio Romero no que diz respeito à mestiçagem no Brasil.

O médico maranhense defendeu, em 1890, que a mestiçagem no Brasil ainda se encontrava em estado de formação, e que por isso ainda não eram bem definidas as suas particularidades antropológicas, com relação ao que ele chamava de raças puras primitivas. Para Nina Rodrigues, a questão da mestiçagem deveria ser vista sob os fatos de seu presente, e não como eles seriam em um futuro hipotético, pois acreditava que os tipos mestiços poderiam passar por formas de transição ou ainda desaparecer. Ao contrário de Sílvio Romero, Nina Rodrigues via na mestiçagem a diluição dos caracteres das raças puras, o que eventualmente causaria a degenerescência, considerando um “erro deplorável” admitir utilidade no cruzamento das raças. Nesse momento de sua trajetória intelectual, preocupado com as questões que envolviam a medicina legal e atuando nos moldes da escola lombrosiana, Nina Rodrigues defendia a importância de uma classificação rigorosa das raças puras e das raças cruzadas, propondo um maior detalhamento dos tipos mestiços que a literatura médica de sua época, acusada por ele de arbitrária e artificial, não considerou. Referia-se aos trabalhos de Justo Jansen Ferreira (1864-1930), *O parto e suas consequências na espécie negra* (1887) e de Francisco de Paula Rodrigues (1863-1953), *Glaucoma*, também de 1887. A tese de Jansen, defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e dedicada também ao seu “companheiro distinto e sincero amigo Dr. R. Nina Rodrigues”⁹⁰, tinha lacunas na visão do médico maranhense por não se atentar à “determinação mais ou menos rigorosa das raças puras e cruzadas”, cometendo o

“lamentável descuido de não discriminar as raças negras puras, das raças negras por cruzamento e nestas os produtos do cruzamento das raças negras com esta ou aquela outra raça concluindo uniforme e indistintamente de umas para as outras”⁹¹.

Desse modo, a tese de Jansen dizia respeito mais aos mestiços de negros do que aos negros puros, conclui. Mais condenável ainda, continua Nina Rodrigues, ser o fato de se encontrar nas estatísticas médicas de seu tempo, a divisão dos brasileiros apenas entre brancos, pardos e pretos, ainda divulgada em ambas as Faculdades de Medicina. É o caso da

⁹⁰ FERREIRA, Justo Jansen. **Do parto e suas consequências na espécie negra**. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1887.

⁹¹ NINA RODRIGUES, Raimundo. “Os mestiços brasileiros”. In: _____. *Op cit.*, p.198.

tese de Paula Rodrigues, que trazia a incidência do glaucoma numa relação racial entre esses três tipos, sem, contudo, levar em consideração as diferentes possibilidades que o termo “mestiço” poderia abarcar. Essa questão, entendia Nina Rodrigues, parecia estar em convergência com os caracteres antropológicos:

“Ou não há, de fato, nas três raças fundamentais e nem elas transmitiram ao produto dos seus cruzamentos caracteres patológicos diferenciais de valor e em tal emergência cumpre deixar a questão toda inteira aos antropologistas, afim de poupar a nós médicos, o trabalho de uma discriminação perfeitamente inútil e sem significação, e a eles a confusão maior que lhes deve resultar desse modo de proceder. Ou tais caracteres existem realmente e por mais árdua que seja a solução do problema, temos o dever de cooperar na elucidação de uma questão que afeta com a prática médica a mais estreita relação de dependência”⁹²

Tal parece ser o papel conferido à sua prática médica. Dada a multiplicidade de sentidos em que se davam os cruzamentos raciais (unilaterais e entre mestiços oriundos de raças primitivas distintas), tornava-se difícil estabelecer com precisão os parentescos reais dos mestiços, que os ligaria às raças de que eram provenientes. A filiação tornava-se, portanto, um critério insuficiente, sendo necessário recorrer aos caracteres morfológicos, seguindo os princípios que regiam as classificações das raças puras.

Com base nisso, a classificação adotada por Nina Rodrigues dividia a população nacional em seis grupos: *branco*, *negro*, *mulato*, *mameluco*, *cafuzo* e *pardo*. O médico maranhense não tinha intenções, ainda em 1890, de traçar os caracteres de cada tipo, mas apenas “precisar a significação e a extensão compreensiva das denominações pregadas.”⁹³

Entre os *brancos*, o médico maranhense enquadrava tanto aqueles que eram descendentes diretos de europeus quanto aqueles que eram mestiços a partir do cruzamento unilateral de raças brancas, pois assim considerava que as afinidades reunidas dos indivíduos em nome dos caracteres patológicos seriam mais precisas do que propôs Jansen. Repetiu o mesmo critério para a definição do *negro*: não só os descendentes diretos e sem mistura dos negros vindos da África, como aqueles nascidos entre cruzamentos entre eles. Para ambos os casos, Nina Rodrigues defendia a noção de *retorno* à raça de origem.

⁹² Idem, pp.203-204

⁹³ Idem, p.206.

As outras definições referem-se a tipos distintos de mestiços: *mulatos*, mestiços de portugueses com africanos, eram os mais bem estudados, dividindo-se em três subgrupos: os de “primeiro sangue”, os que retornam à raça branca, e os que retornam à raça negra. *Mamelucos* ou *caboclos*, seria a designação dada aos mestiços de brancos com índios, enquanto que *cafuzos* seriam os mestiços do negro com o índio. Essas significações já estavam em alguns dos relatos de Martius. Por fim, Nina Rodrigues define *pardo* como os indivíduos que possuem os caracteres das três raças, mas que a definição por uma ou outra raça fosse difícil de enquadrar. Muito embora reconhecesse a insuficiência desse termo, passível de causar uma compreensão genérica de mestiço, via na sua aceitação uma vantagem. Como veremos adiante, Nina Rodrigues parece detalhar o “jagunço” como um tipo específico do sertão, classificação que não apareceu em seus trabalhos raciais, tanto em 1890 como em 1894.⁹⁴

Se se faz necessária a compreensão da atuação desses intelectuais a partir de suas produções acadêmicas, as relações entre essas produções e suas atuações sociais e políticas se mostram tão urgentes quanto, e muitas vezes fundamentais para explicar certos sucessos ou falhas nos debates em que esses autores se inserem. A formação de grupos, de “escolas” e de associações científicas por afinidades revela uma ampla rede de relações pessoais e de alianças políticas desses intelectuais, tão importantes para a obtenção de seu reconhecimento público como tal.

Compreender essas atuações implica no uso do termo “geração” para lidar com esses intelectuais de 1870. Se na busca entre os nexos existentes entre obra, trajetória e contexto nos deparamos com a necessidade de utilização desse conceito, é preciso considerar que ele não implica numa unicidade de ações ou de ideias apenas pelo fato dos letrados coexistirem num mesmo período histórico; pelo contrário: no âmbito das revistas, periódicos, congressos e publicações de teses formula-se um espaço de conflitos e de afirmações de saber, marcado pelo ecletismo das diferentes visões de mundo que implicavam, para esses autores, diferentes noções de modernidade. Nesse sentido, se as gerações forem entendidas em função dos pontos de vista com relação aos eventos que marcaram as temporalidades desses autores⁹⁵, é preciso se atentar para não engessar os autores a determinadas posições intelectuais definitivas. Assim, em um momento em que espaços de publicações tornaram-se profusos, a busca de

⁹⁴ Vale ressaltar que o índio não esteve presente na classificação racial de Nina Rodrigues em 1890, apenas em 1894.

⁹⁵ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais” In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

nexos entre a produção dessas ideias e a trajetória desses indivíduos, orientadas por filiações políticas, científicas e institucionais, faz-se urgente para a compreensão de indivíduos tão plurais quanto Raimundo Nina Rodrigues. É sobre essa perspectiva que planejamos traçar sua trajetória, tão marcada por tais relações, fosse por meio de congregações científicas, fosse por meio de laços de parentesco, fosse ainda por meio de debates sobre a questão racial. Para compreendê-las, será preciso fazer uma breve incursão à Bahia do final do século XIX.

2.2 Prática médica e atuação política no alvorecer da República

A atuação da geração de 1870, entendida como um movimento de intervenção política contra o conservadorismo saquarema, como propõe Alonso⁹⁶, compôs o quadro de agitação social e política na crise do Império. Nesse cenário estiveram presentes o crescimento das cidades e dos índices populacionais das províncias, bem como o desenvolvimento do plantio de café nas fazendas do Oeste paulista, onde o trabalho livre viria a ganhar espaço.⁹⁷ As oligarquias tradicionais, que davam suporte à Monarquia, não se adaptaram às exigências de modernização na economia. A Lei Áurea viria para abolir a escravidão e com isso abalar as bases do Império.⁹⁸ O término da Guerra do Paraguai permitiu a exaltação não apenas dos “médicos patriotas” da Faculdade de Medicina da Bahia, como vimos, mas também o aumento do prestígio do exército e o seu consequente papel no golpe que fundaria a República em 1889. Dentro desse processo estiveram em divergência as diferentes utopias republicanas adotadas pelas elites educadas, disputando projetos de construção da nação a partir do liberalismo, do positivismo e do jacobinismo.⁹⁹

⁹⁶ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

⁹⁷ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2013.

⁹⁸ COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. 6a Edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁹⁹ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Se a virada do século XIX para o XX parecia acelerar o tempo de forma desenfreada para os habitantes da capital do Império e das principais cidades brasileiras, que aos poucos assimilavam as novas ideias de civilização, liberdade e progresso, nos sertões do país, por outro lado, o tempo ainda parecia seguir o ritmo da natureza. É verdade que, a despeito dos tímidos brados republicanos ecoados nas cidades, pouca coisa mudava de fato na vida rural. Tal contraste, que certamente marca de forma singular o primeiro período republicano no Brasil, é imprescindível para a compreensão da atuação dos agentes históricos envolvidos nessa trama.

Na Bahia, os mesmos agentes que nos tempos do Império ocupavam cargos políticos importantes continuaram a se articular para se manterem ativos nos moldes republicanos. A despeito da legislação eleitoral, em vigor desde a instalação do Governo Provisório, liberais e conservadores se articularam numa proliferação de partidos políticos criados a partir de seus interesses individuais, monarquistas “recém convertidos” que passariam a ocupar os primeiros cargos administrativos do novo regime sob novos rótulos. É o caso de José Luiz de Almeida Couto (1833-1895), político liberal que fora conselheiro do Império e o último presidente da província da Bahia, professor da Cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia que viria a fundar o Partido Nacional em julho de 1890, juntamente com outros sujeitos crescidos e vividos no Império, representantes da antiga elite imperial, entre eles Cícero Dantas Martins (1838-1903), o Barão de Jeremoabo, e Aristides César Spínola Zama (1837- 1906), formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Já os adeptos do federalismo se organizaram em torno do Partido Republicano Federalista, fundado em 1892 e presidido por José Gonçalves da Silva (1838-1911), ao lado de Luís Viana (1846-1920), um dos coronéis do sertão formado em Direito pela Faculdade de Recife que dispunha de um eleitorado fiel, assim como o Barão de Jeremoabo. O barão, frequentemente disputado entre os “nacionais” e os “federalistas”, viria a se aliar posteriormente com estes. Nesse momento, a transição entre os partidos era comum e recorrente, uma vez que se davam menos por convicções político- ideológicas e mais por sobrevivência no quadro de poder, preocupação recorrente desses grupos oligárquicos.¹⁰⁰

Os dois cenários antagônicos da República aparecem de forma clara e ilustram bem as consequências políticas da transição do regime. No litoral, fundaram-se inúmeros partidos

¹⁰⁰ QUADROS, Consuelo Novais de. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História, Salvador, 1973

políticos das mais variadas aspirações ideológicas, articulados pelas classes urbanas, enquanto que no interior houve a consolidação da classe dominante tradicional, senhores de terras que se valiam de suas clientelas para a manutenção do seu poder, cujo prestígio social e influência política eram alvos dos interesses destes partidos do litoral.

Os republicanos convictos estavam organizados em torno de Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), cuja trajetória esteve ligada à Faculdade de Medicina da Bahia, como lente de Medicina Legal e diretor da Gazeta Médica da Bahia entre 1866 e 1867. Seu substituto e sucessor na cadeira viria a ser o próprio Nina Rodrigues, em 1891. Era primo e também médico de Rui Barbosa (1849-1923), de quem recebeu um telegrama quando da proclamação da República nomeando-o, em nome do Governo Provisório, governador interino, cargo que deveria ser ocupado por Manoel Vitorino Pereira (1853-1902), também médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia.¹⁰¹

Uma rápida incursão aos nomes dos primeiros governadores da Bahia desde a proclamação da República até o término dos eventos de Canudos é reveladora:

Nome	Formação	Ano
Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913)	Medicina	1889
Manoel Vitorino Pereira (1853-1902)	Medicina	1889-1890
Hermes Ernesto da Fonseca (1824-1891)	Militar	1890
José Gonçalves da Silva (1838-1911)	Medicina	1890-1891
Joaquim Ferreira Leal (interino) (1826-1900)	Militar	1891-1892
Joaquim Manuel R. Lima (1845-1903)	Medicina	1892-1896

¹⁰¹ Arquivo de Virgílio Damásio, Pasta 32/Doc 4, 17 de novembro de 1889, Rio. *Apud* PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943.** A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Luís Viana (1846-1920)	Direito	1896-1900
------------------------	---------	-----------

Em primeiro lugar, chama atenção o número de governadores eleitos ou nomeados ainda nos primeiros anos da República, reflexo da instabilidade que marcou o início da transição do regime político. A composição do governo provisório de Deodoro trazia nos ministérios

“representantes de interesses nem sempre convergentes das províncias mais poderosas; republicanos históricos e outros de adesão muito recente à causa republicana; federalistas e centralistas; moderados e radicais; liberais e positivistas; e não seria fácil ao marechal habituado à disciplina da caserna presidir aquele governo”¹⁰²

Talvez por esse motivo estivesse receoso Manoel Vitorino Pereira em assumir o governo da Bahia, já que sua assinatura não constava no Manifesto Republicano de 1870, deixando o cargo para um “republicano histórico” como Virgílio Damásio, mesmo sendo nomeado (talvez também pelo mesmo motivo) por Rui Barbosa. Embora tivesse assumido o governo no mesmo ano que seu interino, logo foi substituído por Hermes da Fonseca, irmão do Marechal presidente, nomeado também pelo Governo Provisório, que tal como seus antecessores pouco governou, pois adoeceu gravemente tendo que retornar ao Rio de Janeiro para se tratar.¹⁰³ A promulgação da Constituição do Estado da Bahia, em julho de 1891, determinava que o governador fosse “eleito por sufrágio direto do Estado e cujo mandato durará quatro anos”¹⁰⁴. Assim se elegeu José Gonçalves da Silva, mas como se pode notar, não chegou a cumprir os quatro anos do mandato. A Bahia sentiria ainda as consequências da instabilidade no Rio de Janeiro quando do decreto de dissolução do Congresso, em novembro de 1891, iniciando-se uma querela entre os apoiadores de Deodoro e os de Floriano Peixoto. O então presidente,

¹⁰² NEVES, Margarida de Souza. *op cit*, p.35.

¹⁰³ Extraído de <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Hermes%20Ernesto%20da.pdf>. Acesso: 28/11/2018.

¹⁰⁴ BAHIA. Constituição Estadual, 1891.

“diante da pressão de grupos militares e civis, de uma greve de ferroviários que explode no rio de Janeiro, do aumento da tensão no rio Grande do Sul com a deposição de Júlio de Castilhos e, por fim, da revolta de Custódio de Melo, que assesta os canhões dos navios da armada ancorados na baía de Guanabara contra a capital da República, sem ter como lidar com uma situação que se aproximava perigosamente da guerra civil, em 23 de novembro, (...) depois de um breve governo constitucional, em ditador passa o governo às mãos de Floriano Peixoto, o vice-presidente eleito pela Assembleia Constituinte.”¹⁰⁵

Tão logo se definiram esses eventos na capital, membros da Câmara, liderados pelo então deputado federal, e um dos “médicos patriotas” na Guerra do Paraguai, César Zama (1837-1906), e apoiados pela força pública do 9º batalhão de Infantaria, liderados pelo Coronel Moreira César (o mesmo que viria a sucumbir na Guerra de Canudos), mobilizaram-se a fim de depor o governador José Gonçalves da Silva, que havia se demonstrado solidário ao “nefasto” ato de fechamento do Congresso, atitude considerada inaceitável por esses membros. Diante da recusa de José Gonçalves em abdicar de seu cargo, despertou-se uma movimentação popular influenciada pela oratória de César Zama e se iniciou um conflito, resultando em quatro mortes e diversos feridos, entre praças da polícia e cidadãos. Dois anos mais tarde, foi publicada a “História da Sedição na Bahia em 24 de Novembro de 1891”, como ficou conhecida; uma coletânea de documentos da imprensa coletados e organizados por João Gonçalves Tourinho, e dedicada ao ex-governador deposto, publicada com prefácio de Rui Barbosa, que chamou para si o objetivo de “fazer justiça a um dos mais úteis patriotas brasileiros”.¹⁰⁶ A própria publicação da obra, dois anos após os eventos, com posição política clara, parece-nos revelar a insatisfação e o desejo de evidenciar “o conhecimento pleno desses fatos”, o que indica a não resolução dos conflitos iniciados com o fechamento do Congresso em 1891.

Consideramos importante destacar desses eventos a forma como se estruturaram as alianças na Bahia, pois elas explicam o quadro político daquele estado quando Canudos começou a se estruturar. José Gonçalves da Silva teria entregado um ofício em que passava a posse do governo para as mãos de Luís Viana, seu correligionário e então presidente do

¹⁰⁵ NEVES, Margarida de Souza. *op cit.* p.36.

¹⁰⁶ TOURINHO, José Gonçalves. **História da Sedição na Bahia em 24 de novembro de 1891**. Bahia: Lithypographia de João Gonçalves Tourinho. 1893.

senado, que recusou o cargo após ter se consultado com o Barão de Jeremoabo. O outro sucessor legal do cargo, o presidente da câmara dos deputados, Sátiro Dias, também se recusou a herdar o governo do estado. Assim, o general Tude Soares Neiva (1838-1901) e o almirante Joaquim Ferreira Leal (eleito pelo Senado) assumiram o governo interino. Diante dessa instabilidade política que marcou o primeiro quarto de ano da República na Bahia, o primeiro governador a cumprir o mandato integralmente foi o médico Joaquim Manuel Rodrigues Lima, que também havia prestado serviços como cirurgião na Guerra do Paraguai, quando retornou à Bahia em 1868 já com pretensões políticas.

Os eventos conturbados de 1891 na Bahia levaram a dissidências e à reestruturação dos partidos políticos. Se, num primeiro momento, a situação as possibilidades políticas diante da proclamação levaram a um elevado número de partidos, a cisão do PRF levou a uma divisão entre os “gonçalvistas” e os “vianistas” em 1893. Do lado de José Gonçalves da Silva se colocaram José Luiz de Almeida Couto e o Barão de Jeremoabo, articulados em torno da criação do Partido Republicano Constitucional, fazendo a oposição de Luís Viana que, três anos mais tarde, foi eleito governador do estado. Foi sob o seu governo que se estabeleceu na região do Belo Monte o arraial de Canudos, na região nordeste da Bahia, área de influência do mesmo Barão de Jeremoabo, então rival político de Luís Viana.

Se a instabilidade política nos primeiros anos republicanos na Bahia foi característica evidente, chama a atenção também o perfil profissional dos políticos que estavam em torno dos embates pelo poder local, que apesar de não ser novidade trazida pela transição do regime, revela o conflito entre velhas e novas elites cuja formação intelectual teria influência nos projetos políticos elaborados.

Interessa-nos aqui acompanhar brevemente a trajetória apenas daqueles que tiveram relações pessoais com Nina Rodrigues, e que, ao contrário do médico maranhense, participaram ativamente da política. É o caso dos irmãos Antônio Pacífico Pereira (1846- 1922) e Manoel Vitorino Pereira. Filhos do marceneiro português Vitorino José Pereira, realizaram a ascensão da família por meio da Faculdade de Medicina da Bahia.

Pacífico Pereira se graduou em 1867 e construiu sua trajetória profissional dentro da Faculdade, como lente substituto de ciências cirúrgicas, em 1876, posteriormente como lente catedrático de anatomia geral e patológica, em 1882, e depois como diretor da faculdade entre 1895 a 1897; era, portanto, o responsável pela Faculdade no momento em que se travou a guerra em Canudos. Também dirigiu a *Gazeta Médica da Bahia* de janeiro de 1868 a julho de

1870 e posteriormente de 1876 a 1921, a mesma da qual Nina Rodrigues seria redator chefe na década de 1890.

Já Vitorino Pereira se formou em 1876, e teve uma atuação bastante próxima com a política, desde quando assumiu a redação do *Diário da Bahia*, em 1885, jornal vinculado ao Partido Liberal. Durante a década de 1890 foi eleito senador estadual pelo Partido Federalista da Bahia, tendo participado da elaboração da Constituição do estado, e posteriormente aproximou-se do grupo político de Floriano Peixoto, conseqüentemente afastando-se de Rui Barbosa que deixava clara suas posições políticas com o prefácio à obra dedicada a José Gonçalves. Participou da reorganização do Partido Republicano Federalista em 1893, a ala “vianista” da cisão do PRF, para ser candidato à vice-presidência da República, ao lado do paulista Prudente de Moraes (1841-1902), chegando a assumir de fato a presidência durante quatro meses, de novembro de 1896 a março de 1897, tendo sido o responsável pelo envio da Terceira Expedição à Canudos, a pedido do então governador, Luís Viana.

A relação de Nina Rodrigues com os irmãos Pereira se deu em torno da posteriormente chamada Escola Tropicalista Baiana, um grupo de médicos que se estabeleceram na Bahia e dedicaram estudos sobre a etiologia de doenças tropicais. Apesar do nome que recebeu, a “escola” não tinha vínculos institucionais, constituindo mais um grupo autônomo de médicos que realizava pesquisas à margem da Faculdade de Medicina da Bahia. A formação deste grupo partiu de médicos estrangeiros desde a década de 1860, sendo composta posteriormente por alunos da Faculdade, que realizavam contribuições sobre parasitologia e doenças como a tuberculose, a lepra e o beribéri, publicados na *Gazeta Médica da Bahia*, fundada em 1866 por José Francisco da Silva Lima (1826-1910), um dos integrantes desse grupo de médicos que viriam a ser chamados de “tropicalistas”. Quando da organização do 3º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em outubro de 1890, foi presidente da comissão, ao lado de Raimundo Nina Rodrigues (tesoureiro) e Manoel Vitorino Pereira (secretário geral). Segundo Silva, “a escolha dos três nomes para integrar essa comissão não foi aleatória, na medida em que contemplava a textura das relações entre médicos, associações, instituições e política.”¹⁰⁷

Para Nina Rodrigues, tais relações viriam a ser produtivas não apenas no mundo acadêmico, onde travou diversos debates sobre os vários temas que se dedicou a pesquisar,

¹⁰⁷ SILVA, Joelma Tito da. **3º Congresso Brasileiro de Medicina: uma assembleia dos homens da ciência.** Trabalho apresentado como Comunicação no Simpósio Temático *Intelectuais, instituições e textos*, durante o *VI Congresso Nacional em História Cultural - ver, sentir e narrar*. Teresina, 2012.

construindo uma carreira de alcance nacional, mas também no âmbito das relações pessoais. Disso podemos ressaltar suas aproximações com José Luiz de Almeida Couto, cuja documentação sugere datar, pelo menos, desde 1887, quando da defesa de sua tese, dedicada com destaque ao conselheiro do Império e titular da cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia. Conquanto que tal relação possa ser anterior, certamente era ainda mais íntima: Nina Rodrigues casou-se com uma das filhas de Almeida Couto, Maria Amélia Couto Rodrigues, que após se tornar viúva teria assumido a tarefa de recuperar e organizar a obra de seu marido, apoiada também numa rede de relações.¹⁰⁸ Em 1889, tal relação viria a se estreitar ainda mais profissionalmente, quando Nina Rodrigues obtém em concurso o lugar de adjunto na cadeira de Clínica Médica.

Assim, Nina Rodrigues esteve imerso na efervescência intelectual que borbulhou nas últimas décadas do século XIX. Sua trajetória tomada como fio condutor dos processos de transformação no Brasil ilustra de forma nítida a formação dos debates acadêmicos que almejavam ter papel na construção da modernidade, encontrando respaldo no cientificismo e na atuação do saber médico enquanto condutor para tal. A reorganização política e econômica do país esteve centrada, em grande medida, nas mãos desses agentes, cuja profissão médica os tornava afeitos às políticas de saúde pública, epidemiologias, elaboração de leis para alienados mentais, reformas de ensino e na qualificação profissional da classe médica.

O fato de o médico maranhense não ter se imbricado na política não o torna um indivíduo avesso aos processos de administração e legislação que foram constantemente elaborados por seus pares. Nina Rodrigues via nos primeiros anos da República a deplorável ausência de uma centralização política, considerando a autonomia dos municípios em questões de saúde e educação como fator limitante para reformas que poderiam ser conduzidas por profissionais especializados, em detrimento da interpretação dada pelos positivistas à Constituição de 1891 sobre a liberdade do exercício da profissão médica sem qualificação oferecida pelas instituições. Em sua visão, tratava-se não apenas de legitimar o saber médico oficial, assegurado pelas Faculdades de Medicina, como também defender a intervenção do Estado em uma

“sociedade em que ainda coexistem ex-escravos e ex-senhores; em que a República acaba de ser ‘proclamada’ pelo Exército e pela Armada em nome da Nação; (...) em que as condições regionais e climáticas, a fusão incompleta de raças

¹⁰⁸ RIBEIRO, Marcos A. P. **A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões**. Revista Afro-Asia, n.16. 1995.

diferentes não permitindo a segura previsão de sua futura constituição definitiva; finalmente, que se acha presa à Europa pelas necessidades industriais mais comezinhas, pela importação de todos os elementos civilizadores.”¹⁰⁹

No olho do furacão das transformações advindas com a abolição da escravidão e a proclamação da República, Nina Rodrigues parece ter plena consciência das dificuldades do país em tornar-se uma nação civilizada nos moldes europeus. O trecho, escrito dez anos após a proclamação, revela que as contradições do progresso, explícitas na desigualdade latente das terras tropicais, onde as sequelas do regime escravocrata e a mestiçagem pareciam ser entraves do regime republicano. Somava-se a essa questão a necessidade de legitimação do saber médico, discussão que parecia acompanhar Nina Rodrigues nos diferentes trabalhos que realizou. Esses indícios são reveladores das intencionalidades do autor, que ora se propõe a resolver, pela observação empírica, os casos clínicos que descreveu, ora se manifesta em defesa da qualificação do saber médico. Em *A loucura epidêmica de Canudos*, o conhecimento popular é colocado em xeque quando descreve as práticas curandeiras da população negra na Bahia, que então utilizava milho queimado com azeite de dendê para conter a epidemia de varíola. O exemplo é, para Nina Rodrigues, apenas uma forma de corroborar sua tese de que as crenças fetichistas são comuns na população negra e mestiça, mas não torna menos evidente o conflito contra as práticas médicas não oficiais.

Paralelo a esse processo, estava a coexistência entre ex-senhores e ex-escravos, convívio cotidiano que tendia se tornar inevitável no final do século XIX com a crescente urbanização. Assim, esse momento possibilitou “o debate entre a possibilidade da participação das massas na vida política do país e a reafirmação de sua exclusão”¹¹⁰. A República teria de enfrentar não só as questões jurídicas das desigualdades entre os seus cidadãos, tão prontamente discutidas pela geração de Nina Rodrigues, como também os movimentos sociais que implicavam em rebeldia aos seus ideais e à sua administração republicana, ainda marcada pela instabilidade e lenta transição do antigo para o novo regime. Não seria exagero mencionar Canudos como o mais expressivo desses movimentos.

¹⁰⁹ NINA RODRIGUES, R. **Liberdade profissional em medicina**. Escola typographica Salesiana, São Paulo, publicação da *Revista Médica*, 1899.

¹¹⁰ CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p.28.

Tão logo Antônio Vicente Mendes Maciel seguiu com suas pregações na região do Belo Monte, os barões de gado, os comerciantes e os padres começaram a perder parte da população que lhes era dependente para o líder religioso. Em meio ao contexto de disputas eleitorais de uma República recém-instaurada, coronéis viam sua mão de obra e força bélica irem embora para o paraíso na terra prometido por Conselheiro. Não obstante, a região de Canudos estava na zona de influência do Barão de Jeremoabo, o mesmo que havia se unido a José Gonçalves na oposição ao então governador, Luis Viana, fato que impulsionou as críticas contra a sua administração, acusando-lhe o despreparo e a indiferença frente ao movimento que crescia. Para a elite local, Canudos significava uma ameaça de uma nova força política; para as autoridades eclesiásticas, tratava-se de um herege que atraía os fiéis da Igreja Católica; com o advento da República, logo descreveram Canudos como um foco de criminosos fanáticos, ou ainda um reduto monarquista. Para garantir a ordem republicana e a estabilidade política, era preciso “transformar” o arraial sertanejo num inimigo feroz e atávico, avesso às leis e à civilização, tarefa realizada com empenho pelo governo estadual e federal, pela imprensa, pelo exército e pela medicina.

2.3 Canudos, uma questão nacional

No dia 7 de outubro de 1897, o jornal *O Paiz*, um dos principais porta-vozes da República, publicava o desfecho dos eventos ocorridos no arraial de Belo Monte. “A vitória” vinha em letras garrafais, seguido de um caloroso texto no qual se comemorava a notícia definitiva da destruição de Canudos, prevista nos telegramas que antecedem dois dias esta publicação. “Vingada a República”, tratava-se de um “dia de festa”, em que o sacrifício dos soldados republicanos seria lembrado como um ato de bravura em nome do civismo. Reunidos nessa comemoração estavam nomes conhecidos da política, membros da Câmara dos Deputados, alguns senadores e militares. A euforia era resultado de uma sensação de consolidação dos ideais republicanos, que então colocavam Canudos “sob a lei”.¹¹¹ Ao que parece, o arraial de Belo Monte havia tomado proporções nacionais quando fora destruído, despertando sentimentos de satisfação com a vitória da República sobre a barbárie.

A mesma sensação de euforia foi publicada na *Gazeta Médica da Bahia*, tão logo se concluíram os conflitos no sertão baiano. Se a Faculdade de Medicina da Bahia orgulhava-se de seus médicos que se lançaram na Guerra do Paraguai, a memória daqueles que estiveram

¹¹¹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 7. Out. 1897.

em combate durante a invasão de Canudos não passaria despercebida: além da construção de uma lápide comemorativa dos serviços prestados pela Faculdade em cerimônia que contava com o então diretor da instituição, Pacífico Pereira e o general Arthur Oscar, encarregado pela quarta e última expedição, realizou-se ainda em outubro do ano de 1897 a recepção festiva dos alunos que regressavam de Canudos, cujos nomes também foram inscritos em letras douradas para memorizar os “serviços médicos na sangrenta luta do sertão baiano”.

O então vice-presidente da República, lente catedrático da Faculdade e irmão de Pacífico Pereira, enviara à instituição um caloroso telegrama, lido a todos na mesma solenidade:

“A Faculdade de Medicina da Bahia ainda uma vez honrou suas nobres e gloriosas tradições de patriotismo e benemerência. Filho dessa instituição onde colhi o amor à ciência e as aspirações de liberdade e grandeza para minha pátria, peço permissão a seu ilustre corpo docente e a sua briosa plêiade de alunos para saudar com entusiasmo os bravos rapazes que nos campos da luta tanto enobreceram a profissão e o nome baiano. Viva a República! Viva a Bahia! Viva a Faculdade!”¹¹²

Nesse momento de constantes trocas de alianças, não parece surpreender que um Manoel Vitorino, que outrora sentira-se receoso em assumir o governo do estado da Bahia quando da proclamação da República desse vivas a ela já em 1897. Quando ocupou o cargo mais importante do país por quatro meses, em decorrência do estado de saúde de Prudente de Moraes, tinha em suas mãos a decisão de ajudar Luís Viana, governador do estado da Bahia que havia sofrido duas derrotas para as tropas conselheiristas. Visando atender o pedido do governador baiano, Vitorino decidira enviar uma expedição¹¹³, comandada pelo coronel florianista Antônio Moreira César. O fracasso dessa coluna marcou de forma negativa a atuação do governo e do Exército no conflito, sendo derrotado pelas tropas de Conselheiro em 3 de Março de 1897. Segundo constam os relatos na *Gazeta Médica*, a ajuda da Faculdade de Medicina da Bahia se deu a partir desse momento:

“A Congregação da Faculdade da Bahia lamentando o desastre de que foram vítimas em Canudos tantos bravos defensores da pátria, resolve que se insira na ata desta sessão um [ilegível] de profundo pesar pela dolorosa perda que acaba de sofrer o país e por telegrama dirigido aos ministros do interior e da guerra se

¹¹² “Noticiário”. *Gazeta Médica da Bahia*. Anno XXIX, Julho de 1897, número 1.

¹¹³ As duas primeiras expedições foram organizadas pelo Governo estadual, sendo que a 3ª expedição foi a primeira tentativa tomada pelo Governo federal.

comunique ao governo federal o oferecimento que faz de seus serviços em qualquer emergência que deles possa carecer a nação.”¹¹⁴

Dentre esses serviços, estava a convocação de médicos e farmacêuticos para prestar incumbências profissionais e a conversão do edifício da Faculdade em um hospital, bem como as salas em enfermarias de sangue. A gerência do hospital coube ao então diretor da Faculdade, Pacífico Pereira. Fundaram-se ali oito enfermarias, sendo duas para oficiais, duas para inferiores e quatro para os praças, mas os números de feridos vindos do sertão tornaram as instalações insuficientes, sendo necessária a criação de seis enfermarias no mosteiro de São Bento. Os doentes mais graves localizavam-se no hospital provisório do Arsenal da guerra, próximo à estação ferroviária da Calçada. Um quarto hospital foi instituído, recebendo o nome de Jequitaia, a rua onde ficava o prédio, cedido pelo proprietário ao governo federal. Segundo constam os relatórios médicos, o total de enfermos chegou a 1.630, sendo que destes a mortalidade atingiu apenas 25 indivíduos.¹¹⁵

No âmbito nacional, é preciso ter em mente que esses eventos coexistiram com o momento de transição da liderança militar para o grupo de cafeicultores que deu início ao governo civil republicano, com a eleição do paulista Prudente de Moraes em 1894. A falta de legitimidade dos líderes militares e os insucessos de seus dois governos permitiram crescer a oposição dos civis, evidenciando um quadro político que polarizava esses dois grupos em torno do governo federal. Soma-se a essa tensão a morte de Moreira César no sertão baiano, considerado pelos militares como um de seus mais ilustres representantes, que seria utilizada estrategicamente para pôr em cheque o plano político dos civis frente à ameaça sertaneja. Segundo Hermann, esse cenário político específico é fundamental para compreender a supervalorização dos conselheiristas como inimigos da nação, de modo a justificar a enérgica repressão do arraial.¹¹⁶ Nessa perspectiva, Canudos passou a ter proporções nacionais a partir do fracasso da 3ª Expedição, e a sua destruição deveria vir como a “confirmação do compromisso assumido com os princípios de um governo verdadeiramente republicano”.¹¹⁷

Tal perspectiva explica de modo convincente a tentativa de identificar o arraial de Canudos como um movimento de restauração monárquica, esforço realizado pela imprensa da

¹¹⁴ Gazeta Médica da Bahia, ano XXX, julho 1898.

¹¹⁵ *Idem*, p.307.

¹¹⁶ HERMANN, Jacqueline. “Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2. nº 3, 1996, pp.81-105.

¹¹⁷ *Idem*, p.83

época, e pela ala radical que apoiava os militares. Com a morte do coronel tornava necessária a destruição do reduto:

“Agora e só agora o governo federal soube qual é a força do inimigo que tem no sertão da Bahia; agora e só agora ele pode calcular com precisão quais os elementos de guerra que precisa opor a esse miserável instrumento de conspiração monarquista. Esta é que tem de ser no mais breve espaço de tempo completamente esmagada para desafrenta do nosso glorioso exército sacrificado à triste politicagem de campanário e para honra da República, batida por uma horda de vândalos entrincheirados poderosamente, sem que o governo da Bahia lhes tivesse posto embaraços, em um arraial do sertão, duas vezes cemitério da bravura de nossos soldados!”¹¹⁸

Assim, o governo civil enfrentava uma suposta ameaça de suas instituições, e a morte dos “heroicos soldados brasileiros, mártires da sua dedicação à República” era colocada como um revés onde Luiz Viana e Prudente de Moraes tinham sua parcela de culpa, especialmente nas análises dos republicanos mais radicais, conhecidos como “jacobinos”.¹¹⁹ Em mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 1897, Prudente de Moraes também lamentou a derrota do exército, talvez em uma tentativa de mostrar à essa oposição que também estava do lado da República:

“(...) o fato de maior gravidade quanto à ordem pública, pela repercussão que teve em todo o país, foi sem dúvida o revés sofrido a 3 e 4 de março próximo findo pelas forças que formavam a brigada expedida contra os fanáticos e bandidos acastelados na povoação de Canudos, Estado da Bahia. (...) Os revoltosos dos sertões da Bahia não são simplesmente impulsionados pelo fanatismo religioso, mas também instrumentos dos que ainda sonham com a restauração da monarquia, apesar de estar definitivamente condenada pela Nação”.¹²⁰

Se é verdade que o quadro político nacional contribuiu para a transformação de Canudos no “contraponto da República”, e possibilitou justificativas políticas e científicas para sua completa destruição, a ordem dos fatos no sertão baiano parece evidenciar que a deflagração do conflito tinha pouca relação com a denegação do regime republicano.

¹¹⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 8 de março de 1897.

¹¹⁹ Entre os “jacobinos” haviam intelectuais, parlamentares, políticos das oligarquias estaduais e militares que almejavam a retomada do poder pelo Exército. Cf. Maria de Lourdes Mônaco Janotti. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹²⁰ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da primeira sessão da Terceira Legislatura pelo Presidente da República Prudente J. de Moraes Barros. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897.

Instalados em Belo Monte desde 1893, os seguidores de Antônio Conselheiro entraram algumas vezes em confronto com a polícia local. Foi somente em junho de 1896 que Canudos passou a chamar atenção do governo do Estado, em decorrência do desentendimento de uma compra de madeira para a construção de uma igreja no arraial, que não teria sido entregue. O juiz local, Arlindo Leoni, enviara um telegrama a Luiz Viana comunicando o ocorrido, e o governador providenciou cerca de 100 praças para punir os conselheiristas, comandados pelo tenente Pires Ferreira. Ao serem derrotados pelos fiéis de Antônio Conselheiro, Luiz Viana acreditou na necessidade de impor “ao governo do Estado o dever de prosseguir com energia no empenho de levar a termo o seu primeiro intento contra Conselheiro e seu séquito”¹²¹. Dessa vez, sob o comando do major Febrônio de Britto, uma segunda expedição se lançaria em Canudos, composta por 600 homens, julgando o governador que esse número fosse “mais que suficiente para debelar os fanáticos”.¹²²

A *Mensagem* de Luiz Viana, em tom de justificar os desastres nas investidas contra Antônio Conselheiro, acusava a falta de informação de Febrônio de Britto sobre a dimensão do arraial. O militar, que também era da ala pró-florianista do Exército, foi derrotado em janeiro de 1897, após mais de um mês em campanha, acirrando o conflito entre civis e militares, ao publicar uma carta onde revelara “um impulso de hostilidade abrupta contra o governo do Estado”.¹²³ A indicação de Moreira César deveria ser a última expedição contra Canudos e uma questão de honra para o Exército, que a essa altura desconfiava da capacidade dos civis em manter a estabilidade da República. A sua imprevisível derrota, no entanto, abalou o equilíbrio das forças políticas nesse período republicano. Os radicais “jacobinos” não mediriam esforços em nomear os culpados pelo insucesso da campanha de Moreira César, tornando-o um herói da luta pela República, conferindo ao conflito em Canudos uma questão de segurança nacional, de manutenção do regime político.

Assim, para contornar as acusações da oposição após a morte de Moreira César, Luiz Viana clamava para si a responsabilidade da “consolidação das instituições republicanas”¹²⁴ e Prudente de Moraes compreendeu que, para frear a oposição e se manter no poder, era preciso conter a ameaça a todo custo:

¹²¹ *Mensagem do Dr. Governador da Bahia ao Presidente da República sobre os antecedentes e ocorrências das expedições contra Antônio Conselheiro e seus sequazes*. Bahia. Typographia do “Correio de Notícias”, 1897. P.6.

¹²² Idem, p.7

¹²³ Idem, p.10.

¹²⁴ Idem, p.11.

“Canudos vai ser atacado em condições de não ser possível novo insucesso: dentro em pouco a divisão do Exército, ao mando do general Arthur Oscar, destroçará os que ali estão envergonhando nossa civilização”.¹²⁵

Foi, portanto, esse o contexto político que transformou Canudos no “contraponto da República”. A partir de tensões entre grupos opositores que, embora tivessem ideologias distintas, possuíam o mesmo objetivo: manter intactas as premissas republicanas.

2.4 O “Maudsley de Euclides da Cunha”: uma explicação científica para Canudos

Valhacouto do crime, Necrópole dos bravos, Receptáculo da vadiagem, ajuntamento de fanáticos malditos. Essas são algumas das tentativas de definição do complexo social de Belo Monte, abertamente publicado em jornais republicanos como *O Paiz*. Delimitar o arraial dentro das definições de crime e desordem parece ter sido o principal empenho dos órgãos públicos; delimitá-lo entre os limites do normal e do patológico foi tarefa da medicina. As contradições do turbilhão de acontecimentos que modificaram o quadro social e político do país, ao longo das últimas décadas do século XIX, pareciam convergir no âmago do sertão. Aquele espaço, tão distante e inóspito, se tornou o laboratório para o entendimento da nação, pois os corpos que lá caíram serviriam de experimentos para uma ciência que estava convicta de seu papel social.

Um desses intelectuais testemunhou Canudos de perto e, portanto, suas derradeiras palavras nos servem como ponto de partida:

“Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita — e, como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores.”

126

¹²⁵ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da primeira sessão da Terceira Legislatura pelo Presidente da República Prudente J. de Moraes Barros. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897, p.7.

¹²⁶ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três livros & fascículos, 1984, p.563.

O testemunho é de um fascinado Euclides da Cunha (1866-1909) e refere-se ao dia 6 de outubro de 1897. As tropas do Exército republicano, após destruírem completamente o arraial de Canudos ao longo de quatro exaustivas expedições, invadiram novamente os escombros de Belo Monte em busca do corpo do líder insurgente. A cabeça de Antônio Conselheiro foi, então, entregue à Faculdade de Medicina da Bahia, aos cuidados do médico Raimundo Nina Rodrigues. O relatório científico sobre aquele rebelde parecia urgente, pois a 1 de novembro de 1897 era publicado, na *Revista Brasileira*, sua sentença sobre Conselheiro e seu “bando de fanáticos”:

“Não altera de uma linha as considerações deste estudo a notícia que nos acaba de transmitir o telegrafo de que a 5 de Outubro o general Arthur Oscar, que desde junho se achava em Canudos a frente de mais de doze mil homens apoderou-se finalmente daquele reduto, batendo completamente o bando de fanáticos que ali se achavam entrincheirados.

Foi encontrado o cadáver de Antônio Conselheiro, já sepultado no santuário de uma igreja que ali estava construído, com proporções tais que se havia transformado em uma fortaleza inexpugnável. A conduta de Antônio Conselheiro mantendo-se até a morte no seu posto, quando lhe teria sido fácilimo retirar-se de Canudos para ponto mais estratégico é a confirmação final de sua loucura na execução integral do papel do Bom Jesus Conselheiro que lhe havia imposto a transformação de personalidade de seu delírio crônico.”¹²⁷

No momento de publicação de *A loucura epidêmica de Canudos*, Nina Rodrigues já era o professor titular da cadeira de Medicina Legal, cargo que era de Virgílio Damásio, presidente da Sociedade de Medicina Legal da Bahia e autor de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, seu primeiro livro, publicado em 1894 e dedicado a Lombroso, Ferri e Garófalo. Como o trecho acima sugere, seu artigo já estava pronto quando chegou o telegrama anunciando a vitória definitiva, e a julgar pela urgência dos acontecimentos, o médico optou por não alterar uma linha sequer: estava convicto de seu diagnóstico.

¹²⁷ NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura epidêmica de Canudos. In: _____. *op cit*, p.50. A nota sugere que *A loucura epidêmica de Canudos* foi escrita antes de Nina Rodrigues ter acesso ao crânio de Conselheiro.

Com a intenção de “demonstrar a natureza mórbida do caso”¹²⁸, Nina Rodrigues acreditava na importância de reconstituir dados da vida de Conselheiro que comprovassem o diagnóstico de sua loucura, “bem conhecida em seus menores detalhes” e “perfeitamente diagnosticável”.¹²⁹ O resultado dessa análise dava o diagnóstico de delírio crônico de evolução sistematizada, proposto por Valentin Magnan (1835-1916), confirmado a partir da identificação de três períodos.

Para o caso de Conselheiro, Nina Rodrigues identificou que “as três fases que tem atravessado a história de Antônio Conselheiro coincidem rigorosamente com os três períodos admitidos na marcha da psicose primitiva”.¹³⁰ A seguir, levanta o histórico do *meneur*.

Antônio Vicente Mendes Maciel nascera em Quixeramobim em 1830, no estado do Ceará. Filho de um negociante abastado, herdou a direção de uma casa comercial e se casou com uma de suas primas, mas pelos relatos obtidos por Nina Rodrigues, o casamento era “um desastre”. Em 1859 ele liquidou seus negócios, mudando-se para as cidades de Sobral e Campo Grande, onde exerceu o ofício de escrivão de juiz de paz. Em uma dessas mudanças, teria sido “acometido de um acesso de loucura”¹³¹, que o fez ferir um cunhado. Para Nina Rodrigues, as brigas com a mulher, as mudanças de emprego e de lugar e o acesso agressivo de loucura são sinais dos “primeiros esboços da organização do delírio crônico sob a forma de delírio de perseguição”.¹³²

Seguindo a história de Maciel, narra Nina Rodrigues que a descoberta da fórmula do delírio do *meneur* se deu a partir de sua chegada aos sertões da Bahia, já em 1876, quando recebera a alcunha de “Conselheiro” e iniciou sua carreira missionária. Para o médico maranhense, esse fato de sua vida era a expressão da fase megalomaníaca da sua psicose:

“Pregando contra o luxo, contra os maçons, fazendo queimar nas estradas todos os objetos que não pudessem convir a uma vida rigorosamente ascética, Antônio Conselheiro anormaliza extraordinariamente a vida pacífica das populações agrícola e criadora da província, distraíndo-as das ocupações habituais para uma vida errante (...)”¹³³

¹²⁸ NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura das multidões. Nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Braisl. In: *op cit.* p.78

¹²⁹ NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura epidêmica de Canudos. In: *op cit.* p.51.

¹³⁰ Idem, p.53.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem, p.54.

¹³³ Idem, p.56.

O terceiro período da psicose progressiva de Conselheiro é identificado por Nina Rodrigues como uma decorrência da proclamação da República, marcado pelo delírio de perseguição que encontrou respaldo na figura de “maçons e outros inimigos da religião”. O reconhecimento do governo pelo clero causou inimizades entre Conselheiro e os poderes eclesiásticos, o que certamente contribuiu para a construção de Canudos como ameaça político-religiosa local, uma vez que a fidelidade da população parecia ser uma disputa entre os missionários.

Chama atenção o diagnóstico de delírio crônico de Mangan, na leitura de Nina Rodrigues, os influentes externos como agravantes do desenvolvimento da doença: histórico de vida, condições sociais e eventos políticos como catalisadores de uma doença que se desenvolvia progressivamente no indivíduo, independentemente da existência de um estigma físico que comprovasse a degeneração de Conselheiro, que, pela ciência da época, seria comprovada por um exame craniométrico.

Em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, seu livro publicado em 1894, o médico maranhense, adotando Lombroso como seu mentor, já defendia que diferentes raças deveriam ter responsabilidades diferentes perante os crimes que cometiam. A mesma questão é posta para o mestiço do sertão, em *A loucura epidêmica de Canudos*:

“A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo, porque no estado inferior da evolução social em que se acha, falece-lhe a precisa capacidade mental para compreender e aceitar a substituição do representante concreto do poder pela abstração que ela encarna, pela lei. (...) Serão monarquistas como serão fetichistas, menos por ignorância, do que por desenvolvimento intelectual, ético e religioso, insuficiente ou incompleto (...) O que não se pode exigir delas é que reconheçam que as dificuldades do momento são consequência lógica e natural dos ensaios, tentativas e experiências de adaptação do povo que procura a orientação toda pessoal que mais lhe há de convir na nova organização política.”¹³⁴

Civilização e progresso, termos tão caros aos intelectuais do século XIX, aparecem nas entrelinhas nessa análise de Nina Rodrigues. Como o autor sugere, o próprio estágio em que a população sertaneja se encontra é inferior e estagnado, isto é, não haverá progresso, pois, se trata de uma raça miscigenada. Sendo a população sertaneja considerada inferior (uma vez

¹³⁴ NINA RODRIGUES, *op cit*, p.70.

que é mestiça), Nina Rodrigues nos dá, de uma só vez, pistas de intencionalidade política e pressupostos científicos rigorosos. Primeiro porque, no estágio em que se encontram, são inclinados à monarquia, pois não possuiriam capacidade mental para compreender a abstração do poder criado pela tradição iluminista: a lei. Incapacitados de compreender o “império das leis”, defendido por Marechal Deodoro da Fonseca ao clamar os defensores da República, os mestiços sertanejos se encontravam excluídos de qualquer participação na vida política do país. Segundo, e por este motivo, não se poderia exigir de raças inferiores responsabilidade penal para o “crime” cometido em Canudos, pois faltou aos insurgentes capacidade mental para compreender e aceitar a mudança do regime político. Essa falta, no entanto, não é suprida pela educação ou pela catequese, uma vez que ela é consequência do desenvolvimento intelectual e étnico no qual essa população se encontrava, explica Nina Rodrigues.

Apenas três anos haviam se passado desde *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, e nosso autor ainda poderia ser considerado um admirador da escola de Lombroso. A própria necessidade de um exame craniométrico de Antônio Conselheiro revela o interesse em desvendar a mente do profeta mestiço. Conforme consta em seu relatório, a entrega do crânio de Conselheiro foi feita por intermédio do médico chefe da expedição, o major Dr. Miranda Cúrio, certamente em grande medida pela influência do médico maranhense dentro da Faculdade. A publicação do artigo na *Revista Brasileira* em tão pouco tempo e estruturada sob uma perspectiva que parece, ao mesmo tempo, hierarquizar raças e sistemas políticos, nos sugere que, ao menos, Nina Rodrigues tinha intenções de apresentar sua visão de médico defensor da República, mas profundo crítico das contradições que o novo regime teria de lidar face à uma população miscigenada. O cotidiano revelava uma tensão crucial: a possibilidade de progresso em uma sociedade fadada à mestiçagem. Para compreender as possibilidades de sucesso do país, Nina Rodrigues fez valer suas posições acadêmicas, apoiado em sua trajetória intelectual, ao elaborar uma análise de Canudos ainda no olho do furacão. O fato de Nina Rodrigues ter sido o único médico a se pronunciar detalhadamente sobre Canudos suscita algumas inquietações. Talvez fosse pela proximidade geográfica da Faculdade de Medicina da Bahia com o arraial; talvez fosse pelo seu prestígio já alcançado naquela instituição. O fato é que sua análise sobre os aspectos da mestiçagem

sertaneja e os rumos da sociedade brasileira eram discussões que Nina Rodrigues considerava necessárias em meio a um projeto republicano modernizador.¹³⁵

Se, do ponto de vista profissional, a República significava novas possibilidades de reconhecimento e ascensão na carreira médica a partir de novas leis e novos estatutos, do ponto de vista social ela significava um novo estágio a que tinha chegado a civilização brasileira, motivo pelo qual a incapacidade mental de compreensão dos fanáticos sertanejos desse razão para uma insurreição de caráter político-religioso. E essa mudança política não poderia ser deixada de lado na constituição do quadro clínico de Canudos. Explica Nina Rodrigues:

“Este acontecimento político [o advento da República] devia influir poderosamente para incrementar o prestígio de Antônio Conselheiro (...). Veio ele desdobrar o delírio religioso do alienado, salientando o fundo de perseguição que, o tendo acompanhado sempre, como é de regra na sua psicose, como reação contra os maçons e outros inimigos da religião, por essa ocasião melhor se concretizou na reação contra a nova forma de governo em que não podia ver senão um feito dos seus naturais adversários. As grandes reforças promulgadas pela república nascente, tais como separação da Igreja do Estado, secularização dos cemitérios, casamento civil, etc., estavam talhadas de molde a justificar essa identificação”¹³⁶

Neste trecho, é possível encontrar um certo distanciamento dos postulados da criminologia italiana. Ela tinha como papel explicar as causas da criminalidade utilizando métodos científicos ou experimentais e propor formas de combate ao crime centradas no sujeito, uma vez que era regida pelo paradigma etiológico, o qual concebia o crime como um fenômeno natural. De fato, a tese de Lombroso insere-se nesse paradigma, pois ele admitia que “o crime...parece ser um fenômeno natural”; por esse motivo, os alvos das investigações deveriam prevalecer sobre o criminoso.¹³⁷

¹³⁵ Vale lembrar que seus postulados não eram hegemônicos na medicina legal e na psiquiatria na época, e que alguns médicos, como Juliano Moreira, enfatizavam a não ligação entre raça e degenerescência. Sobre essa comparação mais detalhada, Cf. ODA, Ana Maria G. *op cit*.

¹³⁶ NINA RODRIGUES, *op cit*, p.58.

¹³⁷ Apud GOULD, Stephen, *op cit*, p.123. Sobre o paradigma etiológico, Cf. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum.** Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/10713-10713-1-PB.pdf>

O que o excerto de Nina Rodrigues acima sugere, no entanto, é considerar fatores externos como agravantes de uma doença ou um ato criminoso. Assim, parece-nos que *A loucura epidêmica de Canudos*, ainda que foque grande parte de sua análise na figura de Antônio Conselheiro, aponta para uma questão que não deve ser deixada de lado, segundo o médico maranhense:

“Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco. Mas a sua loucura é daquelas em que a fatalidade inconsciente da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo, senão de uma época pelo menos do meio em que elas se geraram (...) É examinada por este prisma que a cristalização do delírio de Antônio Conselheiro, (...) reflete as condições sociológicas do meio em que se organizou”

138

A passagem dá conta de revelar o viés por meio do qual será avaliada a loucura de Antônio Conselheiro. Apoiando-se no diagnóstico de delírio crônico de Magnan, Nina Rodrigues traçou a genealogia do líder de Canudos para confirmar que, não apenas sua condição de mestiço do sertão, como também o meio social e os eventos políticos, contribuíram para o desencadear de sua doença. Para explicar o fenômeno social que o arraial representou, o médico maranhense utilizou a teoria de contágio vesânico a dois proposta por Lasègue e Falret em 1877, como condutor para o *estado de multidão*, influenciado por Antônio Conselheiro. Interessado em demonstrar a possibilidade de associação entre um indivíduo alienado com indivíduos não alienados (porém predispostos), e sem abandonar o pressuposto da hierarquização das raças, Nina Rodrigues viu na religiosidade dos conselheiristas a possibilidade de explicação que os teóricos da Psicologia Coletiva francesa davam aos fenômenos de multidão na Europa. Se é verdade que, no Brasil, o fenômeno das multidões não teve o mesmo impacto observado para além do Atlântico, a deflagração de Canudos se mostrava como uma organização social distante do mundo civilizado e passível de ser analisada nesses moldes.

Na interpretação de Nina Rodrigues, a organização social de Canudos cumpria com todas as prerrogativas de Lasègue e Falret, apresentadas no capítulo anterior. A inferioridade mental a que os mestiços estariam sujeitos favorece o contágio, visto que justifica a “inteligência fraca”; a relação constante com o vetor da doença e a sensação do lucro

¹³⁸ NINA RODRIGUES, *op cit*, p.52-53.

pessoal¹³⁹ não teriam outra explicação senão pela própria condição dos indivíduos que, desamparados pela nascente República, viam no Conselheiro uma esperança de vida:

“Em Canudos, representa o elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antônio Conselheiro e dando-lhe umas tinturas das questões políticas e sociais do momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofridos no meio social híbrido dos nossos sertões, de que o louco como os contagiados são fiéis e legítimas criações. Ali se achavam de facto, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica de loucura.”¹⁴⁰

Mas, afinal, o que tornou esse diagnóstico possível? Por que ele pode ser também político? Ao que parece, a construção do diagnóstico de “loucuras epidêmicas” só foi viável no Brasil por dois motivos de certa forma interligados: primeiro, as contradições da modernidade e do progresso evidenciadas no meio social brasileiro, que tornaram visíveis, a partir da experiência de Canudos, as condições de vida de uma população mestiça e excluída dos processos modernizadores; segundo, a insuficiência da teoria lombrosiana, que empiricamente não dava conta de explicar a criminalidade centrada exclusivamente na figura do criminoso. Aquela, de cunho social e político, implicava em tentativas de elaboração de códigos penais e projetos políticos excludentes; a segunda, de cunho científico, mas também político, implicava na afirmação do saber médico em áreas emergentes e cada vez mais específicas a partir da adequação de teses científicas para a realidade nacional.

Quando elencamos as contradições sociais do final do século XIX e início do XX como motivos para o aparecimento de um diagnóstico como a loucura epidêmica é porque sugerimos que, ao invés de tratar o saber médico como um discurso controlador de corpos e regulador de práticas médicas autoritárias, como parte da historiografia já tem feito para analisar o Brasil deste período, em muito influenciada pelas obras de Michel Foucault, seja necessário melhor contextualizar a força dessas práticas médicas e o alcance institucional que

¹³⁹ Lasegue e Falret consideram, entre os condicionantes para a associação psicológica a dois, que o indivíduo suggestionado deve estar engajado pelo estímulo de um interesse pessoal, “pela sedução de um lucro, qualquer que seja.” Na leitura de Nina Rodrigues, a organização social estabelecida em Canudos, longe da influência do poderio local parece ser o estímulo necessário aos seguidores de Conselheiro.

¹⁴⁰ NINA RODRIGUES, *op cit*, p.64.

tivemos em nosso país.¹⁴¹ Nos distanciamos dessa perspectiva na medida em que optamos por encarar o discurso médico não como uma linguagem de poder hegemônica que dita as regras da sociedade, mas, antes, como uma linguagem produzida por cientistas preocupados com a realidade brasileira e que, com seus textos, propõem tentativas de explicar a realidade em que vivem, desiludidos que estavam com as tais contradições. Primeiro porque os debates aqui apresentados não eram nem um consenso e tampouco viam aplicabilidade imediata nas instituições às quais esses médicos estavam vinculados, como é o caso da Psicologia Coletiva. Segundo, porque o contexto de afirmação das especialidades médicas nos parece propício para Nina Rodrigues utilizar estratégias de delimitação de campo da medicina legal: articulações políticas que envolvem outras áreas de conhecimento mas que, nesse momento, não haviam distinções claras.

Esses cientistas não estavam, entretanto, preocupados tão somente com a realidade nacional, mas em grande medida com a própria necessidade de exercerem seus ofícios e fazerem “sua marca”. Por este motivo entendemos que a produção intelectual desses “homens de ciência” ia diretamente de acordo com esse ideal. Tal é o papel das revistas científicas, como a *Gazeta Médica da Bahia* e a *Revista Brasileira* que nosso autor tanto publicou. Elas serviram como espaços que “consagram produções conforme os princípios da ciência oficial”¹⁴²

Nessa perspectiva, os artigos de Nina Rodrigues sobre as loucuras coletivas têm duas intencionalidades que se completam e se articulam: sanar as “anomalias” do paradigma epistemológico da criminalidade; e dar sentido à população mestiça do sertão, ao contraponto que Canudos foi. Esta última implica na prática médica desenvolvida por Nina Rodrigues, marcada por um intervencionismo pragmático que se propunha desvendar as especificidades da população brasileira, desde a gênese das raças que a compunham até o resultado de suas misturas.

Assim, compreender Canudos no calor dos acontecimentos é o que explica tal prática intervencionista. É o próprio autor de *A loucura epidêmica de Canudos* quem nos chama

¹⁴¹ Cf. MOTA, André; MARINHO, Gabriela S.M.C. (orgs). **Práticas médicas e de saúde nos municípios paulistas: a história e suas interfaces.** (Coleção Medicina, Saúde e História; v.1), pp.15-37. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2011.

¹⁴² BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. Reproduzido de _____, P. Le champ scientifique. Actes de la Reserche em Sciences Sociales, n.2/3, jun. 1976, pp.88-104. Tradução de Paula Montero, p.17.

atenção: “Para a narração fiel dos sucessos de Canudos, forçosamente estará obrigado o historiador a aguardar o termo das lutas que ali se pelejam atualmente.”¹⁴³

O médico, que, ao que parece, tem noção de historicidade, nos lembra de Ranke para vetar à história a reflexão do que foi Canudos. Mas, no impulso empírico de sua profissão, Nina Rodrigues dissertou em quinze páginas a sentença de Conselheiro e seus fanáticos religiosos como um expectador do conflito, que tinha como referência naquele instante tão somente os desenrolar dos eventos.

Na publicação de *A loucura das multidões: nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil*, nos *Annales médico-psychologiques* da França, em 1901, Nina Rodrigues revisitou o quadro clínico de Conselheiro para retomar suas conclusões, utilizando o caso como parte de seu argumento que defendia a influência da loucura nos processos de multidão. Teria o médico tomado as lições de Ranke e se atentado à necessidade da distância temporal? Ou fora a oportunidade da medição craniométrica de Conselheiro que o motivara a rever o caso, complementando à sua história a influência dos dados antropométricos?

Não se pode desconsiderar a consciência que Nina Rodrigues tinha de seu papel social enquanto médico e da influência que seus textos teriam num momento em que a insurreição de Canudos estourou em um país que recém instaurava um novo regime. O tortuoso quadro político, como ressaltamos, influenciou diretamente na atuação do governo contra os insurgentes, e as relações pessoais que o autor mantinha com os agentes políticos envolvidos nessa trama nos permite sugerir que o médico estava a par dos conflitos internos do regime republicano.

Se podemos considerar o período como um tempo de rígido lombrosianismo, não devemos ignorar o fato de que, se suas teorias não pudessem explicar o problema do fanatismo religioso do sertão, Nina Rodrigues haveria de achar outra explicação. Tal é o intuito de sua *nova contribuição*, e tal é o motivo que explica a viabilidade das loucuras epidêmicas:

“Na hora em que acabávamos nosso artigo precedente sobre esta epidemia, uma notícia telegráfica anunciava-nos a tomada de Canudos. Antônio Conselheiro havia morrido alguns dias antes, tendo sido inumado seu cadáver no santuário de uma igreja em construção (...)

¹⁴³ NINA RODRIGUES, op cit, p.50.

Com o fim de impedir o desenvolvimento dessa fé, como também impedir a crença na fuga de Antônio Conselheiro, as autoridades exumaram seu cadáver para estabelecerem sua identidade e procederem á autopsia (...)

O crânio de Antônio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que denunciasse os traços de degenerescência: é um crânio de mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes. (...)

É pois um crânio normal. (...)

Antônio Conselheiro era realmente muito suspeito de ser degenerado, na sua qualidade de mestiço; por causa disso, e na impossibilidade de examiná-lo directamente, procurámos com cuidado refazer sua história.”¹⁴⁴

A insuficiência de provas empíricas que comprovassem as teses de Lombroso levaram Nina Rodrigues a buscar outras saídas para sua análise, pois as anomalias aqui encontradas não eram do crânio de Conselheiro, mas do aparato teórico que o médico maranhense utilizava como referência. Tais sintomas já apareceram na análise do crânio de Lucas da Feira, quando é possível notar a perplexidade do médico frente a uma anomalia: “Será que os estudos sobre os criminosos se achem em falha aqui?”¹⁴⁵

Essa nuance na orientação teórica de Nina Rodrigues revela um aspecto importante que pretendemos manter como viés de nossa análise. É preciso ter em mente que nosso conjunto documental são textos produzidos como resultado da trajetória intelectual de seu autor, suas intencionalidades e do contexto histórico no qual ele se insere. Dito isto, é preciso frisar que não se pode exigir coerência de nossos autores estudados, mas, antes, perceber como as contradições são reveladoras: um Nina Rodrigues que não encontra subsídios empíricos para explicar Canudos buscou outra chave de explicação para o problema do mestiço do sertão. No entanto, antes de considerarmos isso um mérito de nosso autor, resultado de uma possível “honestidade intelectual” ou certo “apreço pelo empirismo”, é preciso refletir sobre as intencionalidades de Nina Rodrigues na publicação de ambos os textos. As datas de publicação dos textos sugerem que, em 1897, o médico não tinha em mãos os dados craniométricos de Conselheiro, e em 1901, os resultados obtidos serviram apenas para comprovar sua teoria elaborada no calor dos acontecimentos.

¹⁴⁴ NINA RODRIGUES, *op cit.* pp.131-133.

¹⁴⁵ NINA RODRIGUES, Raimundo. “Lucas da feira”. In: *Op cit.*, p.158.

Nina Rodrigues recorreu a duas palavras-chave que lhe serviriam de alicerce: a primeira seria loucura, motivo pelo qual redige a *nova contribuição* e que ele acredita ser o motor do *estado de multidão* de Canudos. A segunda seria a religiosidade, cujas características “fetichista” e “primitiva” são consequência do estado mental das raças miscigenadas. Nas palavras do próprio Nina Rodrigues:

“Alguma coisa mais do que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio em que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica.”¹⁴⁶

Uma vez que a “psicologia da época e do meio” inflaram a loucura de Conselheiro, os seus seguidores haveriam de ser predispostos a tal contágio. Por “psicologia do meio” entendemos ser a mentalidade da população que seguia Conselheiro, inclinada à uma religiosidade primitiva na qual a loucura do *meneur* achou combustível. Baseando-se na tese de que o delírio religioso era uma marca da barbárie, seria, para Nina Rodrigues,

“...natural, por conseguinte, que nossa população rural, composta em grande maioria por raças inferiores onde são normais esses sentimentos, essas crenças, tenha aderido e se associado à propaganda político-religiosa do alienado.”¹⁴⁷

Parece-nos que, não encontrando traços de degenerescência em Antônio Conselheiro, o fenômeno de Canudos teria ganhado as proporções que teve por conta da massa que o seguia, delirantes crônicos cuja intervenção na constituição das epidemias de loucura foi considerada um fato notório na psiquiatria, segundo Nina Rodrigues: “as obras do fanatismo e a luta provocada por ele eram reservadas especialmente à turba, aos sectários”¹⁴⁸

Convém ainda nos determos nas especificidades do mestiço sertanejo ao qual Nina Rodrigues se dedicou nestes estudos. Julgamos esse aspecto importante porque é o próprio médico maranhense quem descreve, em boa parte de ambos os textos, as características do

¹⁴⁶ NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura epidêmica de Canudos, In: *op cit*, p.64.

¹⁴⁷ NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura das multidões. Nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil. In: *op cit*, p.128.

¹⁴⁸ Idem, p.135.

jagunço, que não parece se enquadrar nas definições das raças mestiças propostas pelo médico em 1890.¹⁴⁹ Tratava-se de, mais uma vez, delimitar as diferenças raciais para a compreensão da gênese do povo brasileiro. Isto, partindo de um discurso médico, pode conferir a legitimação de um campo científico interessado a pensar nas especificidades, debilidades e responsabilidade penal dos diferentes tipos raciais do Brasil. É o que se segue:

“O jagunço é um produto tão mestiço no físico que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provém quanto híbrido nas suas manifestações sociais que representam a fusão quase inviável de civilizações muito desiguais.

Pelo lado etnológico, não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em vigor o mestiço do sertão que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita. Muito diferente é o mestiço do litoral, que a aguardente, o ambiente das cidades, a luta pela vida mais intelectual do que física, uma civilização superior às exigências da sua organização física e mental, enfraqueceram, abastardaram, acentuando a nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças antropológicamente muito diferentes, e criando, numa regra geral que conhece muitas exceções, esses tipos imprestáveis e sem virilidade que vão desde os degenerados inferiores, verdadeiros produtos patológicos, até esses talentos tão fáceis, superficiais e palavrosos quanto abúlicos e improdutivos, nos quais os lampejos de uma inteligência vivaz e de curto voo, correm parselhas com a falta de energia e até de perfeito equilíbrio moral”¹⁵⁰

Diferenciar os tipos de raças e suas subsequentes misturas: tal é o papel a que se propõe Nina Rodrigues no entendimento da gênese do povo brasileiro. Mas, para o caso do Brasil, percebe o médico que o meio social, como a cidade ou o sertão, são capazes de acentuar a inevitável degenerescência, resultado da simples miscigenação. Em um tom de difícil identificação, seja pela compaixão ou pelo desprezo, o jagunço é, entre todos os mestiços, um tipo único:

“No jagunço ao contrário revelam-se inteiros o carácter indomável do índio selvagem, o gosto pela vida errante e nômade, a resistência aos sofrimentos físicos,

¹⁴⁹ O termo “jagunço” não aparece em *Os mestiços brasileiros*.

¹⁵⁰ NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura epidêmica de Canudos. In: *op cit*, p.65

a fome, a sede, ás intempéries, decidido pendor pelas aventuras da guerra cuja improvisação eles descobrem no menor pretexto, sempre prontos e decididos para as razias das vilas e povoados, para as depredações a mão armada (...) que os interesses do mando, as exigências da politicagem e as ambições dos aventureiros fazem suceder-se de contínuo por toda a vasta extensão das zonas pouco habitadas do país.”

151

Para Nina Rodrigues, a característica marcante do sertanejo é seu instinto belicoso, utilizado a serviço dos grandes estancieiros e senhores de engenho do Império, que viriam a se tornar os chefes políticos locais na República: muda-se o regime, mas a situação no sertão permanece a mesma. Na luta entre os que estão de posse contra os que disputam essa posse, outrora favorecida na monarquia “pelo revezamento no governo dos dois partidos constitucionais”, mas na República ainda mais favorecida “pelas intrigas e arranjos das camarilhas que cercam os governos centrais”¹⁵², estavam os jagunços servindo de mera força material.

Esse trecho pode parecer justificar a ação enérgica do Exército contra o arraial a partir de uma característica que seria biológica dos jagunços: na falha da catequese, do ensino e da palavra, somente a força bruta poderia lidar contra aqueles que têm nela a marca de seu tipo biológico. Se a religiosidade é característica marcante dos mestiços sertanejos, o instinto bélico também o é em igual proporção. Por outro lado, o trecho também pode soar derrotista ou incerto quanto aos resultados do conflito, já que fora escrito no momento em que a Quarta Expedição ainda se achava intrincada nos sertões. O mesmo tom vemos a seguir:

“Parece que aquilo que a catequese de tempos idos obteve do índio (...) a catequese dos tempos que correm não pode conseguir de uma população naturalmente inclinada à generosidade e à religião. E é tarefa mais fácil e expedita destruir os recalcitrantes à bala do que convertê-los pela lenta persuasão religiosa. No entanto a necessidade de chamar a grande massa de povo que o seguia à obediência das leis da República que nem ele e nem os seus sequazes queriam admitir, fez prever desde logo a todo mundo que a luta havia de passar forçosamente da simples propaganda pela palavra para o terreno da ação pelas armas.

¹⁵¹ Idem, p.65-66

¹⁵² Idem, p.67

(...)

Hoje o exército brasileiro em peso bate-se há já três meses em Canudos, os hospitais regurgitam feridos, é elevado o número de oficiais mortos, e não se sabe ao certo quando terminará a luta.”¹⁵³

Novamente a questão da lei aparece como fator agravante do conflito. Na chave de explicação científica, a incompreensão do “império das leis” se dá por fatores biológicos, e se isso isenta a população de certas responsabilidades penais, não as deixa menos vulneráveis à sua destruição pela bala.

Acreditamos que uma definição que se propõe tão detalhada das raças e suas misturas seja um dos artifícios de Nina Rodrigues para garantir ao campo da medicina legal o direito de intervir na questão de responsabilidade penal das diferentes raças. É precisamente esse o debate que o médico maranhense estava fazendo no momento em que publicou suas considerações sobre as loucuras epidêmicas.

Tratam-se de disputas científicas que surgiram junto com a República, momento de nova crescente expansão e especialização da medicina em suas diversas áreas. Como já foi mostrado, Nina Rodrigues teria um papel fundamental na constituição do campo da medicina legal.¹⁵⁴

Especializar-se, nesse momento, significava não somente uma organização interna nos ramos da medicina, como também vencer ideologicamente os saberes de cura não oficiais. Essa questão parece ser tão importante para Nina Rodrigues que ele a utilizará como argumento para justificar a necessidade da crença do povo sertanejo na figura de Antônio Conselheiro:

“Decorrem desta concepção crenças populares que se transformam em obstáculos insuperáveis à aplicação regular das medidas sanitárias profiláticas. A população de cor despreza a vacina porque está convicta de que o melhor meio de abrandar a cólera do *orixá* é fazer-lhe sacrifícios que consistem em lançar nos cantos das ruas em que ele habita a sua iguaria favorita - milho instalado em azeite de dendê. (...)

Não é mais complicada a terapêutica que deriva destas crenças. Basta dar ao doente o que é preciso para alimentar o santo, farinha de milho e azeite de dendê (...)

¹⁵³ Idem, pp.61-62

¹⁵⁴ Cf. CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade. A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

Ora, se a população da capital têm curso práticas e doutrinas desta natureza, pode-se prever o que há de ser a religião dos sertanejos. Para esta população as abstrações religiosas são fortes demais...”¹⁵⁵

Conclui o médico que a divinização de Antônio Conselheiro cumpre com as necessidades do sentimento religioso do sertanejo, explicação oportuna que justifica o fervor e a prontidão belicosa dessa raça inferior, conduzidos por um indivíduo que sofria do delírio crônico de Magnan, doença que tinha em uma de suas etapas a fase megalomaniaca: Conselheiro se via o enviado de Deus.

A publicação da *nova contribuição* em francês, quatro anos após a destruição completa de Canudos, nos parece sugerir também uma importante estratégia de afirmação da especialidade de Nina Rodrigues: médico dos trópicos, nascido e criado na terra da mestiçagem, dedicando parte de sua vida intelectual ao estudo das raças e da religiosidade africana, implicitamente clamando para si a missão de compreender o Brasil e de se firmar como autoridade neste tema, ao dialogar diretamente com seus pares europeus.

A partir da morte do coronel Moreira César nos sertões baianos, Canudos receberia sua sentença irredutível: seria destruído a qualquer custo, em nome da sobrevivência não só dos agentes políticos envolvidos, mas da República. Sua condenação pela medicina viria em termos condizentes com a produção científica da época, e o estudo do caso feito por Nina Rodrigues comprovaria suas teses para que o autor se afirmasse dentro do ramo da Psicologia Coletiva.

Avesso ao “Império das leis” por um fator biológico, expresso pela condição de mestiço dos conselheiristas, que explica também a religiosidade fanática que os predispôs ao contágio da loucura de Antônio Conselheiro, os habitantes da “Necrópole dos Bravos”, seriam “destroçados” ou “destruídos à bala”, em nome da manutenção das instituições republicanas, que se viam em crise e instabilidade desde 1889. “O contraponto da República” era também o símbolo da barbárie, do atraso; a sua destruição era a garantia de que a estabilidade viria.

¹⁵⁵ NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura epidêmica de Canudos. In: *op cit*, p.73

Considerações Finais

Os trabalhos de Nina Rodrigues sobre loucura coletiva levaram anos para serem descobertos pelos leitores brasileiros. Adormecidos no sono de muitos anos “pelo sopro da superstição”, vieram a se tornar conhecidos apenas com o esforço de Arthur Ramos, “o mais humilde de seus discípulos”¹⁵⁶, em compilar os artigos para a edição de *As coletividades anormais*.

Por conta do próprio empenho dos autointitulados discípulos, em detrimento da “pobre ciência nacional, tão esquecida dos precursores”¹⁵⁷, Nina Rodrigues não viria a ser nacionalmente conhecido apenas como o especialista dos estudos afro-brasileiros, mas também como o pioneiro dos estudos de psicologia coletiva, após quase meio século de suas publicações sobre o tema.

O “despertar” dessas obras, sem dúvida, trouxe aos pesquisadores brasileiros uma nova faceta do intelectual maranhense, e já era tempo de superarmos as tradicionais visões delimitadoras de um autor que fora marcado, também por seus próprios seguidores, como um pensador interessado estritamente pela questão racial.

Ainda que essa questão não deixe de ser menos evidente nos trabalhos da psicologia coletiva de Nina Rodrigues, não é ela que norteia as motivações do autor em descrever os fenômenos da coletividade religiosa no Brasil da virada do século XIX para o XX. Como vimos, é fundamental, para o médico maranhense, o entendimento da patologia mental que se esconde por trás da formação do *estado de multidão*, ocasionado por um agitador das massas, indivíduo marcado pela alienação mental, mas não necessariamente pela degenerescência.

Precisamente porque essas coletividades dependem de um estado de fervor ou agitação que podem ter como consequência um levante popular, uma insurreição ou uma organização social que destoa e perturba o poderio local, como Canudos, é que os estudos de psicologia coletiva se tornam um material privilegiado para o entendimento das relações entre o saber médico e a tentativa de elaboração de projetos políticos, de códigos penais e de propostas para o desenvolvimento de uma nação sob os moldes do progresso civilizatório. Delineadas pela visão de mundo do autor, bem como por sua trajetória intelectual e os processos históricos que testemunhou, essas relações se mostram latentes quando há uma interface política nos fenômenos que a medicina tratou como psicológicos.

¹⁵⁶ *Apud* CORRÊA, Mariza. *Op cit.*

¹⁵⁷ RAMOS, Arthur. “Prefácio”. In: NINA RODRIGUES, Raimundo. *Op cit.* p.6.

Nesse sentido, retomamos a colocação de Gilberto Freyre para ponderar algumas considerações finais: “intervencionista corajoso”, Raimundo Nina Rodrigues foi um intelectual preocupado não somente com a ascensão de sua carreira acadêmica, mas também com as possibilidades de qualificação profissional na área da prática médica e as possibilidades de desenvolvimento de uma nação mestiça.

É por esse motivo que nos pareceu valioso interpretar os textos de Nina Rodrigues em sua relação direta com o contexto social em que esteve imerso, com sua trajetória intelectual que fora construída por influência de relações pessoais e profissionais, e que lhe possibilitou criar o produto final que analisamos nessa dissertação: artigos sobre loucura epidêmica. Esse produto, limitado pelas convenções linguísticas da medicina, da psiquiatria e da criminologia do final do século XIX, ao ser relacionado com os condicionantes sociais do Brasil deste período, nos ajudaram a mapear as motivações do autor ao analisar um caso de repercussão nacional que tinha implicações políticas claras: o fracasso das expedições significaria o fracasso de uma política modernizadora, porém conservadora, pretensamente democrática, porém excludente.

O “império das leis” que os republicanos, sob a palavra de Deodoro da Fonseca, deveriam proteger a todo custo com a manutenção da nova administração política se via ameaçado pelos jagunços fanáticos de Conselheiro, o contraponto dos ideais que tentavam se firmar nas terras brasileiras em meio a sucessivas instabilidades e crises que marcaram os primeiros anos do novo regime. A mesma lei que esses mestiços, por decorrência do estágio mental em que se encontravam, segundo Nina Rodrigues, eram incapazes de assimilar. Mas em se tratando de psicologia coletiva, os fatores biológicos não servem como exclusivamente condicionantes para o desenvolvimento do *estado de multidão* visto em Canudos, como reconhece nosso autor:

“Alguma coisa mais do que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio em que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica”¹⁵⁸

Nosso “intervencionista corajoso”, atento aos processos de transformação do país e às condições de vida a que estavam submetidos o povo sertanejo, buscou definir Canudos a partir dos aparatos teóricos que lhe estavam disponíveis no fim do século: via naquele evento

¹⁵⁸ NINA RODRIGUES, *op cit*, p.63.

conturbado a possibilidade de aplicar os pressupostos da psicologia coletiva, articulados pelos franceses Gustave Le Bon e Gabriel Tarde.

Na França, conforme explicou Consolim, a “psicologia social” surgiu como uma das disciplinas típicas de posições intelectualmente dominadas, “não universitárias” e, portanto, restrita a um grupo de indivíduos que tinham como objetivo o combate para chegar à universidade. Sua sobrevivência se deu por conta da publicação de revistas, coleções e instituições “livres” de ensino, mobilizadas por um público não universitário, que tinha como principal forma de sustentação a manutenção de prestígios baseados em relações sociais.¹⁵⁹

Para o caso do Brasil, no entanto, a lógica parece ser invertida: Raimundo Nina Rodrigues ocupava cargos universitários e pertencia ao que a autora consideraria uma posição intelectual dominante; ao final da década de 1890, era o professor da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, havia publicado inúmeros artigos na França e na Itália e desenvolvera sua carreira acadêmica ao lado de políticos de expressão nacional. Talvez foram essas articulações que o colocaram em contato com a “psicologia social” emergente na França, inacessível a grande parte dos leitores brasileiros. Por outro lado, sua atuação nesse campo é resultado dessas mesmas relações, e está limitada a publicações “livres” de artigos em periódicos como a Revista Brasileira, não necessariamente uma revista científica. Suas considerações e sua *nova contribuição* não viriam a ser ensinadas na Faculdade, mas tão somente lidas por seus pares e pelos leitores da Revista. Assim, se os meios que o colocaram em contato com a “psicologia social” são inversos, as condições nas quais ela foi possível no Brasil são as mesmas que as vistas na França: publicações em revistas, sustentação em relações sociais. Talvez esse seja um dos motivos da publicação de *Nova Contribuição* de Nina Rodrigues ter sido originalmente em francês, em franco diálogo com Tarde, Le Bon e Sighele.

Como foi possível notar, a temática central da “psicologia social” visava justificar ou condenar as ações tomadas em coletividade, o que nos torna plausível identificar as motivações políticas de seus autores, tanto franceses quanto brasileiros. Para o caso nacional, Canudos serviu à psicologia social como forma de compreender a existência do contraponto da República, expressa pela vida distante do sertão, que começava a se projetar nacionalmente nos jornais que cobriram a guerra.

¹⁵⁹ CONSOLIM, Márcia Cristina. **Crítica da Razão acadêmica:** campo das ciências sociais “livres” e psicologia social francesa no fim do século XIX. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007

Para compreendê-la, Nina Rodrigues tinha em mente que a análise rigorosa e precisa dos dados antropométricos, capazes de condenar o indivíduo à criminalidade, não bastariam para explicar o complexo social que se formava em Belo Monte. Face às anomalias da teoria lombrosiana, nosso autor encontrou na loucura a dois a explicação motora do que “ateou fogo” no arraial de Canudos. Por isso é que, para o autor, era necessária a reconstituição dos fatos da vida de Conselheiro, a identificação de seu delírio crônico, as desavenças com o clero e a proclamação da República. As respostas, como vimos, não estavam em seu crânio, considerado normal; estavam nesses fatores que condicionaram a sua loucura num estágio progressivo e contagiante.

Ao contrário do que se podia imaginar, Canudos não era uma comunidade religiosa isolada do mundo político, das alianças instáveis do poder local baiano, nas inhóspitas terras do sertão. Em meio à crise do novo regime republicano, foi parte incômoda no cenário político nacional e local, reduto dos “mestiços fanáticos”, da “barbárie”, da “degeneração”. A sua destruição não era apenas o triunfo de uma política voltada para o progresso, mas a garantia desse progresso a qualquer custo.

Quanto a Nina Rodrigues, sua morte precoce em 17 de julho de 1906, na França, não impediu que seus textos adormecessem em sono profundo. Não lhe faltaram homenagens solenes, necrológios emocionados, elogios fúnebres e biografias laudatórias.¹⁶⁰ Também não faltaram esforços em seus discípulos ao reeditar suas obras, traduzir artigos, organizar livros póstumos, como *As coletividades anormais*. As pesquisas ao longo do século XX que se dedicaram ao pensamento do médico maranhense também impedem que seus textos se tornem esquecidos, além de incentivarem diferentes interpretações para um autor que, por mais que seja lido, sempre deixará algo a ser refletido.

Essa pesquisa buscou interpretar Nina Rodrigues longe de definições generalizantes, no esforço de compreendê-lo como agente histórico de seu tempo: com suas contradições, visões de mundo, interesses e motivações. Encontramos um intelectual profundamente interessado na gênese do povo brasileiro e na religiosidade dos povos africanos, e profundamente comprometido com o momento de transformações políticas, jurídicas e sociais do Brasil, ocasionado pela proclamação da República, mostrando-se a favor da centralização do Estado, criticando a interpretação possível sobre a liberdade profissional em medicina e publicando artigos sobre eventos sociais que ameaçavam a ordem política, como Canudos e o

¹⁶⁰ RIBEIRO, Marcos A. P. **A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões**. Revista Afro-Asia, n.16. 1995.

atentado ao presidente Prudente de Moraes, ambos do ponto de vista da psicologia coletiva, onde as possibilidades de análise lhe pareciam mais afeitas à realidade nacional.

Como qualquer trabalho que enfrente o desafio de refletir sobre Nina Rodrigues, essa pesquisa não se esgota nas questões aqui levantadas. Em cada posição tomada, cada nuance teórica e cada artigo comentado, há questões em aberto que podem ainda ser exploradas, aprofundadas ou revisadas, ainda mais se tratando de um intelectual de múltiplas faces como era o médico maranhense. Por isso, defini-lo em uma palavra, como muitos de seus discípulos pretenderam, nos levaria ao erro do reducionismo.

Esperamos que essa seja a tendência recente das novas interpretações sobre Nina Rodrigues, da qual buscamos fazer parte: na figura do “intervencionista corajoso” está um agente histórico com motivações, intenções e ambições. Intervenções políticas e ambições acadêmicas, como tentamos mostrar, que revelam a atuação de um cientista genuinamente comprometido com a sua profissão e com os horizontes de expectativas que se colocavam a partir das profundas transformações que testemunhou em seu país.

Fontes

FERREIRA, Justo Jansen. *Do parto e suas consequencias na especie negra*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1887.

LASÈGUE, Ch.. FALRET, J. *A loucura a dois* (1877). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, IX, 4, pp.714-728.

LE BON, Gustave. *Psicologia das Multidões* (1895). Tradução de Ivone Moura Delraux.

MOREL, Benedict Augustin. *Tratado das degenerescências na espécie humana. Tradução de Maria Vera Pompeo de Camargo Pacheco*. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental*, vol.11, n.3, São Paulo, set/2008

NINA RODRIGUES, Raimundo. *As coletividades anormais*. Organização e Prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

SIGHELE, Scipio. *La folla delinquente*.

TARDE, Gabriel. *La criminalité comparée* (1886). Tradução de Maristela Bleggi Tomasini.

TOURINHO, José Gonçalves. *História da Sedição na Bahia em 24 de novembro de 1891*. Bahia: Lito-thypographia de João Gonçalves Tourinho. 1893.

Gazeta Médica da Bahia, edições de 1890 a 1899;

O Paiz (RJ), publicações sobre Canudos entre os anos de 1890 a 1899;

Gazeta da Tarde (RJ), publicações sobre Canudos entre os anos 1890 a 1899;

Constituição Estadual da Bahia de 1891.

Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório em 15 de Novembro de 1890. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

Mensagem Presidencial de Prudente de Moraes ao Congresso Nacional, nos anos de 1895, 1896, 1897 e 1898

Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima (então governador do Estado da Bahia) em 7 de abril de 1896.

Mensagem do Dr. Governador da Bahia ao Presidente da República sobre os antecedentes e ocorrências das expedições contra Antônio Conselheiro e seus sequazes. Bahia. Typographia do “Correio de Notícias”, 1897.

Relatório do ano de 1897 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em maio de 1898 pelo então Ministro da Guerra João Thomaz Cantuária.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/10713-10713-1-PB.pdf>
- ASSIS, Machado de. “O Alienista”. In: *Papeis avulsos*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1989.
- BARRETO JÚNIOR, Jurandir Antonio Sá. *Raça e Degeneração: análise do processo de construção da imagem dos negros e mestiços, a partir de artigos publicados na Gazeta Médica Baiana (1880-1930)*. Salvador: Uneb, 2005.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e Política Criminal*. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. no.2, julho/dezembro 2009, p. 20-39.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. Reproduzido de_, P. Le champ scientifique. *Actes de la Reserche em Sciences Sociales*, n.2/3, jun. 1976, pp.88-104. Tradução de Paula Montero.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. (Tudo é História, v.52).
- CAPONI, Sandra. *Loucos e degenerados. Uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.
- CARVALHO, Leonardo Dellacqua de. *Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX: o estudo do negro como criminoso*. Revista Chaos e Kosmos, XV, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. *Um século de cólera: Itinerário do medo*. PHYSIS. Revista de Saúde Coletiva. Volume 4, número 1, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

CHARLE, Cristophe. *Nascimento dos intelectuais contemporâneos*. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n.14, p.141-156, set. 2003.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. *A Bahia e a “civilização”*: a cidade de Salvador no Brasil Republicano. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal da Bahia*. Nº1, Ano 1, Agosto/2010.

CONSOLIM, Márcia Cristina. *Gabriel Tarde e as ciências sociais francesas: afinidades eletivas*. *Mana* vol. 14, no.2, Rio de Janeiro. Out. 2008.

_____. *Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões*. Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

_____. *Crítica da Razão acadêmica: campo das ciências sociais “livres” e psicologia social francesa no fim do século XIX*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

_____. *Os livros esquecidos de Nina Rodrigues*. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, n.76, 2006, suplemento 2. 21

_____. *Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”*. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p.130-139. Dezembro/fevereiro 2005-2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- COSTA FILHO, Cícero João da. *No limiar das raças: Silvio Romero (1870-1914)*. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DOYLE, Arthur Conan. Um estudo em vermelho. In: *Sherlock Holmes*, v.1. Edição definitiva, comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005,
- ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: A utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2011.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. (O Brasil Republicano; v.1). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. São Paulo; Vozes, 1996.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- GOULD, Stephen J. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- HAZARD, Paul. *A Crise da consciência europeia: 1680-1715*. Tradução e notas de Óscar de Freitas Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.
- HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Editora Record, 2001
- HERMANN, Jacqueline. *Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1996, pp.81-105
- _____. *Canudos sitiado pela razão: o discurso intelectual sobre a “loucura” sertaneja*. História: Questões & Debates. Ano 3, n. 24, Janeiro a Julho 1996.

- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- LUYS, Jules B. *Études de physiologie et de pathologie cérébrales*. Paris, Baillièrre, 1874.
- MAIO, M. C. *A medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma trajetória científica*. Cad. Saúde Publ., Rio de Janeiro, 11 (2): 226-237, abr/jun, 1995.
- _____. (org). *Raça como Questão*. História, Ciência e Identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- MONTEIRO, Filipe Pinto. *Nina Rodrigues e a loucura das multidões*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 65-82, jul | dez 2015.
- _____. *O “Racialista vacilante”*: Nina Rodrigues sob a luz de seus estudos sobre multidões, religiosidade e antropologia (1880-1906). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
- MOTA, André; MARINHO, Gabriela S.M.C. (orgs). *Práticas médicas e de saúde nos municípios paulistas: a história e suas interfaces*. (Coleção Medicina, Saúde e História; v.1). São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2011.
- MUNNÉ, Frederic. *La construcción de la Psicología Social como ciencia teórica*. Barcelona: Alamex, 1989.
- NEMI, Ana Lúcia Lana. *Brasil e Portugal: a história nacional entre a tradição e a renovação*. Almanack brasiliense, n.04, Novembro 2006.
- NEVES, Márcia das. *A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues*. Filosofia e História da Biologia, v. 3, p.241-261, 2008.
- NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. (Brasiliana, v.355).
- ODA, Ana Maria G. R. *Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues*. Tese de doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: [s.n], 2003.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquia, 1889-1943: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

QUADROS, Consuelo Novais Soares de. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Trabalho apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA para o Mestrado em Ciências Humanas. Salvador, 1973.

RIBEIRO, Marcos A. P. *A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões*. Revista Afro-Asia, n.16. 1995.

ROMERO, Silvio. *Introdução à doutrina contra doutrina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República e a espada: a primeira década republicana e o florianoismo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2005.

SANTANA, José Carlos Barreto. . *Mestiços no país dos espelhos e o que eles viram lá*. Sitientibus. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, v. 12, p. 57-68, 1995.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da medicina no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1947

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Quando a desigualdade é diferença: reflexões sobre Antropologia Criminal e Mestiçagem na obra de Nina Rodrigues*. Gazeta Médica da Bahia 2006; 76(Suplemento 2):pp. 47-53. 2006 Gazeta Médica da Bahia.

_____. “Nina Rodrigues: um radical do pessimismo.” In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner*. Revista de História e Estudos Culturais, vol. 5, Ano V, n.4. Outubro/Novembro/Dezembro de 2008.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

YEATES, Lindsay Bertram. *James Braid: surgeon gentleman scientist and hypnotist*. Thesis (Doctorate in Philosophy). Faculty of Arts & Social Sciences, University of New South Wales, Sydney, Australia, 2013.

ZOLA, Emile. *O germinal*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

